O «Couto Mixto», uma República independente entre dois reinos. Um olhar antropológico.

Arnaldo António Rodrigues Rios Vasques

Relatório

de Estágio de Mestrado em Antropologia – Temas Contemporâneos

Março, 2024

ÍNDICE

Dedicatória.....	3
Agradecimentos	4
Resumo	6
1. Em busca de uma família e a construção do objeto	8
1.1. Metodologia	9
2. Contexto	11
2.1. A raia e a linha de fronteira	11
2.2. Galiza: uma Nação subestatal	16
3. O «Couto Mixto» ou «Os Mistos»	19
3.1. O monopólio do tabaco	26
3.2. Ecótipo.....	27
3.3. Autonomia rural e os privilégios.....	29
3.4. Autogoverno, uma sociedade a-estatal e a isenção de participação no plebiscito de ambos os reinos.....	35
3.5. Privilégios fiscais, livre comércio e posse e uso de armas	36
3.6. O «Caminho Privilegiado» ou neutro	38
4. Os «Povos Promíscuos»	39
5. O «Couto Mixto» de ontem e de hoje: vidas com história, memórias partilhadas.....	43
5.1. Vidas com história	44
5.2. Memórias partilhadas	46
6. Ainda o «Couto Mixto»: a família, a escola, a emigração.....	47
6.1. Outras curiosidades, algumas considerações.....	58
7. O Tratado de Limites ou Tratado de Lisboa (1864-1868) – a questão do «Couto Mixto» e dos «Povos Promíscuos»	63
8. Excurso. Desvendar um sonho ou uma estória de família	75
8.1. Um apelido como um ferrete	76
8.2. O enigma que se desfaz	77
8.3. Um informante fundamental.....	80
8.4. Como um homem duplicado.....	82
8.5. Um outro «Santiago de Rubiás»	83
8.6. Desfeito o enigma de um apelido com 179 anos.....	84
9. À laia de conclusão	89
Fontes escritas, bibliografia, entrevistas, pesquisa electrónica	94
Fontes escritas.....	94
Bibliografia	97
Entrevistas	104

Dedicatória

Aos meus filhos: Patrícia Rios Vasques e Pedro Rios Vasques, e aos meus netos: Marco Rios Vasques, Maria Rios Vasques e Maria Francisca Rios Vasques. Para que acrescentem mais saber quanto ao apelido Rios Vasques, conhecendo a sua origem e valorizando o percurso de vida dos seus antepassados.

Agradecimentos

Foram muitos, os anos de labuta para chegar à substantiva prova que este texto reproduz. Como se vivesse “partido ao meio”, faltava saber a outra metade de mim. Que o apelo à viagem conduziu à descoberta e à reposição dessa metade em falta. Viagem que a Antropologia carregou com ensinamentos, com curiosidade e um inquebrantável entusiasmo. Através da Antropologia, cheguei à tal outra metade que completa o meu ser. Afinal, os meus ancestrais paternos foram camponeses de Margarideiros, de Penavegosa e de San Pedro de Poulos, do concelho de Ramirás/O Picouto. Que a fome obrigou à fuga das montanhas da Galiza. E um deles, Constantin Ríos Vázquez, o meu bisavô, aqui chegou no século XIX, aos campos do Ribatejo (Alcanhões, concelho de Santarém) e deu início à tal outra parte da família.

Daí, agradeço aos meus professores de um Curso de Antropologia que persegui, anos a fio, e sempre fui atrasando, por uma Guerra Colonial que não escolhi, e pelas demais vicissitudes da vida, dou o Bem-Haja na ajuda à empreitada a que consegui deitar a mão.

À memória do Professor Rui Pereira, sempre presente.

Ao companheirismo da Cátia, da Fernanda Valente, do Herlander e da Tatiana. Amigos, na comunhão das aulas e das aprendizagens na NOVA, encheram-me de vida.

À Fátima Cortez, que me acompanhou e apoiou nas visitas aos terrenos de pesquisa.

Aos colaboradores:

Do Arquivo Histórico-Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Da Biblioteca Gonzalo Torrente Ballester – Instituto Cervantes (Soledad Hinojosa), Lisboa;

Da Xuventude de Galicia – Centro Galego de Lisboa (Concha Deza).

Das Casas do Concello de Calvos de Randín e de Ramirás/O Picouto (Narsélio de Sousa)

Ao informante do Couto Mixto, peça importante no trabalho aqui plasmado:

Cesáreo Rodríguez Veloso, de Santiago de Rubiás, do «Couto Mixto».

Finalmente, à Professora Doutora Paula Godinho, incansável, atuante, sempre presente, pelas críticas que me fez chegar e pelo apoio inquestionável, mesmo quando as “forças me faltaram”. Para logo redobrem, fazendo-me acreditar que seria capaz de chegar a bom porto. Agradecer-lhe-ei sempre o ter aceitado ser a Orientadora da Tese de Mestrado, no cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Antropologia / Temas Contemporâneos. E como as palavras soam a pouco, pelo muito que não conseguem dizer, por aqui me fico: Muito Obrigado, Cara Professora, jamais esquecerei o quanto contribuiu para decifrar o enigma da outra parte da minha vida!...

Resumo

A minha família constituiu-se de dois ramos: pelo lado materno, oriunda da Beira-Baixa, e pelo paterno, proveniente da Galiza, soubemo-lo bem mais tarde (1998). E é desta origem galega a origem do apelido Rios Vasques, do galego: Ríos Vázquez, o desassossego de muitos anos. No fundo, a causa próxima que me levou a este trabalho académico equaciona duas questões: 1 – A origem do apelido; 2 – Causa (s) do processo migratório do meu bisavô, da Galiza para Portugal, instalando-se na vila de Alcanhões, no Concelho de Santarém, onde contraiu matrimónio, aos 26 anos de idade (1877). Esta dissertação, um trabalho para o Grau de Mestrado em Antropologia / Temas Contemporâneos, é a crónica de um longo caminho percorrido em busca de saber quem sou e de onde vim, no que ao meu apelido paterno diz respeito. Afinal, de onde terá surgido esse apelido, aportuguesado para Rios Vasques? Cresci a ouvir falar pejorativamente, diga-se em abono da verdade, “do espanhol”, o meu bisavô. Foi sempre a única pista que chegou através da via oral, apontando para “um tal espanhol”. E esta tese, sublinhe-se, não é o corolário de uma investigação recente, mas o culminar de um longo percurso e de uma ampla tarefa de estudo. Mais de 20 anos. Que numa primeira fase dirigi para Santiago de Rubiás, do «Couto Mixto», na Galiza, paredes meias com o território fronteiriço português do Barroso, em Trás-os-Montes. Tal orientação, que segui inicialmente, constituiu o desenvolvimento de um processo, que estendi a um outro Santiago de Rubiás, agora do concelho de Ramirás/O Picouto.

Apetrechado com outras ferramentas, consubstanciando novas abordagens, que o conhecimento antropológico alavancou ao longo da Licenciatura e do Mestrado, espero dar uma resposta convicta no final deste trabalho à problematização apresentada. Onde eu sinta que alcancei o meu desiderato: o saber dos antepassados de que sou parte, do possível lugar de origem e do processo migratório da Galiza para Portugal.

Palavras-chave: Couto Mixto, Galiza, fronteira, antepassados, antropologia, história.

Abstract

My family was made up of two branches: on the maternal side, coming from Beira-Baixa, and on the paternal side, coming from Galicia, we found out much later (1998). And it is from this Galician origin that the nickname Rios Vasques originates, from Galician: Ríos Vázquez, the unrest of many years. Basically, the proximate cause that led me to this academic work addresses two questions: 1 – The origin of the surname; 2 – Cause(s) of

my great-grandfather's migration process, from Galicia to Portugal, settling in the town of Alcanhões, in the Municipality of Santarém, where he got married, at 26 years of age. This dissertation, a work for the Master's Degree in Anthropology / Contemporary Themes, is the chronicle of a long path traveled in search of knowing who I am and where I came from, as far as my paternal surname is concerned. After all, where did this nickname, Portuguese for Rios Vasques, come from? I grew up hearing my great-grandfather speak pejoratively, in truth, "from Spanish". It was always the only clue that arrived via oral route, pointing to "a certain Spaniard". And this thesis, it should be noted, is not the corollary of a recent investigation, but the culmination of a long journey and a broad study task. More than 20 years. Initially, I drove to Santiago de Rubiás, from "Couto Mixto", in Galicia, right next to the Portuguese border territory of Barroso, in Trás-os-Montes. This guidance, which I initially followed, constituted the development of a process, which I extended to another Santiago de Rubiás, now in the municipality of Ramirás/O Picouto.

Equipped with other tools, substantiating new approaches, which anthropological knowledge leveraged throughout the Bachelor's and Master's degrees, I hope to give a convinced response at the end of this work to the problematization presented. Where I feel that I have achieved my goal: the knowledge of the ancestors of which I am part, of the possible place of origin and of the migratory process from Galicia to Portugal.

Keywords: Couto Mixto, Galicia, border, ancestors, anthropology, history.

1. Em busca de uma família e a construção do objeto

Numa primeira fase, dirigi para Santiago de Rubiás, sede do «Couto Mixto», na Galiza, paredes meias com o Barroso, em Trás-os-Montes, o meu processo de pesquisa. Constituindo o objecto deste meu trabalho, tal orientação visava saber a origem da minha família, no que concerne ao apelido paterno Rios Vasques. Entretanto, conforme se vai aquilatando, estenderia a um outro Santiago de Rubiás, mas agora do concelho de Ramirás/O Picouto, o caminho desta longa e entusiasmante maratona, por forma a concretizar o que me propus.

Em busca de uma família, em que o apelido Rios Vasques era o fulcro dessa pesquisa, construí um objeto, consubstanciado no «Couto Mixto», uma parcela de território encravada entre Montalegre, de Portugal, e Xinzo de Lima, da Galiza. Constituída por três aldeias: Santiago de Rubiás, Rubiás e Meaus, são pertença daquele “país imaginado”, em que a nação é uma comunidade construída socialmente e imaginada pelas pessoas que se sentem parte dessa comunidade. Segundo Anderson (1983), uma nação é imaginada porque os seus membros, que nunca poderão se conhecerem uns aos outros, têm na mente uma imagem estereotipada e esquemática da comunidade da que são membros. Mesmo havendo estruturas sociais hierarquizadas com grandes desigualdades, uma nação, que é uma comunidade imaginada, é composta de relações de camaradagem percebidas como horizontais e que são transversais às classes sociais. Estas relações permitem construir projetos de cooperação entre desconhecidos/as. (Anderson, 1983), digamos assim, Rubiás e Meaus. As duas primeiras fazendo parte do concelho de Calvos de Randín, e a última do concelho de Baltar. Chamada de “República independente”, resistiu por séculos com as vivências próprias do seu estatuto, alheada das investidas que as duas realezas circundantes foram congeminando. A sua história entronca numa heterogénea construção entre o mito e a realidade, onde a mudança, trazida com “novos tempos”, cruzou com outras formas de organização dos territórios. Pela ascensão de determinadas questões, que implicaram luta e inconstância, o “Couto Mixto” viu-se despojado dos seus valores iniciais, acabando por soçobrar. Ora, tudo isto que aqui trazemos a lume, será trazido a debate no trabalho que aqui iniciámos.

1.1. Metodologia

Numa primeira fase, dirigi para Santiago de Rubiás, do “Couto Mixto”, na Galiza, paredes meias com o território fronteiriço português do Barroso, em Trás-os-Montes, o fulcro da minha pesquisa. A ideia peregrina de que estaria ali a chave para as minhas questões, além de constituir um erro de análise, que só mais tarde se revelaria, acabou por aclarar as minhas dúvidas. Para isso, foram as sucessivas idas ao terreno de pesquisa, em revisitações alicerçadas com novos materiais de arquivo e o encontro com um “privilegiado informante”,¹ (Goffman, 1989) que ajudou à solução do enigma. Longo caminho, paciente e metucioso, entre o “produto e o processo” (Sanjek, 1990).

Posto isto, os primeiros passos levaram a avaliar o “Estado da arte”. De seguida, foram as idas ao terreno o meu propósito, a fazer fé no trabalho do antropólogo, Bronislaw Malinowski, considerado o primeiro a dotar a ciência antropológica com trabalho de campo (*fieldwork*). “No processo de construção social do conhecimento, Frans Boas, Bronislaw Malinowski e Marcel Griaule, ensinaram gerações sucessivas de antropólogos a valorizar o real, a partir dele e a problematizá-lo” Entretanto, Sir James Frazer, (1854-1941), amigo de Malinowski, e a seu pedido, prefaciou a obra: “*Os Argonautas do Pacífico Ocidental*” (1922), onde descreveu o preliminar dessa pesquisa antropológica. Chamando-nos a atenção para o método adotado, Malinowski não só fundamentou os seus conhecimentos teóricos, como os práticos, que advieram dos seis meses de convivência com os nativos na Nova Guiné, nas Ilhas Trobriand. Preocupado em observar o homem na sua totalidade, na sua essência, procurou discernir o seu lado racional e o emocional, sem abstrações, fundando a Antropologia Social, de parceria com A. R. Radcliffe, no *Annus Mirabilis 1922*. Mais recentemente, “*Ethnographers Before Malinowski: Pioneers of Anthropological Fieldwork, 1870-1922*” (Rosa et al, 2022) surge-nos como a revisão da história da antropologia. Esta presente análise aborda a tese de Malinowski, quanto ao pioneirismo do trabalho intensivo de campo, considerando que outros anteriores o terão feito.

Para lá da controvérsia quanto ao pioneirismo temporal, tomem-se as notas do trabalho de campo como a primeira acção no propósito da pesquisa no terreno, conducente a

¹Pode-se entrevistar pessoas apenas uma vez, outras acabam interlocutores privilegiados. É igualmente talhada pelo desempenho do papel, pela capacidade que o investigador terá para se pôr em performance, se posicionar e jogar o papel que assume, sujeitando-se ao seu enquadramento e ao tipo de participação no cenário de estudo. O antropólogo tem de se forçar a si mesmo em sintonizar com a forma como os interlocutores agem ou reagem a uma determinada situação ou questão levantada, mais como uma testemunha do que como um mero entrevistador (Goffman, 1989).

eventuais resultados. Essas notas, retiradas da observação participante (no terreno), serão complementadas pela abordagem biográfica que os informantes (entrevistados) nos fazem chegar das suas histórias de vida. Sem esquecer de levar em linha de conta a pesquisa de arquivo, onde a análise dos documentos poderão suscitar outros conhecimentos, levando a outras problemáticas, parece-me ter focado os aspectos mais salientes, no método e na prática de investigação.

No que ao trabalho aqui apresentado diz respeito, conforme fui desfiando, uma primeira abordagem considerou Santiago de Rubiás, do Couto Mixto, o fulcro de uma história de família que se tornou um terreno de investigação, indiciando a possível origem dos meus antepassados, Ríos Vázquez (ortografia em galego). Porém, tal ímpeto inicial constituiu um erro, em que as visitas sucessivas ao local não produziram os resultados pretendidos. Da ideia assumida de que estaria ali o meu passado paterno, passei à incerteza.

A distância entre Santarém, onde habito, e às três aldeias do Couto Mixto (Santiago de Rubiás, Rubiás e Meaus), levou a que percorresse, em vão, milhares de quilómetros, em sucessivas visitas, desde os anos 1990. Contudo, além do conhecimento de Cesáreo Veloso, um informante que se viria a tornar importantíssimo, indicado pela Professora Paula Godinho, fui retirando outros ensinamentos nos processos aplicados.

Desconstruindo a ideia inicial, já que Ríos e Vázquez eram apelidos praticamente inexistentes, tão pouco nos memoriais das campas dos cemitérios da região, levei a pesquisa ao *Archivo do Obispado de Orense*. Paralelamente, conforme os horários e o meu tempo disponível, visitava e expunha os propósitos nas secretarias dos *concellos* galegos, de Calvos de Randín e Baltar, contíguos ao Couto Mixto, por fim a Ramirás/O Picouto. Passando a ser conhecida a questão da minha pesquisa, as ajudas sucediam-se com a manifesta cordialidade dos habitantes locais. O alojamento, esse, só foi possível em Pitões das Júnias, no planalto da Mourela, ou em Tourém, povoação portuguesa na fronteira, o local de nascimento do último Juíz do Couto Mixto, Delfín Modesto Brandón.

Assumindo que a minha genealogia teria ali o seu berço, via as pessoas como familiares, de quem recolhia histórias de vida. Foi o “partilhar do quotidiano daquelas pessoas e sem a sua cumplicidade, estas não teriam contado as intimidades necessárias para que (...) percebesse a sua realidade vivida” (Sarró, 2006: 30). Contudo, o terreno em que procurava a família e em que iniciara a investigação de arquivo, como que se bifurcou: o Couto Mixto por um lado e a história da família por outro, como dois caminhos distintos.

2. Contexto

Numa primeira fase, dirigi o olhar de novel antropólogo para Santiago de Rubiás, do “Couto Mixto”, na Galiza, paredes meias com o território fronteiriço português do Barroso, em Trás-os-Montes. Tal orientação, que segui inicialmente, constituiu o desenvolvimento de um processo, na convicção de que estaria ali a chave do que procurava. O contexto desta minha decisão mostrava-se seguro – o que se demonstraria errado, como irei explicar no decorrer deste trabalho – pela simples razão de que me baseei nas informações recebidas de que o lugar de nascimento dos meus familiares seria “aquele” Santiago de Rubiás. Tudo parecia mostrar aquele lugare da raia seca, como o berço da genealogia paterna. Porém, na pesquisa operada no terreno, confrontei-com factos diversos ao que inicialmente a mim próprio propusera como acertados. E se aqui residem os imponderáveis da investigação antropológica, há que seguir em frente e orientarmo-nos por outros e novos caminhos.

2.1. A raia e a linha de fronteira

«As palavras, como os pássaros,
voam sobre as fronteiras políticas»

Daniel R. Castelao (1886-1950)

Os Galegos nas Letras Portuguesas (2008, 46).

Cresci entre duas linhas de fronteira, por via de um avô oriundo de Idanha-a-Nova, e de um bisavô originariamente de parte incerta de Espanha. Deste último falarei mais à frente nesta minha dissertação. Era na casa dos meus tios-avós, que visitávamos no Natal, na Páscoa e, mais amiúde, nas férias grandes, que escutava atentamente as ocorrências que integraram parte das vivências das gentes de Idanha-a-Nova, da Zebreira, de Salvaterra do Extremo, de Segura, isto do lado português. Do lado de lá, de Espanha, ficava Moraleja, depois Coria, a caminho de Cáceres, ainda as *Zarzas*, a Mayor e a Menor, duas pequeníssimas povoações. Um enorme edifício, posto da *Guardia Civil*, como tampão fronteiriço, culminava uma porção de território agreste: a «terra de ninguém». Que o rio Erges delimitava, correndo vagaroso entre penedos de xisto, um fio de água a fazer mover os moinhos de rodízio já na margem portuguesa. Contavam-se as aventuras de

contrabandistas nos longos serões, na Idanha,² (Rovisco, 2013), quase em sussurro não fosse o diabo tecê-las, aquecendo-nos ao calor da lareira carregada com velhos cepos de carvalho. Por ser Natal, crepitava o brasido, o sono ia chegando, e não querendo perder pitada daquelas estórias, verdadeiramente de encantar, gravaram-se em mim as peripécias do contrabando do café, da *pana* (bombazine), do azeite, do açúcar, dos ovos, do tabaco. Noites sem luar, em que os olhares perscrutavam antecipando o perigo que espreitava na iminente aspereza e brutalidade da *Guardia Civil*, sempre que apanhados os contrabandistas: espancados os homens, provocadas as mulheres, a carga usurpada (ibidem, 17). Que era bem mais violenta a autoridade espanhola, nos castigos que aplicava, do que a nossa Guarda Fiscal, segundo se dizia por ali ao derredor. De quando em vez, sucediam maiores desgraças, que as balas levavam à morte, uma tragédia naqueles lugares isolados acarretava o luto nas famílias e nas cumplicidades que a teia urdia no tempo. O comércio desenvolvido através da linha de fronteira permite fazer circular produtos e, com eles, aprofundar relações de confiança, entrelaçando-as de forma múltipla numa modalidade que não é só tráfico de bens, mas que se insere num tecido mais vasto de inter-relações. Devido ao seu secretismo, gera cumplicidades e aprofunda ligações, integrando-se num idioma das relações sociais dos povos raianos (Godinho, 2021: 187). Nos pequenos postos fronteiriços daquelas bandas da raia, tão só em períodos de festas de ambos os lados se permitia passar um dia por ano, em filas intermináveis pela catadupa de papéis que era obrigatório preencher. Um dia apenas, os chamados “dias alumiados”, como eram os da Romaria da Senhora do Almurtão, uma 2.^a feira, quinze dias após a Páscoa, em Idanha-a-Nova, ou o *San Juan de Coria*.³ Fora isto, havia que percorrer centenas de quilómetros para passar a fronteira. Recordo e guardo-o bem vivo na memória, do óleo de rícino que davam a beber às mulheres, em Salvaterra do Extremo, em períodos da Guerra de Espanha (1936-1939), humilhações inenarráveis. Isto tudo me foi contado de viva-voz. Naqueles anos de 1960 ainda o contrabando consistia numa forma de vida das gentes da raia. Hoje, *a recuperação da memória revela uma necessidade de as comunidades construírem identidades, num mundo que perdeu a utopia*

² «Não Queirais Ser Castelhana». *Fronteira e Contrabando na Raia do Concelho de Idanha-a-Nova*. (Rovisco, 2009). Também se canta, na Romaria da Senhora do Almurtão, em 2.^a feira, quinze dias após a Páscoa: “Senhora do Almurtão / Minha tão linda arraiana / Voltai costas a Castela/Não queirais ser castelhana”.

³ Coria, cidade da província de Cáceres, onde o touro é a figura profana, e a religiosidade presta culto ao *San Juan*. Festa anual, nos Santos Populares, um “costume e continuidade histórica” (Hobsbawm, 2008: 10), atrai milhares de visitantes, incluindo portugueses, pela proximidade à raia, celebrando-se o reencontro dos muitos emigrantes da região.

ou a capacidade de olhar o futuro com confiança (Cenarro *apud* Espinosa *apud* Simões, 2014: 253)

«Entrar na Espanha» era um desafio para os rapazes, quando as excursões familiares chegavam à serra, no início da década de 1970. (...) Não havia vigias à vista, mas afligiam-se a mães quando os filhos punham um só pé do outro lado daquele limite vertical – marca da «magia» dos Estados-nações (Taussig *apud* Medeiros, 2006:19)

Raia e linha de fronteira, para quem viveu antes de Abril/74, data em que a democracia substituiu uma longa e opressora ditadura de 48 anos, consubstanciaram marcos de clausura, como ferrete, ou da liberdade, que só a emigração se apresentava capaz de devolver, como futuro imediato. Apesar de incerto, trilharam esse caminho milhares de portugueses.

Vivia-se e emparceirava-se com a palavra fronteira desde que tomávamos conhecimento das coisas da vida, como que encerrados num espaço e num tempo, trazendo ao presente a história através da memória, *como um inventário antes de uma morte anunciada* (Hartog, 2003: 133). Raia e fronteira, soavam a desespero e esperança, não só para quem passava essa linha imaginária a salto, como para os que cá dentro empenharam esforços na mudança para um outro país, porventura democrático e livre, procurando o desafogo que a vida de subsistência não lhes permitira até então. País onde todos coubéssemos, enfim. Foram tempos de emigração em busca de melhor vida, no essencial os anos 1960, para a Europa destruída por uma II Guerra Mundial, que os portugueses ajudaram a reconstruir: Alemanha e França, além da “América”, que o digam os açorianos. Passava-se a salto, era a fuga, as mais das vezes levados por engajadores bem pagos, pelos dinheiros que se não tinha, mas se conseguia penhorando o pouco que se possuía. Atravessava-se uma Espanha, país igualmente debaixo de uma ditadura, do *Caudilho* Francisco Franco, vindo de uma Guerra de Espanha (1936-1939), em que a democracia republicana soçobrara à férrea opressão fascista. Fugindo das polícias dos dois países, PIDE-Polícia Internacional de Defesa do Estado (Portugal) e *Guardia Civil* (Espanha), apenas na passagem para França, passados os Pirenéus, aliviava-se a incerteza da perseguição e da prisão, que conduziria, quantas das vezes, à tortura e ao degredo. Outros tantos, saídos da adolescência, constituíram o grupo dos desertores e dos refratários, fugindo à incorporação compulsiva no serviço militar para as colónias portuguesas, onde os movimentos de libertação lutavam pela independência, como estudou Miguel Cardina.

(Cardina et al, 2018) Angola, Guiné, Moçambique, foram palco de 13 anos de guerra, com cerca de 10 mil militares mortos, 19 mil estropiados, estando hoje referenciados quase 100 mil combatentes com *stress pós-traumático de guerra*. Quanto ao número de emigrantes e exilados, entre outras abordagens, resultou uma brochura (Cordeiro, 2015) e uma exposição itinerante, (2014/ 2015): “*Imprensa portuguesa em França: emigração e exílio*”,⁴ que passou pela Escola António Arroio, em Lisboa.⁵

Para Rousseau e Proudhon, *o Estado é um instrumento de repressão e continuará a sê-lo para todo o sempre* (Oliveira, 2013: 16), ideias que foram ganhando consistência com a construção do Estado-Nação (1850). Primeiro, urgia à realeza criar solidez financeira, fugindo aos empréstimos dos senhores feudais, através da implantação da máquina de cobrança de impostos, onde a Igreja, a aliada desses poderes, era a primeira no “esmiifar” dos mais pobres e necessitados. Depois, é a burguesia que precisará de fronteiras como limites claros. *Na Europa, o capitalismo industrial implantava-se, reorganizando-se os espaços económicos à escala nacional, o rápido desenvolvimento lançava a ideia de progresso, outros tipos de sociedade se estruturavam* (Justino, 1986:20)⁶

Quando falamos de raia, falamos da zona da fronteira portuguesa, enorme extensão ao longo de mais de 1200 quilómetros, do rio Minho à foz do rio Guadiana, a fronteira terrestre, entre Portugal e Espanha. Apoia-se frequentemente em acidentes naturais e coincide muitas vezes com cursos de água de maior ou menor envergadura, sendo noutros sectores marcados através de obras de natureza várias, como sistemas hidráulicos de moagem de cereais, caminhos, marcos e capelas (Silva *apud* Rovisco *et al*, 2009).

Outro tanto, a raia terá sido sempre marcada por um processo histórico algo conflituoso, com desertificação e despovoamento a marcaram a fronteira galaico/portuguesa, onde predominava uma agricultura de subsistência, em que as terras, já de si depauperadas, eram cultivadas à exaustão. *Se o pão, o vinho e o azeite formam a trilogia da alimentação*

⁴ A chegada numerosa de militantes de esquerda e esquerda radical e de refractários e desertores vai assim marcar a emigração política portuguesa deste período e subsequentemente a produção de órgãos imprensa e seus derivados (panfletos, brochuras, etc.). Conduzirá também a um centramento das temáticas em discussão nestes órgãos de imprensa na denúncia ao regime ditatorial português e à guerra por este conduzida nas suas colónias africanas. A existência de várias publicações bilíngues ou mesmo apenas em francês demonstra a vontade de levar a mensagem mais longe, para fora do grupo nacional. (Imprensa Clandestina e do Exílio 1926-1974. Sistematização das práticas e reflexão sobre as experiências)

⁵ Em que esteve empenhada a investigadora da FCSH-NOVA, Sónia Ferreira.

⁶ Desafio frontal que Portugal não podia ignorar, mas “à entrada do século XX e desde a idade Média, não dava a impressão d’uma pátria fortemente organizada, nitidamente definida por uma aspiração e um propósito”. Foi a partir de então “que a ideia de pátria se abysmou nas profundezas do mar” (Justino, 1986:19).

dos países mediterrânicos, aos cereais, (...) cabe de direito nessa trilogia o primeiro lugar (Girão, 1933). Tornando à raia ou arraia, termos comuns na zona de fronteira, o seu significado vai para além dessa linha em *stritu sensu*, pois fronteira significa o limite físico de um país ou território, correspondendo também a um *espaço de encontros, de influências, de relações, de trocas, de cumplicidades, de cooperações, de solidariedade* (Cavaco, 1995). Tendo em comum um conjunto de características nessa raia,

“as populações desenvolvem rotinas de subsistência que maximizam a dispersão, a mobilidade e a resistência à apropriação(...), grande parte das populações tem fortes tradições de igualitarismo e autonomia, ao nível das famílias e das aldeias, que constituem um estorvo permanente em relação à tirania e à hierarquia” (Godinho, 2017: 165)

Essa zona como que induziu nas suas populações uma *cultura de orla*, (Godinho, 2017), que fala da *raia galego/portuguesa, (...), que se tornou o teatro estável do fluxo dos "fluxidos" galegos* (Godinho, 2005: 77), no contexto da Guerra de Espanha. Aproveitando o carácter poroso da fronteira, e antigas lealdades locais, cujos laços se estendiam *além dos limites politicamente convencionados de cada país* (Godinho, 2004: 164). As fronteiras constituíram longamente *zonas de refúgio dada a sua inacessibilidade geográfica* (Scott, 2009: 8), num escapismo relativamente à ação dos Estados. Como noutros casos ibéricos, a geografia de fronteira apresenta-se quase sempre *caprichosa y violenta, y la frontera, como serpiente que se retuerce, traza un gesto sinuoso, extraño, antojadizo* (Rodríguez, 2019: 33). Em contextos específicos, a raia luso-espanhola ligou e separou as populações dos dois lados da fronteira, *pautados pela política dos estados ibéricos e pelos interesses locais, tecendo uma história partilhada* (Simões, 2014: 252). As fronteiras, que eram pouco mais do que uma linha simbólica na época medieval, tornaram-se mais rígidas em 1640, após a restauração da dinastia de Bragança no trono português. Durante os longos anos da guerra fronteiriça intermitente, milícias lideradas por nobres e fidalgos galegos lutaram com “unhas e dentes” contra os portugueses na raia seca e nas margens do Minho, também organizados pelos seus fidalgos rurais, como narra Aquilino Ribeiro, em “A Casa Grande de Romarigães” (Villares, 2022:91).

Como nos descreve Luís Cunha (2019:105), a fronteira continua a ser um espaço vigiado, perigoso desde logo pela sua liminaridade, uma ameaça permanente a iludir a fidelidade e o respeito às autoridades que o gerem, em que um Estado central, às vezes distante,

investe na sua presença militar e policial, fazendo cumprir a lei e garantir a inviolabilidade do território. Em paralelo, o sonho que nos invade:

Os homens resumem o seu ideal à liberdade e acumulam fronteiras. Querem viajar para aprender, sua máxima ilusão, e para dificultar os seus passos inventaram os passaportes e os vistos. Detêm-se e são detidos em linhas arbitrárias, delineadas a régua e esquadro, segundo a acaso dos tratados. E mesmo que o objecto de seu desejo esteja ao alcance da mão, não o agarram, por falta de carimbos. (Max Aub, Manuscrito Corvo, apud Godinho 2019: 271)

2.2. Galiza: uma Nação subestatal

Cantar de Emigração

Este parte, aquele parte
e todos, todos se vão
Galiza ficas sem homens
que possam cortar teu pão.

Rosalía de Castro / poema

Adriano Correia de Oliveira / música

A Galiza apresenta uma forma peculiar de povoamento, uma rede hierarquizada de pequenas aldeias em redor de uma povoação maior (Murado, 2021).

É um sistema que non organizou ningún Estado nin institución, senón que foi xurdindo de xeito espontáneo, en gran parte por medio desse gran secreto da Galicia rural que son as feiras. Son estas as que ao longo dos séculos serviron para relacionar entre si esse povoamento disperso dun xeito ordenado e eficiente (Murado, 2021:21).⁷

Na divisão do espaço, tem presença relevante a pequena propriedade e a agricultura familiar. O gado, pastavam-no no monte, nos baldios.

Os nomes do monte. Moitos nombres, Pena de Orelluda, o Ferranchano (Lola). Chamábamolle alá o Alto de Eiradas, cada trozo tiña un nombre. Cuando ibas buscar as vacas á tarde, algún que iba un pouco mais tarde disen: Eh! Tu, viches as miñas vacas? Pues mira, andábanche en tal sitio. Dábanlle un nombre e

⁷ Os países não são só pessoas, são lugares, que a história e a antropologia procuram retratar e destrinçar, observando e teorizando. São intentos para lá das descrições, esforços para fazer uma teoria explicativa e entendível.

sobre aquil nombre pois un iba. (Francisco Bautista, 81 anos e Dolores Rodriguez, “Lola”, 75 anos, nascidos no Couto Mixto (Calvos de Randín), entrevista no verão de 2018).

Tal como em Portugal, têm relevância a propriedade comunitária e o trabalho comunal nestas sociedades agro-pastoris. *“Os pastos comuns, muito extensos e diversos, determinaram a variedade dos rebanhos e de tipos de pastoreio, que ali se encontram. De todos os pastos, os mais importantes são os Coutos, que servem para alimentar a vacada”* (Dias, 1953: 168).

Tal implicava uma organização espacial bipartida:

Num meio montanhoso, que restringia a fertilidade e a extensão das terras cultiváveis, a produção de cereais levou à organização do termo de cada povoado em dois espaços bem distintos cujas relações asseguravam a reprodução do sistema agro-pastoril: um domínio cultivado, com terras de cereal, pousios, prados, cortinhas e hortas, explorados individualmente; um domínio inculto (o monte) geralmente mais extenso, com terrenos de pastagens, matos e bosques, explorados em comum pelos vizinhos. (Santos, 1996:360)

As relações sociais asseguravam a reprodução do sistema agro-pastoril.

Domingo Fontán (1788-1866), topógrafo, catedrático de *“matemáticas sublimes”*, e liberal, da Universidades de Santiago, *“home de extraordinaria cultura e paciencia”* que a pé e a cavalo, *“partindo da torre do reloxio da catedral de Santiago de Compostela, onde estabeleceu o punto cero da medición”*, durante dezassete anos e até 1834, percorreu a Galiza concelho a concelho. Em tons líricos, mostra o *“rostro do país”*. Além da grande obra da sua vida, Fontán, legou-nos o primeiro mapa topográfico moderno. Conheceu muitos dos galegos vivos e quase todas as povoações, vales, rios e montanhas. Inteirou-se da sua economia, onde o mar permitia o escoamento natural dos produtos, em desfavor do interior. *“Galicia é un país Atlántico”*, as comunicações com a Meseta sempre foram más. Num registo recente, *“ata non hai moito, a viaxe en tren A Coruña-Madrid supuña mais de doce horas”* antes da chegada do caminho de ferro, em finais do séc. XIX (Murado, 2022: 11 a 16).

A barreira dos montes galaico-durienses e a independência de Portugal no século XII fizeram da Galiza um quase enclave, como *“a insularidade de Galicia”* (Pelayo apud Murado, 2022: 16). A divisão da Galécia ⁸ não terá sido trágica, mas evidencia consequências duradouras; o traçado da fronteira, então permeável e incerta, “mudou o

⁸ A antiga Galécia romana, que se estendia do cabo Ortegal ao rio Vouga, no tempo da Lusitânia (Murado, 2022).

curso histórico da Galiza e de Portugal, depois de ter mantido uma unidade formal desde os tempos romanos, o reino suevo e o chamado *Regnum Gallicense* “. Miguel Torga “alude a uma pátria dividida que, no seu sentido literal, não podia aplicar-se à Galécia da Alta Idade Média, porque se falava mais da terra ou do lugar de nascimento do que de pátria, no seu significado político moderno” (Villares, 2022: 29). “*Por causa do sistema de foro, en Galicia os labregos non eran propietarios das terras que traballaban, pero tan só tiñan que pagar dereitos de alugueiro sobre eles os mosteiros ou a outras institucións da Igrexa*” (Murado, 2022: 151). O imposto à Catedral de Santiago de Compostela, perante tanto poder nas mãos da Igreja, era uma afronta à classe trabalhadora, cuja pobreza roçava a miséria (Villares, 2022). Considera-se que a primeira metade do século XII comportou uma mobilidade das elites sociais e políticas para outros reinos, sendo esse vazio preenchido, na pirâmide do poder, pela nobreza eclesiástica (ibidem, 2022). Assim, consolidou-se o poder da Igreja no governo do território da Galiza, já sem o contrapeso do Condado Portucalense. Mesmo com a *desamortização*, o projeto liberal para liquidar o poder da Igreja, e criar uma classe média de proprietários, não resultou a favor dos mesmos, tão pouco dos pequenos agricultores, rendeiros dos foros. Galiza era uma província que pouco se parecia com as outras de Espanha, em que apenas um palmo de terra não pagava impostos: prestações e rendas em frutos, em grão, em vinho, em galinhas. O Governo liberal expropriou e vendeu as propriedades amortizadas. Os camponeses sem dinheiro nem aos seus próprios foros tiveram direito, daí as suas terras terem ido parar às mãos de outros donos.

“Como dixemos, Galicia é unha rede bastante uniforme de pequenos núcleos de poboación vinculados a outros centros un pouco maiores (as vilas), e estes a cabeceiras de comarcas e, finalmente, às capitais. Sem apenas cultura urbana, com pouca mobilidade social e o pagamento da renda como vínculo simbólico e económico, o labrego galego atopou ao mesmo tempo no caciquismo a súa maldición e a solución a moitos dos seus problemas” (Murado, 2022: 153)

Necessário se torna acrescentar que o desenvolvimento tomaria a forma de industrialização capitalista impulsionada por uma burguesia forte. Assim, já a *pequenez* de Portugal e da Bélgica entroncava neste pensamento, *considerando ridículo que estas duas nações fossem independentes, conforme expresso no Dictionnaire Politique de Garnier-Pagés de 1843* (Hobsbawm, 1990: 33). Ora, a *autodeterminação para as nações aplicava-se apenas aquelas que eram consideradas viáveis: culturalmente e, sem dúvida,*

economicamente, seja o que for o que a viabilidade signifique (ibidem: 33).⁹ Pelos relatos anteriores, em que o princípio de nacionalidade se aplicava na prática apenas a territórios de determinada dimensão, se antevê o que estaria reservado para o «Couto Mixto», a “República independente”.

Longe de Roma, Galiza levou dos romanos o nome de “*Finis Terrae*”, o fim da Terra, mas tinha o mar para esse intercâmbio atlântico. “*Pero para o mundo do intercambio atlântico que se viña desenvolvendo desde muito antes da chegada dos romanos, o noroeste peninsular era, polo contra, un lugar próximo e moi transitado*” (Murado, 2022: 13). No século XVIII a proto indústria galega do linho dependia do comércio do Báltico, a metalurgia crescia em parceria com bascos e franceses, a louça de porcelana de Sergadelos com os ingleses, a indústria das conservas com os bretões. “*Ainda a finais do século XIX, antes da chegada do camiño de ferro, Galicia non exportaba o seu gando a España senón a Inglaterra; e em 1916 atracaban en Vigo, tan só contando os que procedían de Liverpool, três vapores por semana*” (ibidem, 2022: 14, 15). Ora, este relacionamento através do Atlântico foi favorável à Galiza, contudo, por circunstâncias políticas, os longos períodos de instabilidade implicaram fases de empobrecimento.

3. O «Couto Mixto» ou «Os Mistos»

Como uma *Zomia*, o «Couto Mixto» apresenta características idênticas às vastas zonas de relevo montanhoso, situadas no Sudoeste Asiático, que se apresentam, em muitos dos seus contornos, como territórios de resistência ao modelo político-económico dominante dos estados-nação ((Scott 2009: X). Semelhanças ao acima descrito, esta zona da raia seca portuguesa permaneceu um *enclosure* até ao Tratado de Limites ou Tratado de Lisboa (1864-1868), com um estatuto de *no man`s land*. Garcia Mañá (2000), chama-lhe *República Independente*, pois as suas três aldeias haviam conseguido manter-se, até meados do século XIX, na penumbra do reconhecimento pelos estados, bem como

⁹ É relevante citar o que a escola histórica dos economistas alemães, liderada por Friederich List, tomaram como inspiração na década de 1820: “*A nação tinha de ter dimensão suficiente para formar uma unidade viável de desenvolvimento. Se descesse abaixo desse limiar, não tinha justificação histórica. Isto parecia demasiado óbvio para exigir uma discussão e raramente era discutido*” (Hobsbawm, 1990: 31).

desobrigados de pagamentos mais onerosos à hierarquia religiosa. Com uma situação de fronteira pouco clara, os habitantes do «Couto Mixto» como que evitaram a *armadilha identitária, passando despercebidos* (Agier, 2013). Procurando estratégias de *escapismo* e discursos *ocultos*, lançavam “luz sobre outras relações de poder” (Thompson, 1975; Scott, 2013).¹⁰

El Couto Mixto fue una pequeña república entre Portugal y España hasta 1868, con privilegios históricos que lo presentaban a una Andorra del Noroeste. Su memoria fue sepultada durante el siglo XX pero vuelve en el XXI como ancla primitiva de la transnación ibérica o de un Couto Mixto extenso. El Couto es un margen vuelto centro: una inversión de polaridad que revuleve el concepto de Estado-Nación en nación transitiva, impulsando su arcaísmo comunitario y transgresor al conjunto ibérico. (Barja, 2018: 127)

Terra de montanha, os afloramentos rochosos e os tufos de carvalhos, constituíam com a veiga produtiva do rio Salas, as suas características principais, a que se juntava um clima agreste. Paredes meias com o Barroso, separava-os a linha de fronteira. Como uma “sociedade camponesa (...) organiza o essencial da vida económica no seio dos grupos domésticos” (Mendras, 1978:66).

É à volta do recurso terra, condição natural e factor de produção, que, directa ou indirectamente, giram as principais actividades desenvolvidas no interior das unidades familiares camponesas, o que converte o acesso à propriedade e posse da mesma em questões fulcrais para a sua reprodução sócio-económica. Esta importância da terra torna-se, porém, particularmente decisiva no quadro das economias e das condições de vida das zonas de montanha, largamente dominadas pelas actividades do sector primário, da agricultura e da pecuária, mais em concreto (Ribeiro 1996: 344).

A construção do Estado-Nação ocorreu entre os séculos XVII e XX, e a delimitação linear da fronteira foi levada a efeito com o Tratado de 1864. Com essa divisão administrativa, gerou-se a linha de demarcação entre Portugal e Espanha, que resultou, para o lado de Espanha, o «Couto Mixto», onde *viviam, em meados do séc. XIX, 667 habitantes* (Godinho, 2017: 174). “Composto das aldeias de Rubiás, Meaus, a capital do comércio,

¹⁰ Como forma de *escapismo*, temos o exemplo dos *ingleses livres*, vindo já dos Bretões do século XVII, que nunca seriam escravos e estabeleceram prontamente diferenças entre eles e os franceses. “Os grupos subordinados desenvolvem estratégias para se oporem e inverterem essa apropriação e, ao mesmo tempo, alargarem a sua liberdade simbólica” (Thompson apud Scott, 2013: 266 a 270). Como o discurso *público* e o discurso *oculto* dos dominadores e dos fracos “pode lançar uma nova luz sobre as relações de poder (ibidem: 2013:277).

e Santiago, a capital religiosa e política, com uma área de 2 695 hectares, entre os 900 e 1400 metros” (Cruz, 2018), enquadrava-se, a nível administrativo, com Montalegre, do lado português e, a nível religioso, com Ourense. No documento do Administrador do Concelho de Montalegre (Godinho, 2017: 174), lavrado em 1860, distribuía-se a população. Da população do «Couto Mixto» constavam: 200 habitantes, em Meaus; 240 em Ruvíás (ou Rubiás); 225 em São Thiago (ou Santiago de Rubiás, a capital do Couto).

O «Couto Mixto», como uma cultura de orla, não pertencia a nenhum dos dois reinos, desde D. Sancho I, segundo se crê. Como *zona de escapismo*, a história destes povos é de não terem história, são sociedades contra os poderes instituídos, *sociedades sem Estado* (Clastres, 2018: 2013). Durante o século XIX, estas disposições tornaram-se rotineiras nos estados emergentes, ditos modernos, em que “os *Estados e as sociedades após a Revolução Francesa examinaram os problemas da nação e da nacionalidade* (Hobsbawm, 1990: 77). Daí que uma família teria de viver num lugar muito inacessível, para que nenhum dos seus membros e demais indivíduos estivessem em contacto regular com o Estado nacional e com os seus funcionários. O avanço das ligações ferroviárias, o telégrafo e os serviços postais, as ligações terrestres, terão sido formas de controle, ainda que indiretos.

Em estados burocráticos (...) as celebrações dos grandes ritos humanos, como acontecia na maior parte deles, os habitantes podiam encontrar os representantes do Estado nestas ocasiões carregadas de emoção e eram registados pelo mecanismo de registos de nascimento, casamentos, óbitos, que complementou o mecanismo dos censos (ibidem, 1990: 78), além da igreja que, desde o Concílio de Trento procedia a estes registos.

Entre os reinos de Espanha e Portugal, o «Couto Mixto», ou «Os Mistos»¹¹ foi, ao longo dos séculos, um enclave no caminho entre Montalegre e Ourense. Numa curta referência, Luís Garcia Mañá (2000) refere uma outra aldeia, *Pena*, há muito extinta, que a tradição oral evoca como tendo feito parte do “Couto”.

“Mais se temos en conta un informe do 12 de maio de 1842, asinado polo deputado provincial Francisco Cadórniga, por pedimento do xefe político da provincia de Ourense, o Couto Mixto estivo formado polos três lugares citados mais outra chamado “Pena”, que foi destruído na antiguidade e que ainda hoxe é lembrado na tradición oral polos veciños da bisbarra, aínda que non o liguem ó Couto que estamos a estudar” (Mañá, 2000: 25).

¹¹ Couto, do latim *cautum*; *cotum*, *coto*, *couto* e *coito*, definia, no século IX, um lugar imune.

Sobre as primeiras referências à sua existência “*O Foral de Piconha correspondeu os Coutos Mistos como consta da Carta Régia de 5 de Maio de 1325 do Sr. D. Affonso 3.º e confirmação pelo sr. D. Deniz em 1339*” (MNE, caixa 1120, fl. 25). Vinte e sete quilómetros quadrados fizeram daquela terra da Galiza uma “República independente” (Mañá, 2000), uma estória que nos chegou como (quase) romântica, a roçar o épico, não fosse o caso de um drama ter dado lugar a uma realidade, que ditou o seu desaparecimento. E a estória, que à luz da ciência antropológica vamos tentar destrinçar, confronta-nos de imediato com um desmembramento antecipado em alguns anos. Antes mesmo da execução do Tratado de Limites, ou Tratado de Lisboa (1864-1868), concretizada com a colocação dos marcos separadores a partir de 1864 apercebemo-nos, pela leitura dos muitos documentos existentes no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, das lutas e rivalidades entre os membros da própria Comissão, assunto que detalharemos mais à frente. No *Relatório Sobre os Coutos Mixtos E Povos Promiscuos*, em documento datado de julho de 1859, informava-se do posterior envio do mapa, sobre a fronteira que foi marcada em 1857, que repartia já as três povoações do «Couto Mixto»: Meaus, Santiago de Rubiás e Rubiás, para o reino de Espanha. Quanto aos «Povos Promiscuos»: Soutelinho, Cambedo e Lama d’Arcos, entendia-se pelo que nos foi dado verificar no citado documento, que os lugares ficariam integrados no país em que tivessem mais fogos. No caso, Cambedo, como tendo menos vizinhos, a intenção da Comissão era passar para o reino de Espanha, o que não aconteceria, continuando a fazer parte do território português (MNE, s/d, caixa 1120, fl 7).

De nada destas consequências trazidas pela geografia e consequente sujeição ao negócio, importava aos “*labregos*” do «Couto Mixto». Da terra tiravam o sustento, amanhando-a por processos ancestrais, com vista à produção de alimentos. O cultivo do milho é introduzido na Península como uma revolução, pode dizer-se com propriedade: “depois da conquista romana, nenhuma alteração mais profunda se introduziu na monótona vida dos campos. Nem os árabes, com plantas novas e culturas de regadio, fizeram nada de comparável (Ribeiro, 1945).¹²

O centeio, básico na dieta galega, havia sido introduzido cerca de um século antes. Os cereais que, nas várias regiões da Península tomam o nome de pão – o trigo, o centeio, o

¹² Importante para os galegos foi a chegada do milho: “Como escribiu o sensato padre Sarmiento, máis útil foi a primeira mazaroca de millo que se trouxe da América para ser sementada. (...). A pataca (batata) e o millo (...) com rendimentos dez vezes superiores aos do centeio, (...) era xa unha promesa de abundancia” (Murado, 2021: 40)

milho – e foram a base da alimentação da população rural, também nos «Mistos» não seria diferente. Cultivando aquela terra, criando e negociando o gado bovino, transacionado livre de encargos entre as feiras circundantes, ei-los cientes dos esteios da sua economia. “*Numa caracterização geográfica, delimitou-se a sociedade rural pela população residente isolada e pela que habita em aglomerados de menos de duas mil pessoas*” (Baptista, 1996: 60).

O entendimento das populações fronteiriças é bem evidenciado nos anos de más colheitas: “nesses anos, registavam-se constantes queixas de escassez de cereal e, no caso do Barroso, recorria-se frequentemente à importação da vizinha Galiza”. (Santos, 1996: 360)

Ainda em 1945, sobre o Barroso, Jorge Dias apontava as melhores terras da serra a serem ocupadas por enormes batatais. A demarcação dos lugares emerge do contexto, e é expressa “*através dos elementos naturais como árvores, rochas, montanhas ou lagos*” (Jill Dias, 2013:157). De modo que os habitantes daqueles lugares conheciam bem o terreno, os espaços da sua pertença cuja usança lhe fora transmitida dos ancestrais, não só por via oral, mas também pela prática, pelo que viram fazer. Ocupando o que lhes pertencia, onde além do pasto, retiravam a lenha e os matos para a cama do gado e adubo para as terras, “*desde o século XVIII xa se viñan producindo apropiacións individuais de baldios, térreos ermos de monte que en moitos casos foron cultivados e traballados de mellor xeito*”. (Mañá, 1993: 122). Na Galiza, até aos dias de hoje, mantem-se a *mancomunidade*, uma quinta parte do território, mais de 700 000 hectares, corresponde ao “Monte de Vizinhos em Mão Comum”, uma forma de co-propriedade germânica, com uma regulação específica,

“porque o mato comunal foi a grande dispensa do sistema agrário tradicional, onde se encontravam todos os complementos necessários ao seu funcionamento, dos fertilizantes orgânicos à disponibilidade de terras livres para rozas (cultivos itinerantes) passando pelas terras de pastagem para a pecuária extensiva” (Villares, 2022: 18).

A pastorícia foi um modo de vida dos «Mistos» - rebanhos de cabras e ovelhas, como testemunha um habitante de Meaus, abalavam para os montes, cada um identificado com um nome.

“Saíamos do pobo co as vacas e xuntabámonos todos os pastores no Portal do Ramos, xunto das Touzas, subíamos co ganado cara à Cuvela, que é un chaira que hai detrás deste monte que desputa aqui. Na Cuvela había un cocho para xogar á porca. Tamén se xogaba a esconderse, ó garabuña, ó truque, a moitos xogos. Pouco a pouco, as vacas ían indo para a Curvaceira. Xuntabámonos no fondo do Penedo da

Curvaceira, onde había outro cocho para xogar á porca. Preto do Penedo da Curvaceira hai unha baixada moi grande. Na parte de abaixo están os prados do Herbedeiro, onde eu paraba coas vacas. Faciamos lume para quentarmo, xogabamos a vários xogos; as mulleres faciamos labor. Iámonos xuntando os pastores de zona en zona ata chegar á Curvaceira. Po alí hai uns penedos que son unha preciosidade. Recordo nomes como As Chozas, O Pico de Paradela... A partir da Curvaceira, pralá, xa é de Rubiás. Non se ve o pico porque hai moita fronda. Pracá está o Outeiro do Asubío, por alí había moitas uces. Nos prados do Herbedeiro eu sempre estaba sentada ao pé dunha fonte, vendo todo á redonda, desde alí estaba vendo todo (Carmen Valencia Alonso, de Meaus (entrevista em [Cruz 2018: 26]).

A criação do gado bovino da raça Galega acantonou-se numa estreita faixa litoral e no baixo vale do Lima (Santos, 1996: 367), consistindo numa importante riqueza para a economia local. Em 1840, como nos relata Garcia Mañá (1993), abriu-se o mercado britânico ao gado bovino português, embora esse benefício não fosse todo para Portugal, pois o gado exportado era em grande parte oriundo dos trabalhos das lavras galegas, entrando no Minho e em Trás-os-Montes para então ser exportado. Tal mercado terá sido, isso sim, arruinado com a entrada do gado procedente da Argentina, de boa qualidade. No regadio, além da veia estrutural, o rio Salas, correndo no Vale com o mesmo nome, apontam-se os múltiplos recursos hídricos em cada uma das três aldeias do «Couto Mixto», de cujas vertentes das montanhas envolventes escorriam as águas, quer fosse do degelo das fortes nevadas de inverno, quer dos níveis freáticos retidos no subsolo. Vizinhos dos de Montalegre, não seriam muito diferentes os processos de regadio. Desse modo, as plantas dos prados e lameiros eram defendidas das baixas temperaturas (hoje ainda é assim no Barroso) pelo processo tradicional conhecido como *regas de lima*, onde a água alimenta as plantas no verão, enquanto as defende das baixas temperaturas no inverno. Além de regarem, as águas transportam sedimentos e *esterços*, agindo como fertilizantes. “Em Montalegre, estas águas são designadas *águas de surro* (palavra derivada de *xurro*, que, por sua vez, deriva de *enxurrada*), e na Galiza chamam-lhes *gordas*” (Portela, 1996: 374). A água escorria das gargantas da montanha, havia que a reter para se comer da terra, como nos relata Carmen Alonso, que já conta com mais de 90 anos de vida.

O que mais se comían eram patatas i o centeno pra pan. Depois tiñamos asi judías, habas, calabazas i buenos coles, verzas. Esto necesita mucho riego, si queremos coger unas lechugas, hay que regarlas todos los días. Da mucho trabajo. A auga venía de las gargantas que hay arriba. Se embalsa el agua para llevar

para todas las tierras. Había canales para regar, los que están ya más abajo no necesitan riego, porque ya lo tienen en la raíz. Pero todo esto por aquí es muy seco, porque es la falda de la montaña. (Carmen Valencia Alonso, 90 anos, de Meaus)

Havia as fontes, os miúdos eram encarregues de levar a água para casa, como nos conta Victoria Rodriguez, 76 anos: “eu cando era pequena, miña nai poñíame unha meta, a min e a meus irmaos. Primeiro tiñamos que carrar a agua e preparar aa cousas pos animales, e despois deixábanos salir”. Cesáreo Veloso, 67 anos, um informante crucial, um amigo que granjeei nas (várias) revisitações ao «Couto Mixto», sempre pronto ajudar nas respostas às minhas interrogações sobre o local e as pessoas, e que em boa hora me fora indicado pela professora Paula Godinho, descreve o uso da fonte e da distribuição de água ao domicílio, já nos anos 1980. Continuando a morar em Santiago de Rubiás, após catorze anos emigrado na Suíça, ele e a mulher, dedicam-se à agricultura. Na actualidade, é vereador do concelho de Calvos de Randin e “home de acordo da Asociación do Couto Mixto”.

Aqui no barrio do Pereiro suministrámonos todos ca fonte esta, o sea, había que ir cos cubos e cos cántaros, e no barrio de arriba había alghunha mais. Eu fun dos promotores de ter auga nas casas em 1980. Vindo de vacacións de Suíza, restaurei un pouco a casa que me tocou ó lado dos pais, e primeiramente intentei facer un pozo pa sacala auga. I comentando com alguns veciños, dixeron: Home, non fagas pozo porque temos que tratar de meter auga. Daquela xa non había moita xente no Pueblo, entón díxenlle: Bueno, pois vámonos pór pa metela. Entonces digamos que fun un dos que arranquei pa facer unha asociación e axustámola daquela en quatro millóns de pesetas, a un empresario que foi o que nela meteu, e rematárase no 81 ou por aí (Cesáreo González Veloso, 67 anos, de Santiago de Rubiás).

Do casario primitivo, rareando a cobertura de telha, era o colmo o mais usado, seguro por ripas de carvalho, que se juntavam na cumieira. Telhado de duas águas, sobre o qual se colocavam umas pedras de granito, impedindo o vento de destelhar. Celso Fernández descreve a habitação.

Estas casiñas eran unhas barraquiñas, todas com colmo. Eu recordo más non habere unha sola tella aqui. No noso Pueblo todo palla e os techiños arriba, unhas rípias de carballo, uns pauciños, despós cus terrós por riba e o colmo. No barrio dalá hai uns remendiños solo, más nada. E deuselle a volta ó Pueblo todo, i ahora vai todo outra vez ao chao. (Celso Ferreira Fernández, 79 anos, de Vilar).

O séc. XIX ficou marcado pelo ataque aos baldios e pastos comuns, considerados por Alexandre Herculano, em Breves Reflexões sobre alguns pontos da economia agrícola, *um dos mais graves embaraços ao progresso da agricultura entre nós* (Herculano,

1982:7), e com a produção de legislação diversa revendo as terras inalienáveis de fruição comum. Foi uma das maiores preocupações no tratado de fronteiras:

Os vizinhos raianos eram profundamente dependentes dos terrenos comunais, frequentemente fruídos em comum pelos vizinhos de um e outro lado da fronteira. Ao tomar conhecimento do traçado da fronteira, os habitantes locais evidenciavam o seu mal-estar e a insegurança nas diversas petições endossadas ao rei, grande parte das quais assinadas de cruz. (Godinho 2017: 186)

3.1. O monopólio do tabaco

Os rendimentos auferidos pelo cultivo, secagem e venda do tabaco, constituíam um dos privilégios de que gozavam os habitantes do «Couto Mixto». Um produto rentável, originou uma crescente cobiça, a que as novas ideias liberais, antecipando a constituição do Estado-Nação (1850), e o fortalecimento da Alfândega como cobradora de impostos, não foram alheias. Os estados cederam o monopólio do tabaco, cuja exclusividade do negócio era apetecível perante o seu incremento e uso. Proporcionou enormes proventos, e foi a base de algumas grandes fortunas. Era a exigência das novas empresas, organizadas na visão economicista de uma fonte de rendimento, que se continua nos tempos de hoje, apesar das leis que regem a distribuição e venda.

Se assim era, havia que liquidar o negócio do tabaco no «Couto Mixto», apagando do mapa aquela República, recorrendo a estratégias negociadas nas costas da população, apesar dos seus recorrentes protestos e petições.

Atribui-se a Portugal o conhecimento primeiro da planta do tabaco na Europa, se bem que emparece com a cidade de Toledo nesse desiderato, perante outros relatos e suposições. Assentemos nesta proposta: em meados do século XVII seria já um produto de enorme importância económica. Constituíram-se por meados do século XVIII, época de vigor comercial assente em políticas monopolistas, as primeiras fábricas em que o próprio Marquês de Pombal foi um dos interessados.

A expansão do comércio do tabaco, em meados do século XIX, levou à constituição, em Lisboa, da Companhia Nacional de Tabacos, em Xabregas, tais como as fábricas de Santa Apolónia (1865), a de Santa Justa (1868), e a fábrica da Companhia Lusitana (1876).¹³

¹³ No terceiro Quartel do século XIX, era esta a principal indústria do país, relativamente ao valor total da produção. Em 1906 constituiu-se a Companhia Portuguesa de Tabacos e a Tabaqueira. (Disponível em <https://www.infopedia.pt/monopólio-do-tabaco>).

O negócio apetecível do tabaco vai gerar monopólios, em que se procura a todo o custo eliminar a concorrência. Na mira dessas ações, os habitantes do “Couto Mixto” são o alvo a abater. Compelidos a abandonar o cultivo e uso do tabaco, até para seu consumo próprio, perante uma legislação dura e rusgas policiais constantes, de nada serviram os seus protestos e os abaixo-assinados.¹⁴

Engendrava-se, paulatinamente, a anexação do «Couto Mixto». Em breve, aquela “República independente” iria soçobrar perante um imperialismo em franca ascensão.

3.2. Ecótipo

O *Couto Mixto*, com as *parroquias* de Santiago de Rubiás e Rubiás, pertencentes ao actual Concelho de Calvos de Randín, e a *parroquia* de Meaus, ao concelho de Baltar, é limitado ainda pelos municípios de Porqueira, Os Blancos e Muíños, a sul da província de Ourense, na raia seca portuguesa. Próximo está Tourém, povoação portuguesa, em terras de Barroso, concelho de Montalegre, província de Trás-os-Montes.¹⁵ A sua orografia oscila entre os 900 e os 1100 metros, conquanto as serras do Gerez e do Larouco, paredes meias com as duas nações, atingem os 1 300 metros.

A configuración do relevo dá como resultado un gran contraste climático dentro dun municipio que, com todo, pode encadrarse na zona de transición entre o domínio oceánico e o continental. Esa mestura do Atlántico e o Mediterráneo, o val e a montaña, resultan num amplo abono de paisaxes e habitats naturais e humanos que son unha das riquezas do municipio. (Vidas e lugares com história, 2018: 45).

O conjunto megalítico de *Penas Altas* é o testemunho de um território habitado desde há muito cujas “*orixes do Couto Mixto son as mesmas cás do actual Estado de Andorra*” (...) *território singular de 3 000 hectáreas, situado en Ourense*”, publicava o jornal *El Correo Gallego*, 6 xullo 2007, num vasto artigo intitulado: “*Couto Mixto, a Andorra Galega*”. Contudo, a grande emigração durante o século XX terá sido um dos factos de

¹⁴ Poderíamos aqui confrontar as nações escravocratas, cujos processos colonialistas assentaram na exploração das matérias-primas, vitais ao desenvolvimento ocidental, de que ainda hoje a Europa é fértil. Em termos meramente económicos, “Aludindo a diferentes experiências coloniais, Rita O’Brien distingue as motivações e os desenvolvimentos subsequentes próprios a cada contexto. (...) Uma vez explorados os recursos primários, estava criada a base para o estabelecimento do comércio e industrialização”. (Pereira, 2021: 96)

¹⁵ Foi o berço do último Juiz do Couto Mixto, enquanto república independente, de seu nome Delfin Modesto Brandón, que publicou em 1907, *Interesante Historieta del Coto Mixto*, uma descrição político-social-religiosa.

maior notoriedade na sua história mais recente, também devido à perda das prerrogativas pela anexação. O rio Salas, que cruza o território e o fertiliza e rega, foi sempre uma portentosa riqueza natural para a terra arável. O rio, atravessando de leste a oeste, o chamado *Vale de Salas*, por que foi sempre conhecido, foi o protagonista de uma rede hidrográfica indispensável às potencialidades locais, originado um solo de boa sementeira. Os habitantes das três aldeias do *Couto Mixto*, encravado em terras do Barroso, cuja sede concelhia ainda é Montalegre, como a maior parte das aldeias barrosãs, isolados pelas montanhas, viviam da criação de gado, nessas terras altas em que as pastagens são essenciais. “De facto, o Barroso é um mundo de utopias (...) visto pelo resto do mundo, como um espaço irreal” (Sanches, 1999: Badana). Ora, paredes meias entre os dois reinos, *na zona fronteiriza os vínculos non se romperán nunca de todo, e seguen a ser grandes ainda hoxe* (Murado 2022: 59), em que a porosidade tornara plástica e maleável a identidade fronteiriça (Scott, 2009: 332). Meaus era uma das citadas aldeias do Couto.

Era un centro precioso, porque las casas eran muy buenas. Estas calles, me decia la abuela, que iban tan llenas de gente que “igual que cuando é un entierro, a xente”. Porque venían a comprar desde los pueblos portugueses después de la sierra, desde Ginzo, desde Celanova, también desde la provincia de Zamora, todo acudía aquí, porque el comercio era barato. Porque era barato? No tenía impuestos, por eso lo echaron abajo. Que pena, verdad? Y esto hubiera sido una Andorra fantástica. Aquí para todos. (María de la Concepción, 87 anos, de Meaus, verão de 2018).

Como se deduz das declarações de Maria de la Concepción, o preço baixo dos produtos transacionados no Couto Mixto, pelo não pagamento de impostos, permitiria um negócio rentável, *porque el comercio era barato*. Daí o incremento do contrabando, que remonta longe no tempo, entendido desde sempre como defraudação do interesse público, um delito combatido e punido, um negócio entre as populações da raia. Escreveu Munoz Merino (1992:37) que o estabelecimento de aduanas ou alfândegas parece anteceder a formação do Estado grego e encontra-se referência à entrada fraudulenta de mercadorias no antigo Egipto por parte dos cartagineses (Béquet, 1959:7). Este exemplo remoto serve para caracterizar a persistência de uma prática adaptada aos novos tempos, que o efeito-fronteira potencializa e leva a uma oportunidade comercial.

A fronteira é um espaço vigiado, perigoso desde logo pela sua liminaridade, pois ameaça permanentemente iludir a fidelidade e o respeito às autoridades que o gerem. O Estado central, às vezes distante e quase incerto e outras, impositivo e autoritário, investe na sua presença na fronteira. Presença militar e policial,

tanto para garantir a inviolabilidade do território que assume, como para adequar os comportamentos ao corpus jurídico que produz. Olhar que vigia e mão que pune (Cunha, 2019: 5.1.).

As políticas liberais ficaram ligadas à emergência do Estado-Nação (1850), com regras disciplinadas e assentes no combate ao contrabando por formas e acções eficazes, contraponto ao Antigo Regime, cuja heterogeneidade de processos de combate a esse mesmo contrabando contrariavam as pretensões dos governantes. Efetivamente, o liberalismo construiu um corpo de novas e contundentes disposições no combate ao contrabando, no entanto a vigilância sobre esses espaços não terá nascido nessa altura, tendo sido desempenhada, até então, por outras autoridades: alcaides-mores, fronteiros, homens das sacas (Duarte *apud* Cunha, 2019: 5.1). Neste quadro de acções fronteiriças, distintos papéis eram assumidos pelos seus actores no tempo e no espaço particular que o contrabando definia, fosse a noite e os caminhos pouco frequentados, ou as veredas e os matos raianos. Reportando-se a Ourense, uma província distante, mas nem por isso diferente no que a esta proximidade ambígua diz respeito, Luís Garcia Maña constata:

Curiosamente, guardas e contrabandistas conviviam nas mesmas povoações, sabedores, uns e outros, do papel que representavam. Normalmente era de noite que cada qual assumia a sua posição no tabuleiro. Durante a maior parte do tempo o jogo consistia em vigiarem-se mutuamente, muitas vezes com vantagem para os contrabandistas. Daí o grande número de contos que circulam na raia sobre enganar, burlas, corrupções e outras artimanhas, com que venciam a resistência dos outros (Maña, 1988: 165).

3.3. Autonomia rural e os privilégios

As três aldeias do *Couto Mixto* beneficiaram de um conjunto de privilégios: isenção de vários impostos, o direito de asilo, a dispensa do serviço militar, o cultivo de tabaco. Nessa estratégia de passarem despercebidos, os habitantes deste território, desenvolveram processos entre a *cripsis*, a arte de passar despercebido (Wagensberg *apud* Godinho, 2017:173) e o *mimetismo*, parecendo o que não se é, para não perder com isso, na tal porosidade que tornara plástica e maleável a identidade fronteiriça (Scott *apud* Godinho, 2017: 173). Retomando James C. Scott, este autor desenvolveu um trabalho notável no que concerne a vastas regiões habitadas por povos asiáticos, que não foram incorporados em estados-nação. Designada por *Zomia*, a problemática das situações de periferia, no entender do autor de *The Art of Not Being Governed*, refere as áreas em que, escapando à esfera dos estados, esses povos não foram totalmente integrados. Ora, essa não pertença

constitui-se como um modo de vida. No caso das três povoações do *Couto Mixto*, reconhece-se esse mesmo modo de vida consubstanciado na resistência à aproximação aos estados espanhol e português. No fundo, um caso similar à Zomia.

Trata-se de uma zona de refúgio ou de protecção de pessoas cujo modo de vida, a organização social, a ideologia e a cultura oral podem ser encarados como um posicionamento estratégico para manter os estados à distância, com vista a evitar a incorporação.(...) É uma área de gente fugidia, que se escapuliu à esfera dos estados e do colonialismo ao longo de dois milénios e, desse modo, escapou à escravatura, ao alistamento militar, aos impostos, às corveias medievais de trabalho, às epidemias e às guerras. (Godinho 2017: 162).

Nestas zonas de insubordinação, além de uma população já estabelecida, acolhiam-se fugitivos, aventureiros, negociantes, bandidos, foras-da-lei, desclassificados (Godinho 2017: 167), no fundo, gente insubmissa com identidades grupais flexíveis, cujos momentos de rebeldia constam nos registos de relatórios militares e policiais, nos julgamentos, nas execuções, nas comissões de inquérito, nas reformas administrativas (Scott, 2009: 284-323).

O Couto, com sus fueros e privilégios, duró más que las repúblicas pirenaicas y bien pudo convertirse en una Andorra plenamente ibérica. Pero en 1809, huendo de las fuerzas anglo-lusas, el ejército de Napoleón mandado por el mariscal Soult desembocó en el Couto, se apoderó del arca de las três llaves y quemó los documentos forales en su interior. Los atropelos ya se venían asestando desde finales del siglo XVIII, cuando el Conde de Floridablanca quiso aacabar com el cultivo del tabaco tachando a los lugareños como “independientes de las dos Coronas, y son feroces asesinos, contrabandistas, y receptadores y auxiliaadores de todo malhechor que se refugia a ellos” (Barja, 2018)

A autonomia rural funcionava duplamente: afastado das políticas centrais, recorriam aos notáveis do quadro aldeão ou regional para se fazerem ouvir, tendo espaço para a resistência, desde o *registro oculto* (Scott, 2013), *as armas dos fracos* (Scott, 1985), às formas mais institucionais ou aproveitando as fragilidades do sistema político. Enquanto os estados modernos não haviam ainda cuidado de algumas formas de ordenação do território e controlo disseminados, “*o afastamento em relação aos centros do poder possibilitava às sociedades camponesas pré-modernas, e às raianas de forma acrescida, grande autonomia na gestão dos seus assuntos*” (Godinho, 2017: 181). Criaram-se formas de sobreviver nas duas fronteiras, com bem-estar acrescido, num mínimo de organização articulada para a maximização dos proveitos e uma minimização de perdas, *em que a casa* era o fulcro dessa gestão. Já uma organização mais vasta levava à partilha, entre as aldeias de ambos os lados da fronteira, das pastagens, das terras, das águas, dos

instrumentos de produção. Quando conveniente retomava-se o nível religioso e administrativo em cada uma das paróquias ou freguesias. O último Juíz do «Couto Mixto», Delfin Modesto Brandón, defendeu a permanência da identidade político-territorial daquele povo,

“Pero foi vítima da reacción absolutista, que tiña na Igrexa tridentina o seu melhor esteo. “O Estado non debe ter relixión, porque o Estado non confessa, non recibe a comunión, nin morre”, dicía Modesto Brandón seguindo o ditado do seu dirixente, o tribuno Emilio Castelao” (“El Correo Gallego”).

Quanto aos privilégios de que gozavam aqueles habitantes, destacamos: desobrigação nos processos eleitorais, nem dos assuntos políticos, quer de Espanha quer de Portugal; o mesmo na isenção do pagamento de impostos; isenção do oneroso pagamento ao Santuário de Santiago de Compostela; desobrigação do pagamento de quaisquer tributos aos dois reinos, quer os devidos pela terra, quer pelas actividades comerciais ou industriais, quer ainda pela transacção do gado que criavam, incluindo nas feiras das comarcas limítrofes, de ambos os lados das fronteiras, apascentados nos ricos lameiros do Vale de Salas e nos matos dos baldios contíguos.

Los pueblos mistos han disfrutado sempre, además del privilegio de vender libremente en las inmediatas ferias gallegas toda las classes de ganados de la propia procreación en los mismos, sin que les obligasse el pago de derechos, ni el uso de guias de la aduana, ú outra classe de documentos (Brandón, 1907: 14).

Ora, na Idade Média não existiam nem os estados nem as nações tal como hoje os entendemos. De facto, a Alfândega, com a constituição do Estado-Nação, originara um novo processo, uma outra fase no pagamento de impostos substituindo-se, por essa via, à Casa Sereníssima de Bragança (Portugal), ao Conde de Monterrey (Espanha) e ao Santuário de Santiago de Compostela (a Igreja), em que a colecta constituía uma brutalidade nos rendimentos daquelas populações. Único na Península Ibérica, reafirme-se, o território foi designado por sucessivos investigadores como, Microestado, República, Andorra galega, tinha no cultivo do tabaco e na sua transformação um avultado e rentável negócio, fulcral ao rendimento das famílias. Comparada a Andorra, encravada que estava entre montanhas, onde se observava também o incremento do cultivo e produção de tabaco a partir do século XVIII, entretanto sobrecarregada de impostos pelos estados espanhol e francês (Argemir *apud* Godinho, 2017: 206, nota de rodapé 128), destinada a maior parte da produção ao contrabando. O mesmo se verificava no Couto Mixto, por dali advirem proveitos de montante apreciável, concorrendo com o monopólio do tabaco, entretanto em adiantado processo de envolvimento comercial por

empresas dos dois reinos, em franca expansão com a abertura de fábricas. Tal contrabando terá sido uma das principais causas, entre outras alusões de (aparente) menor impacto, da saga iniciada contra a existência daquele Microestado, apenas a Comissão Mista dos Limites entrou em funções, iniciados que foram os trabalhos de apreciação e negociação dos limites fronteiriços entre os reinos de Espanha e Portugal. Frederico Leão Cabreira, presidente da Comissão Mista Portuguesa, acentuou constantemente e desferiu incontáveis ataques, conforme o volumoso e circunstanciado Dossier, propositadamente constituído para o efeito, a que tivemos acesso e trabalhámos no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, respeitante ao Couto Mixto e aos Povos Promíscuos - as povoações da raia transmontana de Soutelinho, Cambedo e Lama d'Arcos, a que nos referiremos mais à frente. Do referido Dossier: “Relatório sobre os Coutos mixtos e Povos Promíscuos”, inserimos a acta confidencial, assinada por Leão Cabreira e dirigida ao Marquês de Loulé, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, datada de 11 de junho de 1857:

Malévolos e interesseiros indivíduos (...) contrabandeavam os habitantes das três povoações. Conservarem-se no gozo dos antigos abusos, aquelles chamão privilégios. Por parte da Comissão Mixta, já eles sabem que os seus torpes desejos não serão por forma alguma satisfeitos. (MNE, 1859, Caixa 1120, Dossier: “Os Povos Promíscuos”).

Enfim, resistindo como puderam, os do Couto Mixto assemelharam-se às personagens de Uderzo e Goscinni que magicaram a intrépida estória de um punhado de gauleses. Disso não se podem gabar “*os dos Mixtos*”, *apagados* materialmente do mapa. Sendo os tempos outros, como havemos de contar, a sua gesta, embora esquecida por historiadores galegos do século XIX, têm agora quem faça luz sobre as suas vidas passadas. Lá mais atrás, Delfin Modesto Brandón, Vicente Risco e Madoz. No tempo presente, batalhadores incessantes, Luís Garcia Mañá e a antropóloga Paula Godinho. Como candeias acesas, irradiam luz e oferecem de mão beijada e em fascículos “*Uma estória de resistência*”. Denunciam e dão a conhecer o *apagão* do «Couto Mixto».

Numa classificação elaborada por Luís Mañá, apontamos uma síntese de privilégios do «Couto Mixto».

- Privilégios pessoais: escolha de nacionalidade; isenção do contributo de homens para o exército; direito de asilo.

- Privilégios políticos: autogoverno; não participação no plesbicio de ambos os reinos. - Privilégios fiscais: isenção do pagamento de impostos a favor de Espanha e de Portugal; direito ao livre comércio.
- Privilégios administrativos: desobrigados do uso de impressos oficiais e de cédulas pessoais; direito a possuírem armas de defesa ou de caça sem precisarem de licenças.
- Privilégios económico-comerciais: direito de passagem pelo “caminho privilegiado” entre o Couto Mixto e Tourém; liberdade de cultivo; direito a comprarem e a venderem nas feiras e mercados galegos e portugueses.

Da listagem de Luís Mañá, desenvolvemos algumas ideias. Assim, não se encontrando a população obrigada a uma ou outra nacionalidade, podiam inclinar-se, por razões geográficas, familiares e/ou tradicionais, por quaisquer delas, funcionando como um salvo conduto. Delfin Modesto Brandón, aponta na sua “Historieta del Coto Mixto”, que as casas assinaladas, nos umbrais das portas de entrada, com a letra “E”, correspondiam a habitantes espanhóis ou galegos, enquanto os portugueses assinalavam a sua marca com a letra “P”. A sua relação era exclusivamente do regime interno do Couto, não ficando ligados aos efeitos jurídicos derivados de uma nacionalidade concreta, nem obrigados a apresentarem “*cédulas persoais*, ou subscreverem quaisquer classes de documentos públicos ou oficiais em qualquer dos dois países e no próprio couto. Tal prática não perdurou muito, já que as autoridades de ambos os reinos perseguiram os moradores, não cumprindo o estatuto de privilégio a que tinham direito. Acrescente-se que as letras se substituíram por “*datas, cruces, as iniciais dos moradores das casas, ou outro tipo de símbolos ligados á superstición, e mesmo desaparecendo borradas a mantenta*” (Mañá, 2000: 94).

Ainda que não fossem encontrados documentos nos diferentes arquivos consultados, que indicassem o privilégio da “*escolla de nacionalidade*”, foram recuperados documentos privados datados de 1842 e 1843, onde,

“se expresa a condición da nacionalidade por habitar en “casa portuguesa” ou em “casa espanhola”. Así ocorre, por exemplo, nun poder outorgado en Xinzo de Limia por un veciño de Meaus o día 9 de agosto de 1843, en relación cunha débeda, exponéndose no documento como os debedores convenciños de Meaus, manifestan ser portugueses “por cuanto vivían en la casa perteneciente a aquel reino”. (ibidem 2000:95).

Sobre o cumprimento do serviço militar, “*constitúe unhan relación xurídica persoal, que obriga ós súbditos á obediência, fidelidade ó Estado, e a determinados deberes especiais*”

(Verdross apud Mañá, 2000: 95, 96). Todavia, essa relação jurídica não existia entre Espanha e Portugal, na medida em que, mesmo em tempo de guerra, os mancebos do “Couto Mixto” não podiam ser alistados. Num caso, durante as invasões francesas, em 1809, a “Xunta de Armamento da Boullosa”, fez tábua rasa dos privilégios dos moços daquele território e obrigou-os ao alistamento. De pronto, a injustiça foi reparada: o “*Capitán Xeneral de Galicia, o Marqués de la Romana, quen desvirtuou a orde recoñecendo as peculiaridades históricas dos mixtos.*” (ibidem, 2000: 96)

Outras situações ocorreram, procurando desrespeitar os ditos privilégios, por exemplo: “*non pagaron la contribución extraordinária de guerra*”, mas tais situações encontravam obstáculos pelas determinações focando as isenções ao longo dos anos. Desde, “*en fuerza de los privilegios concedidos por S.M. y Real Consejo estaban exentos de pagar contribuciones incluso la de sangre*”, aos “*los lugares mixtos eran jurisdicción mixta del Duque de Braganza y del Conde de Lemos*”, finalmente, “*a los vecinos de los referidos pueblos se les guardasen sus privilegios y no se les repartiesen soldados pilones*”, o reconhecimento destes direitos atinge autêntica importância, que se ratificou, entre outras ocasiões anteriores, no mês de outubro de 1704, “*data na que o Tenente Xeneral da provincia de Galicia, mandou que ningún Gefe de Guerra los molestasen*” (ibidem, 2000: 96, 97), numa referência clara aos vizinhos do «Couto Mixto».

A terminar esta questão, em 1819, uma acta redigida na presença de autoridades espanholas e portuguesas, onde se acordou e reconheceu que, “*En conformidade dos Foros ou Previlégios do Couto não se lhe posa lançar nen repartir contribuição alguma; gavella, e derramas, e do mesmo modo soldados para Milícias e Exército tanto por uma como por outra parte.*” (ibidem, 2000: 97).

Acerca do asilo dado aos não nacionais que se acolhessem no território, não sendo tão eficaz a protecção como poderia ser num Estado convencional, tal privilégio ficou na memória dos “*veciños do Couto, transmitíndose por tradición oral o mesmo que o direito de non alistamento ós exércitos*”, no relato do professor Jose Luís Fernández Flores (ibidem: 98). As graças ao asilo não se estendiam aos delitos graves como os homicídios. Este direito, sendo motivo de desconfiança por parte das autoridades dos dois países, levava a perseguições amiúde aos suspeitos de delitos gravosos. Contudo, na “*Historieta del Coto Mixto*”, dentro do território independente “*existía bastante pobreza, efecto de los forasteiros que allí tomaban estado conyugal, para librarse del pago de las*

contribuciones y de otros excesos”, no que se depreende o direito de asilo por questões fiscais, como por questões do direito penal. (ibidem, 2000: 99).

3.4. Autogoverno, uma sociedade a-estatal e a isenção de participação no plebiscito de ambos os reinos.

Quanto à representatividade, a autoridade máxima era o “*xuíz civil e gubernativo do Couto Mixto. Perdurou ata o ano 1836 a investidura desta autoridade por parte dos reis de Portugal, en nome de quen actuaban os representantes da Casa de Bragança*” (Brandón *apud* Mañá, 2000: 59). A sua eleição, cujo signo de distinção consistia no uso de uma vara branca, representava uma forma de democracia e independência. Para a eleição, reuniam-se os *veciños* de Santiago de Rubiás, Rubiás e Meaus, no início de cada ano, na Veiga do rio Salas, num terreno equidistante das povoações, auxiliados por os “*homes de acordo*”, dois por cada povo, e “*polo Vigairo de mes, axente executor das medidas tomadas pola citada autoridade*” (ibidem, 59).

“La democracia es un modo vivendi de praxis y ritos. La elección del juez tiene lugar en el punto intermedio común a los três pueblos, y es revocable se non cumple com su deber. Esta democracia – encarnada por los de dentro y transgressora para los de fuera – tiene pinta de isla pirata.” (Barja, 2018: 131,132)

O exercício do mandato durava três anos. Assentava a formalidade da nomeação o representante da Casa de Bragança, cuja confirmação da eleição provinha do Juiz de Direito de Montalegre, em nome do Duque de Bragança, “*señor e donatario do Couto Mixto*”. Sem dúvida, a vinculação mais concreta do Couto remetia à Casa de Bragança, embora, a partir do século XVI, a Casa de Monterrei também fizesse parte do processo.

Registe-se que a tarefa fundamental do Juiz era a defesa dos direitos dos vizinhos do Couto Mixto, mais a manutenção das regras sociais e laborais da comunidade, contando com os “*concellos dos pobos (...) decidindo o destino das multas, as vendas e poxos de cachos de monte comunitário para atinxi-los recursos precisos para outras necesidades*” (Mañá, 2000: 61). À semelhança das sociedades igualitárias na sua essência, apresentavam os homens como senhores da sua actividade e da circulação dos produtos dessa actividade, agindo apenas para si.¹⁶

¹⁶ Tudo é perturbado, por conseguinte, assim que a actividade da produção é desviada do seu objectivo inicial, assim que, em vez de produzir apenas para si, o homem primitivo produz também para os outros, sem troca e sem reciprocidade. (Clastres, 2018: 212,213).

Tal escapismo repercute-se, igualmente, no controle da irresistível ascensão dos chefes, libertando “em si mesmas forças capazes (...) para pôr em xeque a dinâmica da chefia, para pôr termo ao movimento que talvez tivesse levado a que os chefes se tornassem reis detentores da lei” (Clastres, 2018: 234).¹⁷

É o trabalho da conjuração do Um, do Estado. A história dos povos que têm uma história é, diz-se, a história da luta de classes. A história dos povos sem história é, dir-se-ia com pelo menos idêntica verdade, a história da sua luta contra o Estado. (ibidem, 235).

Quanto à não participação no plebiscito de ambos os reinos, infere que os habitantes do Couto Mixto são alheios à participação política dos dois reinos, que tão pouco podiam interferir nas questões governativas e políticas do Couto, consequência da independência deste território. Tomás Teijeiro, em documentos conservados no “*Arquivo Xeral do Ministerio de Asuntos Exteriores*”, em Madrid (1841-1842) informava que “*los vecinos de los mixto no concurren a las elecciones de concejales de las alcaldías a que pertenecen, ni a las de diputados provinciales ó para Cortes... Tampoco toman parte en las elecciones portuguesas...*” (citado por Mañá, 2000: 102).

3.5. Privilégios fiscais, livre comércio e posse e uso de armas

Aos do Couto Mixto foi-se-lhes apertando o cerco, atropelando-os a pouco e pouco nos seus direitos e formas comunais de coexistência, privilégios das três aldeias que “teriam, em meados do século XIX, 667 habitantes” (MNE, s/d, Caixa 1120, fl. 81). As arremetidas aos do Couto eram constantes. O Conde de Floridablanca insistia nos ataques aos habitantes do Couto, na mira do negócio do tabaco: “*Los atropelos ya se veniam assestando desde finales del siglo XVIII, cuando el Conde de Floridablanca quiso acabar com ele libre cultivo del tabaco tachando a los lugareños*” (Barja, 2018: 130). Contudo, continuaram os habitantes do Couto Mixto a não pagarem impostos, não considerando quaisquer obrigações fiscais para com os dois reinos fronteiriços. Meus era a vila comercial por excelência,

“onde o encetarse o século XIX se atinxiron as maiores cotas de actividade comercial. Aí montaron o seu negocio unha chea de comerciantes que tiñan os seus mellores clientes nas vilas galegas de Xinzo, Allariz e Celanova, mas espallándo a súa influencia ata outros lugares da provincia lucense” (Mañá, 2000: 105)

¹⁷ O mundo exemplar dos Tupi-Guaranis, uma sociedade primitiva, “de um lado os chefes, do outro e contra eles os profetas (...) com infinitamente mais poder do que os chefes (...) conseguiram mobilizar os índios (...) unifica (ndo) na migração religiosa a diversidade múltipla das tribos” (Clastres, 2018: 234).

Datado de 1819, na Igreja de Santiago, assinado pelas autoridades galegas e transmontanas, um acordo determinava a isenção do pagamento de quaisquer direitos. Contudo, *“no seu apartado oitavo pontualiza que calquera xénero comercial introducido ou exportado para un ou outro reino, a través do Couto Mixto, fica sujeito a pagar direitos”* o que continuou a não se verificar. (ibidem, 106).

O negócio transfronteiriço, apesar das isenções, era um benefício pelos muitos produtos que chegavam às populações, de outra forma improvável. Deste jeito, estes privilégios, en poco ou nada gravan a la nación española, ya por ser aquellos el granero o centro comercial de frutos, paños, cobertores, jabón y otros efectos que allí se reunen de una gran parte de la provincia de Orense para su introdución en Portugal, y también porque así extraem del vecino reino muchos pesos para España que de outro modo no saldrían. (ibidem, 106).

Os comerciantes das povoações do Couto Mixto abasteciam-se de tecidos em Lisboa e Porto, preferindo a Catalunha após a indústria têxtil local apresentar melhores preços, pelos anos de 1846. De realçar a indústria do sal marítimo, proveniente de Aveiro, usado na conservação dos alimentos, vendido ao domicílio. A proibição da venda, levou ao seu tráfico, constituindo um recurso de substanciais rendimentos. Somente após a entrega do Couto Mixto a Espanha se liberalizou a sua venda, corria o ano de 1868.

O gado, criado no Couto, de raça *“rubia galega e barrosá, tiñan gran aceptación e mercado entre os pobos veciños, o mesmo que os cereais, moi particularmente o centeo, base de sustento - coas patacas – e dieta básica dos mixtos e pobos da bisbarra”* (ibidem, 108). Muita aceitação teve, no Couto Mixto, os artigos de ferragem fabricados nas forjas galegas e asturianas, *“mais en concreto os apeiros de labranza”*, ou seja, as oficinas de fabrico das alfaias para lavrarem a terra.

Delfín Modesto Brandón, (citado em Mañá 2000: 107, 108), reconhece a esperteza dos boticários de Meaus que, não tendo quaisquer títulos a permitirem legalmente a sua actividade, *“mais que coñecían e trataban com experiencia e perícia as doenzas consultadas, exercendo con liberdade a súa función. Foi en Meaus onde tiveron seu principal assento e moradia”*. Outro relato:

“Fixate que aqui, en Meaus, habís tres boticas, porque eran portuguesas, os comercios chámanse lonxas (lojas). Os señores que viñeron de dinheiro eran portugueses. Había três farmácias, que en Xinzo naquel tempo non había ningunba, pero logo todo foi abaixo... Unha das familias eran os Brandón, esses como venderon todo, marcharon para Vigo e para Madrid, aínda existen e viven por aí, no pobo hai mais xente que pode falar disto.” (Cruz, 2018:27)

Sobre o porte de armas, não precisavam de licença para o seu uso pessoal ou para a caça, do mesmo jeito que ocorria com outros privilégios, assim:

os veciños dos pobos do Couto Mixto non precisaban de licencias nin guías para usarem e portaren calquera clase de armas dentro do territorio do Couto. Podían, pois, exercita-la caza e fornecérense de armas axeitadas a este fin, e tamén escusaben acreditar permiso para levar enriba armas de defensa. (Mañá, 2000: 109)

3.6. O «Caminho Privilegiado» ou neutro

Um recorrido com uma extensão a rondar os 6 quilómetros, livres do controlo do contrabando fronteiriço, partindo do «Couto Mixto», ligava a Tourém, freguesia da raia portuguesa. A este caminho, denominado a partir de fora como *neutro* ou *Caminho Privilegiado*, da *parroquia* de Calvos de Randin, acedia a população e transportavam-se mercadorias; delimitava-o mourões e marcos, assinalado por cruces e demais sinais inscritos na pedra. Utilizado para o trânsito de pessoas e de mercadorias, as autoridades de ambos os países não podiam realizar nenhuma apreensão dentro de seus limites, incluindo o que se carregava como contrabando, nem de molestar quem o percorria. Não se encontrando obrigados a uma ou outra nacionalidade, funcionava como um salvo conduto.

O caminho privilegiado era “*do Couto a Tourem, onde nada se poderá aprehender pelos resguardos e autoridades de ambos os Reinos*”, mesmo que os passantes não apresentassem um certificado passado pelo “*xuís do Couto, vizado polos Parochos*”. (Mañá, 2000:105). Podiam negociar, ou adquirir para seu próprio consumo, os frutos e os gados, beneficiando da isenção de quaisquer direitos. Constituiu o instrumento de trânsito fundamental na vida mercantil deste território, “*mais endexemais tería a importância que atinxiu, se a liberdade de comercio non viñera ensebada pola carência de tributacións e cargas fiscais.*” (Mañá, 2000: 108)

Atravessando regatos, outeiros e carreiros singulares ladeados por velhos carvalhos, lugares formosos do Vale de Salas, o extraordinário valor do caminho radicava nessa impossibilidade de detenção por carabineiros espanhóis e guardas portugueses. Tão pouco os motivos sobre o material contrabandeado, subtraindo à Fazenda ganhos substanciais, dariam cobertura a qualquer acção policial.

O contrabando é uma modalidade enraizada no ente raiano, que no seu espírito de autogestão vai além da questão económica, e servia para evitar o isolamento. Nacho Carretero, no seu livro intitulado *Fariña*, que trata de contrabando e de narcotráfico,

hace de esta zona la cuna de una práctica muy arreglada en Galicia. La frontera en la Raya no tiene nada de natural, es tan enrevesada como las rías en la costa y además con desnivel. Esta geomorfología proporciona un gran surtido de caminos para el contrabando, entre los cuales “caminos que no llevan a ninguna parte” como los llama Martin Heidegger, o acaso que llevan al mismo punto de partida como un labirinto borgeano. (Barja, 2018: 133)

Todavía, não se trata tanto de uma metafísica filosófica ou literária senão uma “pragmática de margens, pois os caminhos são traçados de propósito para burlar os possíveis perseguidores”. O Couto e a Raia são um território “*entre chien e loup*”, como dizem os franceses, que tanto protege como se apresenta perigoso, de uma essência indefinida como imagem de marca que nos chega até hoje. (ibidem, 2018: 133).

Do Padre Fontes, de Vilar de Perdizes, em Montalegre, barrosão e galego por direito próprio, “*que isto é tudo o mesmo, apesar das diferenças*”, como lhe ouvimos de viva-voz, quando o procurávamos para conversas animadas, lareira a crepitar e umas alheiras passadas ao de leve sobre o brasido, mais o seu amigo, George Dussaud, o fotógrafo daquele “*reino maravilhoso*”, ícone nascido da pena de Miguel Torga. Local: Mourilhe, Convento Nossa Senhora dos Remédios, antigo Solar do Outão, datado de 1751, um Hotel Rural que o padre resolveu acrescentar a tantas outras preocupações da sua vida. Uma vida cheia. Naquele dia, vão lá uns dez anos, um relato de encantar. Um desmedido e envolvente interesse, sem perdermos pitada, escutámo-lo para saber “*coisas*” daquelas paragens. Entre outras estórias,

que por aqueles caminhos, que foram do Couto Mixto, do planalto da Mourela ao Vale do Salas, de Tourém a Randin, transitam sonhos e lendas, que constituem o contrabando da cultura popular: bruxas e feiticeiras, fugitivos e contrabandistas por covas e matas naquela terra de lobos, os verdadeiros guardas, o animal totémico”. (Padre António Lourenço Fontes, de Vilar de Perdizes, encontro em Mourilhe, 2014)

Antes que a doença o tolhesse, o que já se pressentia, aproveitámos o seu saber.

4. Os «Povos Promíscuos»

A “*Secção Portuguesa da Comissão Mixta dos limites entre Portugal e Hespanha, Acta N.º 34, datada de 26 de Julho de 1859*”, inclui o relatório acerca do Couto Mixto e dos Povos Promíscuos que existem no concelho de Chaves. No mesmo documento lê-se ainda: “*Por estes dias vai ser enviada a informação sobre a fronteira que foi marcada*

em 1857, desde S. Vicente da Raia, até Villar Seco da Lomba, pela anterior Comissão Mixta. Assinado: A. J. Vasconcellos e Sá.”

Resulta imprecisa a data da origem destes povos, se bem que,

“O Presidente da Segunda Comisión mixta de limites decía en 1861 que aparecían no Tombo de 1530, aínda que antes, en 1526 xa fora ratificada a fronteira da zona de Souteliño polo español Nicolau Terbas de Argüelles, com outras xentes dos dous países”. (Mañá, 2000: 178).

Referindo em concreto a questão dos “Povos Promíscuos”,

“Os povos em afim se denominão e de que agora se trata são trez, = Soutelinho, Cambedo e Lama d`Arcos e todos situados na linha de fronteira que separa Portugal e Espanha, do terreno que compõem o Concelho de Chaves, cada um distante duas léguas da cabeça do concelho. A sua origem, muito antiga, se deve atribuir ás gentes que querião fugir ás exigências das autoridades da sua nação.”

“Povos Promíscuos” leva ao conceito de

“misturado, confuso, indistinto, desordenado (...) atributo negativo que impede a sua utilização como autodesignação, nas línguas ibéricas. Não é muito claro quando começou a ser usado utilizado este exónimo, já que nos textos mais antigos as aldeias são denominadas “mistigas”. (Godinho, 2021: 297).

Leia-se, de Vasconcellos e Sá, citado pelo coronel José Baptista Barreiros, num trabalho saído em vários números do boletim, “O Distrito de Braga”:

“Estas aldeias, vistas exteriormente, mesmo a pequena distância, não fazem diferença das outras próximas, portuguesas e espanholas; mas quando se visitam, observa-se os que seus habitantes, uns falam português e outros espanhol, porque os sinais que designam a raia e que todos sabem m.º bem onde ficam, estão nas ruas, nas paredes das casas, e alguns dentro delas. Disto nasce falta de respeito às leis e autoridades de um e de outro reino, sobre o que se podem citar muitos exemplos.” (ibidem, 296).

Se houve outros prejudicados pelo Tratado de Lisboa de 1864, decerto que incluímos os habitantes das três povoações referenciadas em epígrafe, instalados materialmente na raia fronteiriça, à época os concelhos de Oimbra, Verín e Feces, da província de Ourense, e o já aludido Concelho português de Chaves. De igual modo, Paula Godinho (2021), aponta

o destino do “Couto Mixto” e dos designados “Povos Promíscuos” como desdita emanada do mesmo tratado de 1864, uma morte anunciada desde o início das negociações, *“a que só escapou Rio de Onor/Rionor D`Arriba”, na fronteira entre Bragança e Zamora*”. A talhe de foice, a obra icónica, *“Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril”*, apresenta *“o primeiro estudo monográfico de uma comunidade rural, situada de dois lados de uma fronteira política”*, dado à estampa por Jorge Dias, com cancionero de Margot Dias e desenhos de Fernando Galhano, figuras incontornáveis da nossa Antropologia de meados do século XX. (Dias, 1953). Como acentuou, em data bem recente, o antropólogo Joaquim Pais de Brito, ainda sobre a obra de Jorge Dias: são *“formas de organização coletivistas ou comunitária, em unidades rurais de reduzida dimensão* (Brito, 2017: 54).

Ora, a singularidades destes *“Povos Promíscuos”* assentava no conhecimento da linha de fronteira,

“xa que esta atravesaba os citados pobos polos lugares más insólitos, non respectando rúas, valados, habitacións, e demais dependencias. Parte das casas estaban claramente en territorio español, mentres outras erguíanse en terreo portugués, mais algunhas eran atravesadas polo seu interior por esta raia política e imaxinaria que quere dividir os pobos.” (Mañá, 2000: 177)

Resumindo Barreiros (Godinho, 2021: 301), em Soutelinho da Raia era de 600 ha o termo português, com apenas 5 ha constituído por boa terra de sementeira. Já Cambedo tinha 200 ha, com 2 ha de fértil terreno, isto do lado português, já que do galego apenas 0,5 ha serviriam para uma boa cultura; Lamadarcos, com 280 ha do lado português, com 5 ha de boa produção, apresentava 523 ha do lado espanhol, em que apenas 2 ha seriam de primeira qualidade.

Outra questão, por se apresentarem a estas populações reduzidos espaços de cultivo, recursos parcos pela aspereza e pobreza dos solos, o sustento dali retirado mostrava-se insuficiente. Havia que acorrer a outras estratégias, já que *“da terra não podían tirar os médios de vida para alimentarse.”* Então, era o contrabando desmesurado a alavancar outros proventos complementares aqueles habitantes.

Das três povoações, Soutelinho é tida como,

“povoação de grande contrabando para um e outro Reino, achando-se não só na mesma rua mas na mesma caza de um lado objectos que clandestinamente vão para o outro

alternadamente sem que possa haver intervenção fiscal, nem meio de co-ibir estes comercio illicito interno (MNE, s/d, caixa 1120, fl. 10 e vs.).

Sobre Cambedo da Raia,

“Os habitantes Espanhoes são geralmente pobres, por que o território que lhes pertence é mais para o alto da Serra, de sorte que os habitantes Portugueses, sendo menos, possuem propriedades mais valiosas, orçadas no duplo das que têm os Hespanhoes (...). Os povos portugueses Villarelho, Villela Secca, Torre e Agrela tem bastante falta de matos para estrumes, e vão busca-los a dita Serra, que como se disse, parte pertencia ao povo de Cambedo, que como mais pequeno carece menos do dito mato” (MNE, s/d, caixa 1120, fl. 10 vs).

Quanto a Lamadarcos, em síntese, *“a parte galega pertencia a Feces de Abaixo, o termo espanhol é grande mas rochoso, montanhoso e de poucos matos, daí terras de menor qualidade, enquanto do lado português, sob a dependência de Vila de Frade, a terra é em geral mais valiosa” (MNE, s/d, caixa 1120, fl 8 vs).*

No que se depreendia, pela solução que se apresentava mais evidente, vinda da Comissão de Limites, aos *“mistigos”* propunham-se aplicar dois critérios: *“cada aldeia ficaria a pertencer ao país do qual houvesse o maior número de casas ou, caso este fosse idêntico, calcular-se-ia o valor e o reino a que correspondesse a mais elevada avaliação” (Godinho, 2021: 301). Dito de outra forma: “e se resultasse un número igual de casas actuarían os peritos para determina-las de maior valor a fin de asignalas a Portugal ou a España” (Mañá, 2000:179)*

Os componentes da Comissão de Limites, levou a que se oficiasse a Lisboa uma proposta (1857) em que se trocava o Monte da Madalena (Lindoso, Ponte da Barca) e o Couto Mixto *“polos pobos promiscuos mais a aldeia de Rabal, que de aquela tiña 33 veciños, compensando así as perdas portuguesas”*. Outro tanto, repetia-se igual proposta para os *“Promiscuos”*, como a que se oferecera à população do Couto Mixto: *“en función do contido do artigo 27.º do tratado de Limites de 1864 (...) poderían mante-la natureza española, de desexalo, facéndoo constar así no prazo dun ano” (ibidem, 180).*

Após propostas e contrapropostas de ambos os lados, rematou-se o acordo diplomático, lavrado no Tratado de Lisboa de 1864. Neste instrumento jurídico internacional, no Art.º 10.º, redigiu-se: *“el Pueblo promiscuo de Souteliño pertencieran a Portugal,*

demarcándose en territorio de España una zona de 90 a 100 metros de ancho contigua a la población”. No Artigo 11.º, seguinte: *“Los pueblos promiscuos de Cambedo e Lamadarcos com sus actuales términos pertenecerán a Portugal”*

Questões até então dúbias, o que não se resolveu pela técnica conseguiu-se por via diplomática. No dia 27 de junho de 1868 executava-se a entrega de Soutelinho a Portugal, por parte do representante espanhol, repetindo no dia seguinte idêntico ritual, formalizadas que foram as entregas de Cambedo (da Raia) e Lamadarcos. Um ano depois, sensivelmente, em 9 de abril de 1869, o Governador Civil de Ourense dava ordens para que *“desaparezcan de los pueblos de Lamadarcos, Souteliño y Cambedo las autoridades españolas que en los mismos funcionen”* (Mañá, 2000:180).

Como remate final neste item, apontamos Rio de Onor, do lado português, e Rihonor (de Castilla), do lado espanhol, aldeias cortadas a meio por uma linha de fronteira. Onde um marco, com a inscrição P, de Portugal, e E, de Espanha, assinalam aquela raia, erguendo-se o casario e alongando-se a várzea fértil no correr das margens do ribeiro de Regaçores. Sobre os rionoreses, um relatório da Comissão de Limites aponta-os como

“mui poco civilizados, (...) deixando (os portugueses) de satisfazer a alguns deveres para com a sua nação, como por exemplo não concorrer para o serviço militar: Em 1860 não tinha um único individuo servindo no Exército, e creio ate que não havia lembrança de isto ter sucedido. (Godinho 2021: 302, nota de rodapé 98).

Como que pendente terá ficado a intervenção estatal sobre a população de uma aldeia, do mesmo modo “aldeia mista”. Numa época em que a formação do Estado-nação (1850), chamava a si a resolução de todas as questões, que evitassem a fuga aos direitos e impostos, de que se achavam credores, Rio de Onor e a sua vizinha espanhola mantiveram as suas vidas, passando incólumes.

5. O «Couto Mixto» de ontem e de hoje: vidas com história, memórias partilhadas

As pessoas tecem histórias partilhadas, recuperam memórias em processos de construção, não apenas uma conquista dos grupos sociais, mas *“também um instrumento e um objectivo do poder”* (Le Goff in Simões, 2014: 253). Durante séculos, o Couto Mixto representou um instrumento de resistência à teia que se lhe urdiu, culminando no seu fim, anexado que foi ao Reino de Espanha, com o Tratado de Limites (1864-1868), a que

temos vindo a aludir. Em função das suas experiências de vida, os habitantes que foram daquela República esquecida continuaram a partilhar realidades comuns, produzindo “lugares de memória” (Nora, 1984). Recordar tem a finalidade de resgatar ao esquecimento o hiato de que foram vítimas no silenciar doloroso de um tempo longo.

Em Antropologia é frequente o uso das histórias de vida com obras conhecidas, como a de Oscar Lewis, experimental e importante. Biografia do real, reflexiva e pré-moderna, um registo polifónico acerca da cultura da pobreza de uma família no México, leva-nos a este excerto de Jesús Sánchez, o pai da família retratada:

“Posso dizer que não tive infância. Nasci numa pequena aldeia do estado de Veracruz. Era uma criança solitária e triste. As crianças da província não têm as mesmas oportunidades das crianças da capital. O meu pai não nos deixava brincar com ninguém, nunca nos deu brinquedos e estávamos sempre sozinhos. Fui à escola durante um ou dois anos, aos oito ou nove anos de idade” (Lewis, 1979: 33)

As histórias de vida reduzem o elemento subjectivo do investigador ao darem voz aos próprios interlocutores – uma técnica através do método autobiográfico. Toca num primeiro ponto, a interpretação: as teias de significação do real, sobre o que as pessoas contam, “*the point of view*” do nativo (Geertz, 1972: cap. Um). Allan Nevins, teve papel pioneiro no que concerne a “*conservar os testemunhos da história oral dos relatos históricos dos grandes homens*” (Nevins *apud* Cardina, s/d: 31). No entanto, uma linha menos elitista esboçou, a partir dos anos 1950, a utilização de fontes orais, uma história alternativa para a “*revalorização dos vencidos, dos marginalizados e dos silenciados: camadas populares, indígenas, mulheres crianças, minorias políticas, culturais e sexuais*”. (Cardina, s/d: 31) Para utilizar a expressão de Enzo Traverso, este rumo de investigação vinha agora transformar em objecto as “*memórias débeis*” (Traverso, 2007:86)

5.1. Vidas com história

Homens e mulheres participaram no projecto “*Vidas con historia*”, de que retirámos as narrativas relativas a *Calvos de Randín*, o Concelho a que pertence o «Couto Mixto». Os interlocutores narraram na primeira pessoa as suas vivências desde a infância, passando pela mocidade, até à actualidade.

“O século XX caracterizou-se polos câmbios profundos da sociedade, rachando coas tradicións e herdanzas do pasado nos que se baseaban os modos de vida, o traballo e as relacións sociais” (“*Vidas e lugares con historia*”, 2018: 196). A Guerra de Espanha

(1936-1939) e os anos cinzentos da ditadura franquista deram lugar a anos de miséria, conforme os relatos dos nossos informantes. Muitos jovens escaparam pela raia seca refugiando-se em Portugal, para não servirem a frente militar espanhola, e fugindo da política repressiva praticada nos anos que se seguiram à ditadura. Tais condições de miséria levaram a que muitos tenham escolhido os caminhos da emigração, como afirma Villares (Villares, 2004: 328 e segs.). Os personagens deste projecto, “*Vidas con historia*”, conseguiram por essa via libertarem-se de uma crise económica, que assolava toda a região do “Couto”, já que as remessas do dinheiro chegado às aldeias permitiram uma vida mais desafogada aos seus familiares.

O camponês galego “*autoabastecíase cos cultivos e a cria de animais, e todos membros da casa participaban nas tarefas diárias*”. Os poucos excedentes dessa economia doméstica eram vendidos nas feiras, para poder ter liquidez e “*mercar*” outros bens de primeira necessidade. A escassez fez com que muitos dos informantes caminhassem pelos montes, nas longas noites de inverno, dedicando-se ao “*estraperlo*”. Este contrabando de subsistência, “*como o definen vários entrevistados daba folgos aos habitantes do contorno*”.

A construção do “*encoro*” (barragem) das Conchas (1949), no rio Lima, afectou os concelhos limítrofes de Bande e Muiños, e trouxe consigo alterações às aldeias atingidas pelas águas, em paralelo, proporcionou riqueza económica enquanto durou a sua construção, dando trabalho aos homens e negócio aos comércios da zona. Além de dotar o território com vias de comunicação mais modernas, levou a energia eléctrica a lugares que a não tinham.

Os “*Pactos de Madrid de 1953*”, assinados entre estados Unidos e Espanha, junto com a “*Concordata*” com a Igreja Católica: “*a Carta Colectiva reforçou o apoio dentro de Vaticano e produziu a viragem da opinião católica dentro e fora de Espanha*” (Oliveira, 2013: 332) permitiram de novo a integração do estado franquista na política internacional. Estes movimentos internacionais tiveram impacto nos concelhos do Parque Natural do Limia-Xurés, levando às escolas rurais o leite em pó e os queijos americanos. Professores e professoras foram encarregues de distribuir esses produtos entre os rapazes e as raparigas, conforme algumas narrativas dos informantes.

A electrificação produziu mudanças na agricultura. A partir dos anos 1950, a maquinaria entrou nos campos para as ceifas - em Portugal, são os anos 1955 a considerarem essa

industrialização: “*generalizou-se o uso do tractor, do motocultivador e da ceifeira-debulhadora*” (Baptista, 1996: 37). Graças às *Cooperativas Orensanas -CORREN*, surgiram as primeiras granjas. Desapareceu a agricultura tradicional com as variadas culturas de subsistência (Villares, 20008: 309 e segs.), e iniciou-se a especialização do sector ganadeiro com a criação de gado.

Homens e mulheres entrevistados nasceram entre os anos 1928 e 1976. As histórias de vida quotidiana das aldeias são recordadas com saudade. Relembra aquelas povoações cheias de gente, com rapazes brincando pelos caminhos. “*Naqueles tempos o ben común era o pedestal das comunidades, o que contrasta coa aldea actual, baleira de mocidade e chea de personas xubiladas, onde coma algún dos informantes relataba “cada un vai ao seu”*”. (Vidas e lugares con historia, 2018: 196, 197; resumo de partes da obra citada)

5.2. Memórias partilhadas

O concelho de *Calvos de Randín*, a sul da província de Ourense, na Galiza, na raia com Portugal, limita os municípios de *Porqueira, Baltar, Os Blancos e Muiños*. Com 98 km quadrados, uma altitude média que oscila entre os 900 e os 1 100 metros, não tem a sul elevações relevantes. Na fronteira com Portugal erguem-se as serras do *Xurés (Gerez)* e do *Larouco*, chegando a superar os 1 300 m na Serra da pena. O rio Salas cruza o concelho de leste a oeste, constitui a rede hidrográfica, dá nome ao Vale de Salas, no «Couto Mixto», e à barragem internacional de Salas. As suas águas separam a aldeia portuguesa de Tourém da vizinha Galiza, atravessadas por uma estreita ponte, terra que foi da naturalidade do último *xuís* do Couto Mixto, Delfín Modesto Brandón.

A configuração do relevo origina um clima de grande contraste, num município que se enquadra na zona de transição climática oceânico/continental. Tal mescla atlântica e mediterrânica, entre vales e montanhas, origina amplas paisagens e habitats naturais e humanos, de enorme riqueza local. Todavia, é escassa a população, que se cifra em 818 habitantes (2017), dispersos por 9 *parroquias* (freguesias): *Calvos, Castelaus, Feás, Golpellás, Lobás, Randín, Rio Seco, Rubiás dos Mixtos e Vila*.

A grande emigração deu-se no século XX, cujo despovoamento provocou o abandono das terras, trabalhadas por *labregos* (camponeses) e criadores de gado, por conta de fidalgos e de monges.

De assinalar ainda hoje, como cunho histórico, o “Couto Mixto”: *“A súa memoria está moi viva na zona e cada ano dedícase unha xornada a homenaxeala ao carón da igrexa de Santiago, hoje a parroquial de Rubiás dos Mixtos.”*

6. Ainda o «Couto Mixto»: a família, a escola, a emigração

A extinção do «Couto Mixto» não apagou determinadas marcas da memória dos seus habitantes, quer nos relatos mais recentes, trazidos pela vivência da emigração, ou indo mais atrás, a instituições como a família e a escola. Através desses relatos, chegam-nos informações que, além de casos particulares, representam a vida de muitos outros concidadãos. Como um emaranhado, a vida de pais e avós, pertencendo a outras épocas, porque o mundo avança muito depressa, revelaram-se-lhes nas histórias que lhes contaram, “durante as noites escuras e compridas, (...) tornam a fazer parte do próprio passado e das próprias vidas. É o tempo biográfico ampliado para tempo genealógico”. (Bretell, 1978:25)

Posto isto, transcrevemos o relato que nos oferece Carmen Valencia Alonso, com 90 anos (em 2018), nascida em Meaus. Com 23 anos, emigrou para Barcelona, abandonada pelo pai, que fora para a América.

“Eu era bastante solitária i entonces aficioneime moito à lectura. Entonces veu unha miña irmá que estaba en Barcelona.” Tiveram de ir para lá em jovens, porque o pai foi para a América e abandonou-os. *“Menos mal que tiñamos unha mai maravillosa. Veume a miña irmá e comproume esa enciclopedia do Dalmau Carles. Eu estaba loca por apresnder, cuando non levaba a miña labor, levaba a miña enciclopèdia.”* Foi á escola até que começou a guerra, tinha oito anos. Foi em casa que aprendeu a ler, a mãe vinha da uma boa família de “curas”, dos Álvarez. Esteve quarenta e dois anos emigrada em Barcelona, começando “fregando suelos”, seguiu-se um Colégio de missionários do Sagrado Coração, oitos anos depois ingressou na secção feminina. Quando faleceu Franco acabou essa secção e o pessoal passou para o “Ministerio da Presidencia, e de aí ó de Cultura”. Com as Autonomias, o pessoal “de mais abaixo pasamos (...) ó gobierno catalán.” Foi rececionista e telefonista, escrevendo poemas nos intervalos do trabalho. *“Así eran as miñas lembranzas. Non era unha poeta que sepa moi bem de poeta, eu fun facendo en verso os meus recuerdos”.*

Nessa época já não existia o “Couto Mixto”, nesses anos quarenta, cinquenta, setenta, (séc. XX) havia algum comércio. “*Un mais importante e os outros, un estanco e un de bebidas e tal*”.

Celso Ferreira Fernández, profissão: “*coroceiro*”,¹⁸ natural de Vilar, 79 anos, faz parte do grupo dos Gaiteiros locais. Não conheceu os avós, tão pouco o pai, e foi a mãe que o criou.

“*O pai, por desgracia, non o recordei se quera*”, ficou em menino com a mãe, “*quedamos seis*”. Os avós, também não se lembra deles. Era o mais “*pequeniño dos seis, e quince años levábame a maior a min.*” A sorte foi terem uma mãe, “*unha mai que dá ghusto, naquilo tempo tan malo. Non sabía ler, pero era lista.*” Os homens passavam mal, mas as mulheres, naquele tempo, pior ainda: cuidavam da casa, acompanhavam os seus homens a todo o lado, fosse perto ou longe. “*A escola, habia us profesionales, que sabían un pouco mais, e aquilo non era nada.*” Trabalhou desde garoto no campo, a terra toda semeada: batatas, milho, centeio e favas. Havia os amigos portugueses com quem repartiam o monte, nesse tal “Mixto”. Quando nevava escorregavam pelas corgas abaixo. Tocavam muito o realejo, “*e formábase cada farria por esse monte. Nós iamoslle a seghar á seitura a eles, i eles a nós, habia esa amistá moi ghrande.*” Apanhavam o estrume “*onde se ven esses muiños iolicos portugueses.*” Aquando da Guerra Civil de Espanha (1936-1939), morreu um na guerra. Ali não mataram ninguém, escaparam-se para Portugal. Em Randín, outros houve que se esconderam nas arcas do grão.

Foi “*coroceiro*” de profissão. As croças eram mais para protecção da chuva e da neve, “*de quince aniños ou po aí xa faría. Eiquí fajíanos todos a feito.*” Dos tios, um criou-o como pai, o outro ensinou-o a fazer “*chancas*”, que ali ninguém falava em sapatos.

Cesáreo González Veloso, 68 anos, de Santiago de Rubiás, 14 anos emigrante, com a mulher, na Suíça. Gere com o filho a sua granja. “*Exerce de tenente alcalde do concello e como home de acordo da Asociación do Couto Mixto*”.¹⁹

¹⁸ *Coroceiro*: fabricante de *croças* ou *coroças*: “Além da lâ e do linho, a palha também é utilizada para fabricar chapéus e palhoças, que têm o nome de *croças* (coroças) quando são para homem, e *cruchos* (coruchos) ou *crucelos* (corucelos) quando são para mulher.” (Dias, 1983:167). Nota do autor: os pastores, usando a *croça*, tocando os rebanhos de cabras e ovelhas, eram uma imagem usual nas aldeias e baldios da Serra de Montemuro (Castro Daire), até aos anos 1980. Hoje, são peças de museu.

¹⁹ Cesáreo, Vereador do *Concello* de Calvos de Randín, a que pertencem as duas aldeias do Couto Mixto, Santiago de Rubiás e Meaus, foi o meu informante nas várias idas ao “Couto Mixto”, em trabalho de campo. Prestável, conhecedor e interessado nas questões que sempre lhe colocava, devo à minha orientadora de

“Fun a Madrid porque morreron meus pais de bastante xoven, morreu a miña nai cando tiña 8 anos e meu pai cando tiña 16 e entonces, digamos que a casa desfixose.” Ficou a irmã mais velha em Santiago de Rubiás, Cesáreo e a mais nova marcharam. Por ali, quase toda a gente fazia croças e chancas, e havia dois ou três ferreiros - um que viveu no alto do povo morreu há dois anos. Um seu sobrinho teve também uma forja, vindo gente das outras aldeias para consertarem *“os apeiros, os sachos e rellas e todo do que se traballaba. Daquela ós arados había que apuntar o que lhe chamaban as rellas cada quince ou vinte dias, porque era a forma de telos en forma para traballar a terra.”*

Em Madrid esteve desde os 16 anos, serviu no exército, casou de seguida. Marchou para a Suíça, onde tinha uns irmãos, fez um pouco de tudo no início, depois porteiro e motorista numa unidade de uma grande cadeia hoteleira. Regressaram há vinte e dois anos. À conta de ter nascido a segunda filha, e por residirem numa região de montanha, sem escola que ministrasse o espanhol, experimentaram os cinco últimos anos em Berna, trabalhando nos SBB, os caminhos de ferro locais. De vez em Santiago de Rubiás, investiu do que ganhara como emigrante, adquirindo uma propriedade (*granja*) com o apoio das cooperativas Coren, de Ourense. E longe vão os trabalhos de antigamente, modernizada que está a agricultura nos campos!

Sobre os tempos da fome, sentida na pele pelos familiares, Cesáreo não viveu esses difíceis anos da Guerra Civil, mas sabe que até vendiam o leite das vacas às mulheres dos guardas, pois ali houve um *“Quartel da Guardia Civil”*, *“pa comprar aceite i o que facía falta pa casa”*.

“Tenente alcalde do concello e como home de acordo da Asociación do Couto Mixto”, Cesáreo descreve o que sabe do que lhe chegou do *“Couto Mixto”*, quando estava na Suíça: *“vin un reportaxe, falando García Mañá e Carlos Casares en Galicia pra o mundo e viñeron aquí ó Pueblo, e dixen, mira tu onde están falando do noso Pueblo, do tema do Couto Mixto”*

Quando regressou de vez, em 1996, foi proposto para a *“Asociación de Veciños”*, para que se investigasse mais a fundo a questão da extinta República. Um outro colaborador, Sergio, de *Meaus*, juntou-se ao projecto para se aprofundar o tema, daí resultando a

Mestrado, a Professora Doutora Paula Godinho, o ter-me indicado este tão fiável colaborador, hoje um Amigo, de quem mais à frente voltarei a falar.

formação da *“Asociación de Amigos do Couto Mixto e empezamos. De feito estiven aí sempre e estou apoiando todo o que se pode, ó máximo.”* E Cesáreo completa: *“Loitei porque eso fora pa diante, e estou loitando inda.”*

A professora jubilada, Maria de la Concepción Sanz Ferreiro, a “Conchita”, de Meaus, 87 anos, dedicou um livro ao “seu Meaus da infância”. Estudou em Ourense.

Herdeira do «Couto Mixto», como se intitula, dedicou um livro ao *“seu Meaus de infância, passeando pelas histórias da antiga república independente. Sergio é un dos veciños que impulsou a posta en marcha da Asociación do Couto Mixto, e exerce como un dos homes de acordo e êmbolos dous son xuíces honorários”*.

“Conchita”, nasceu em Lobeira, em dezembro de 1931. O pai, da *Guardia Civil*, ali colocado, morreu por uma *“desgracia que hubo”*. A mãe, Maria Raquel y Carvallas, foi para casa dos pais com os filhos. Os avós, lavradores, viviam bem, as terras davam para que a mesa se apresentasse farta. Das batatas colhidas, distribuíam as que sobravam. Dedicou à mãe palavras de apreço pelo esforço que lhe permitiu estudar. Na época, nada de estradas, cruzava *El Cebreiro* (o monte), a pé e a cavalo para apanhar, às oito da manhã, o transporte vindo de Verín. *“Era lo más duro que había entonces. Mi madre se sacrificó muchísimo”*, acrescentou “Conchita”.

Alugaram uma casa em Ourense, eram pequenitos, os irmãos estudaram nos *Salesianos* e ela nas *Josefinas*. No *Instituto Otero Pedrayo* concluiu o bacharelato, *“y luego pasé a la Normal”*. Os avós morreram, abalaram para Madrid. Ali trabalhou de 1962 até se reformar. A mãe durou muitos anos, *“murió a los ciento cinco y tres meses. Antes nos íbamos por ahí dar un giro, pero los veranos siempre aquí.”*

Falou do *“Couto Mixto”*, como não podia deixar de ser. Alongou a narrativa: *“Estos eran los comercios del Couto Mixto. En mi casa había un, dos, tres comercios grandes. Venían las cosas de Inglaterra a través de Portugal.”* No ano passado ainda ofereceu *“los sombreros de mi madre y de mi tía que se vendían aquí, de las señoras de mucho copete eh, cuidao! Y venían los mantones de Manila.”* As casas eram muito boas em Meaus. Ruas pejudadas de gente, contava-lhe a avó, tanta gente como nos funerais. Vinham às compras de toda a parte: de Portugal à montanha, de Ginzo (de Límia), de Celanova, da província de Zamora. Toda a gente ali acudia pela barateza das coisas. Sem impostos, eram baratos. *“Que pena, verdad? Y esto hubiera sido una Andorra fantástica. Aquí para todos. Sabes a quien le echo más la culpa? Al Conde de Monterrei que no hizo fuerza*

ninguna.” Se o Conde de Montereil tivesse apoiado, como aconteceu em Andorra, o “Tratado”, que durou quatro anos a cumprir-se, não teria levado ao fecho de quase todo o negócio, em Meaus (Tratado de Limites ou Tratado de Lisboa, 1864-1868).

Enquanto falávamos com “Conchita”, juntou-se de novo à conversa, Cesáreo Rodrigues Veloso, com quem já havíamos estado, e que nos forneceu outras informações. Elucidou-nos que a capital administrativa do “Couto” é, atualmente, Santiago *de Rubiás*, onde ele habita. Em *Meaus*, estava o dinheiro e o Banco. Desenvolve a sua atividade como criador de gado. Quanto aos víveres, uns arcazes forrados com zinco, com uma tampa pequena, que se levantava, e por onde “*se metía el cazo y se sacaba el aceite*”, eram guardados nas lojas, por debaixo das habitações. Havia, também, depósitos de sal, um dos produtos muito transacionados e contrabandeados.

Na casa de “Conchita”, segundo ela, nos dois lados da entrada das escadas, duas argolas prendiam a parelha de mulas: carregadas com sal, vinham do *Caminho Privilegiado*: “carga isenta de impostos, sem que as autoridades pudessem intervir naquele percurso de 6 quilómetros, de Tourém a Rubiás”. Lembraram-se os privilégios de que gozaram os habitantes do “*Couto Mixto*”: o uso de armas sem necessidade de licença de porte, o tráfico de gado de um e outro lado da fronteira. Era o comércio livre e a livre escolha da nacionalidade entre os dois reinos, “*podías ser galego, podías ser portugués o no escogerte ninguno y ser del Couto Mixto*”. E falou do caso anedótico, dos sacerdotes que na vigília comiam do lado português, para não pecarem: escolhiam os lugares nas mesas do lado português, “*entonces montaban allí y comían la carne.*”

Os documentos sobre o “Couto” estavam na célebre Arca, a “*Arca das Três Chaves*”. Aquando das invasões francesas, o general Soult, vindo de Tourém (Portugal), entrou por *Santiago de Rubiás* e tudo foi destruído, queimado: a Arca e os documentos da origem e demais legislação secular acerca do “*Couto Mixto*”. Desta documentação encontra-se alguma informação em Madrid, na Coruña, e em França, em Toulouse. “*Algo hay, pero muy poca*”, acrescentou Sergio, um outro informante, que se juntou à conversa, e que faz parte, com Cesáreo da “*Asociación de Amigos do Couto Mixto*”.

Francisco Rodriguez Bautista, 81 anos, e Dolores González Rodríguez, a “Lola”, como é conhecida, de 75 anos.

A mãe de Lola esteve dezoito anos emigrante na Venezuela, e o pai abalara para Barcelona, tinha onze anos. Foi criada pela avó. Naquela época, sem comunicações, sem

estradas, as mulheres *“non salían do pueblo”*, e era na aldeia que arranjavam o par para casarem. Sem luz eléctrica, chegou em 1960, e sem gás, as candeias alumiam. Trabalhavam muito as mulhres: no campo, na casa, no rio a lavar roupa, a carregar água da fonte. À tarde iam buscar as vacas ao monte, cada um com seu nome: *“Pena da Orelluda, o Ferranchano, o Alto das Eiradas.”*

O pai de Lola andou com os portugueses “no minério”. Um deles, por não lhe pagar, foi trazido para sua casa, como sequestrado, de onde apenas sairia após saldar a dívida. Veio o cabo da guarda de Portugal e ele foi embora, sem nunca lhes pagar. O contrabando era muito pelos montes: café, sabão, *“moitas cousas”*. Pimentão, bacalhau, circulavam pela fronteira. Lola aponta onze mil quilos de bacalhau só num ano. Foram utilizados vinte burros, cada pessoa com um à arreata, também a ela lhe calhou. Um dia, um português que contrabandeava com eles, apareceu sem o burro e sem o carregamento, fugindo da guarda. Foram ao monte, mas já um vizinho, *“que eramos moi amigos, o recollera”*. Uma sorte os lobos não o atacarem!

Lembram os *“fuxidos”* da Guerra Civil, escapavam pelos montes. Lola nascera *“xa na guerra”*. Um *“veciño”* andava fugido, chamava-se Gaspar, e Lola dizia-lhe para não se deixar apanhar. Escondia-se com os animais.

“A vida era mala, pero a juventú, sin embargo, tiñamos momentos que nos divertíamos”. A casa na aldeia tinha um salão, havia baile com gaiteiros e acordeão, quase todos os domingos, de dia. Uns sessenta rapazes e raparigas, que a aldeia teria uns mil habitantes, entravam no baile. A miséria era muita, apesar disso festejavam o *“vintecinco do Santiago, e faciase a do Carme, que era a mais tradicional i que mais éxito tiña. Era no mês de maio, o dezaeito. Habia Moros e Cristianos.”* Lola foi dançarina com as amigas, agitavam as castanholas, um salto para diante, outro para trás. E havia cavalos, bombas e discursos.

Fazendo parte da Associação do Couto Mixto, Nicanor Veloso Tombo, 78 anos, *“é un dos tres homes de acordo do Couto Mixto”*. *“Casou cunha veciña de Meaus, com quen tivo catro fillos”*.

Emigrante na Suíça, voltou para trabalhar como guarda-florestal, sem nunca largar o apelo ao trabalho no campo, vai daí, fala-nos daqueles tempos em que cultivavam batatas, centeio, milho e um pouco de trigo do ano. Depois veio um outro trigo, *“o tremeseño porque se sementaba no mês de abril, esse veu más tarde”*. Nessa altura recolhia-se o

centeio, segado à mão com a gadanha, os molhos atados levados para a eira. Grandes medas, apertadinhas até ao cimo, as máquinas malhavam e outras, mais modernas para as limpas, para o grão não cair no chão fora da eira. *“Eso fáloche de cuando eu tiña dezasseis, dezasete anos. As eiras, había dúas ou tres, alá abaixo indo cara á iglesia. Varias en cada barrio”*. Então, *“hoje malhavas tu, e aquele, e aquele, íamos ajudar uns aos outros”* (tradução do galego).

Nicanor explicou-nos o ciclo do linho que, semeado, segado, lavado no rio, retirada a baganha, e as sementes ripadas, no rio Salas, em molhos presos ao fundo com pedras, ficavam uns dias na água corrente. Depois, retirados os molhos e estendidos nos campos, logo secariam. E nas mãos das mulheres, sempre as mulheres, reunidas em grupo, procediam à maçada do linho que, espadelado, ia a fiar na roca e no fuso. Então, depois de urdido, o tear se seguiria. Diz-nos Nicanor: *“Miña mai sabía tecer e a madriña que me criou, era unha gran tecedeira. Tiña o tear em casa.”*

Havia um forno, onde cozia toda a população do *“pueblo”* – forno comunitário, presume-se. Ou seja, amassavam em casa com o *“formento madre”*, a massa já lêveda transportava-se em cestos para a casa do forno. Ali tendiam *“num tendal que había, entón varrias o forno e pan pa dentro. Fagúíase un pan moi bo eiquí.”* Umhas *“divinas”* senhoras faziam pão de milho misturado com centeio. *“Un pan que non roxe coma ese, no.”*

Nada mudou, trabalhando ora oito horas na construção civil, na Suíça, ou agora, no meio da floresta consoante os incêndios. Por vezes, vinte horas no monte, em três turnos: de manhã, à tarde e à noite, sempre vigilante. Dez anos foi guarda-florestal, andou por Randín e Xinzo de Limia, acorrendo a fogos no Gerez, nas Neves, e para lá de Pontevedra.

Emigrou solteiro, da primeira vez que partiu, aos vinte e três anos. Holanda, Barcelona, após o serviço militar cumprido na Galiza. Voltou para casar, e foi então para a Suíça, já os filhos, com dezasseis e dezasete anos, trabalhavam no campo, guiavam o trator e tomavam conta do gado. Hotel Männliche, na montanha de Grindelwald; construção civil, durante três anos, na fronteira com a Itália; mais quatro anos a trabalhar em Kandestek, eis uma amostra do que fez por lá. Só regressou ao *“Couto”* quando lhe prometeram trabalho na *“Xunta”*.

Explicou-nos como as propriedades estavam divididas, entre Portugal e Espanha, no cimo dos montes *“Mixtos”*. Dali retiravam a lenha, para a lareira e forno. Estavam registadas,

e pagavam aos dois países os respetivos encargos. Lembra que já a madrinha e uma prima pagavam os impostos: “pouca coisa”, acrescentou. A determinada altura passaram a pagar tudo em Espanha.

Falou do “*Camiño Privilexiado*”, dali até Tourém, o tal caminho de contrabandistas:

“aí xa nin carabineiros, nin nada che podían sacar as mercancias, o que comprabas. Despois aquilo foise olvidando e todo o que traían dalí era contrabando. E os ghuardias civiles estaban na fronteira e sacábancho, bem um quilo de café ou un quilo de azúcar, porque era mais barato alí. O café era moi bo en Portugal, taba aí o Sical, que viña de Angola.”

Nicamor contou que um tio andou fugido por Portugal. Finda a guerra foi deportado para África: apresentando-se com outros, julgando-se perdoado, não evitou seis anos de degredo. Livraram-se dos tiros, mas não evitaram a punição. Morreu com noventa e sete anos. O pai estivera em Barcelona, “*allá na parte dos rojos, lhe decían. E bueno, hasta caiu ferido na guerra. E despois, claro, na vida de Franco non pagaban esas cousas*”. Mais tarde o pai pôde ser apoiado. Porém, i nstado a comparecer no tribunal da Corunha, “*tiña o biombo posto pa morrer*”, ou seja, morreu sem nada usufruir.

O relato sobre os velórios, que eram em casa, por duas noites, não eram do seu agrado. Eram como um teatro de comédia. As casas eram pequenas, cem metros quadrados, uma cama num canto, outra cama no outro. “*Despois ter o cadáver aí no medio, nunha mesa na que a tumbas pa alí mirar, bueno, pódoche explicar que habia xistes, había tonterías. Eso non estaba correto. Aquelo pa min era un atraso*”. Agora há casa mortuária em Calvos de Randín, em Baltar ou Xinzo de Lima.

O “Couto Mixto”, “*aquí non daba soldado. Eu conocín o primeiro soldado que foi deiqui á mili. Un señor xa hai corenta anos ou cincuenta que morreu. Nin pagábamos a contribución, o sea era como Andorra.*” Era o que lhe contava a avó, que o próprio livro do “Couto Mixto” tinha um valor imenso. Era um livro muito grande que estava na “*Arca das Três Chaves*”. Era o que continha a lenda do «Couto Mixto».

“Entonces, hai un cura, por che dicir algo, de Tosende, eu porque me contou miña abuela e outras personas. Naquiles tempos, e o señor de aí de Santiago, que lle dicían o don Pascual foron os que camuflaron o libro eses.”

Então, disseram que, por mais seguro e como o senhor tinha uma loja, seria levado para casa de *Don Pascual*. “Carregaram a *Arca*, para ali se guardar, porém, voltou a aparecer na sacristia de Santiago de Rubiás. Mas o livro, não mais se viu. E a avó contou que o

livro tinha as letras e a capa de ouro. Que isso afiançaram outras pessoas na aldeia: “*Entón aquel che explicaría o que era o Couto Mixto.*”

Para conseguir chegar à fala com os meus interlocutores e desenvolver o trabalho de campo com maior acuidade, alojara-me na fronteira Tourém (novembro, 2023),

“também uma aldeia portuguesa, que se pode considerar encravada na Galiza. Para ir de Pitões (das Júnias) para lá, é necessário transpor a fronteira natural que oferece o relevo, e descer bastante até ao vale. Ai está Tourém, rodeada por outras aldeias espanholas, com as quais tem mais contactos do que com as portuguesas, de difícil acesso”. (Dias, 1953: nota de rodapé 16)

As aldeias espanholas referidas constituem o «Couto Mixto». Pela proximidade, então, alojara-me quatro noites na “Casa dos Braganças”, a funcionar como Turismo de Habitação, propriedade do casal, Elisa e Pires. Hospedados no mesmo estabelecimento, em passeio turístico, vários casais de Aveiro, do Porto e de Ponte de Lima. Também, atores galegos a rodarem um filme, um drama amoroso no cenário da raia galaico-portuguesa, completavam o leque da estadia. Ao farto pequeno-almoço e à noite, à volta da lareira, umas boas lascas de presunto, o “*brioche*” e o pão de Pitões das Júnias, ajudavam ao passar do tempo adoçado com o pão de ló sobranete da manhã, e cada um contava a sua estória. Ao convite para figurante, para umas cenas a filmar junto à matriz, declinei-o amavelmente: o trabalho de campo, que mais uma vez me levara aquele lugar, não permitia delongas.

Saí do alojamento na manhã gelada de fevereiro de 2022, um céu cinzento de chumbo adivinhava neve. Que não caiu, tão só uns farrapos empoleirados no cocuruto das couves-galegas de talo esgalgado, apenas isso, junto com o sincelo à face da terra, vestiam a paisagem gelada. Revisitei Santiago de Rubiás, encontrando-me com Cesáreo Veloso, o tal informante privilegiado. Dávamos uma volta, e mais outra, conversando sobre os lugares e os escassos habitantes. O casario de granito, pedra sobre pedra, aparelhado nas esquinas, telhas de canudo, resquícios de colmo nalgumas habitações, que foram de outros tempos o teto das famílias. Escadaria de pedra levavam à porta principal, janelas exíguas, portões largos no andar térreo, encimados por enormes lajes. Por eles, percebia-se o que terá sido o vai e vem dos carros puxados a parelhas, bois e muares, acarretando o estrume, as camas para o gado, as novidades das hortas, os apetrechos das lavouras, a “*erva santa*”: o tabaco para secar e vender, a fartura das famílias, os privilégios da inveja e do acosso. Que levaria à morte do “*Couto*”. Por aquelas portas largas, as lojas e os palheiros. Espaços onde funcionaram oficinas rudimentares: pedras de amolar afiavam os

utensílios de ferro, arranjavam-se e ajeitavam-se ao manejo pequenos artefactos das eiras e dos campos. À medida que caminhávamos, outro casario, alvejava na brancura da alvenaria contrastando com o granito aparelhado das novas modas. A maioria por obra e graça do dinheiro das remessas dos emigrantes, indicador de vidas melhoradas fora dali, no estrangeiro, que de outra forma não poderia ter sido aquele reencontro com a fartura. “*A fazer esquecer a pobreza, a miséria mesmo, a muita fome*”, adiantou-me Cesáreo, num português com sotaque galego!

Deparámos com um jovem. De seu nome, Serxio Alvarez, 23 anos, estudante universitário de economia, em Santiago de Compostela. De visita por férias escolares, acompanhava-o o pai e um *veciño*, bem agasalhados como nós, defendíamo-nos daquele ar gelado de clima continental. Atravessando o pequeno largo, confluência de estreitas quelhas, uma mão cheia de ovelhas em carreira apressada, a caminho do pasto, tocadas à ilharga por um cão corpulento e uma mulher na casa dos setenta anos.

Fomos apresentados: Serxio inteirou-se ao que eu ia. Lembrou algumas alusões ao “Couto Mixto”, ouvidas dos pais e avós, relatos de pouca monta, tentando compensar com nomes de autores que escreveram sobre o local. Amavelmente, colocou-se à disposição no que pudesse ajudar aos meus intentos. A presença do Cesáreo contribuiu ao à-vontade gerado, fornecendo-me o email e o número de telemóvel para comunicarmos, se necessário. Foi o mais jovem de todos os narradores. (Serxio Maria Rodrigues Alvarez, 23 Anos, estudante universitário em Santiago de Compostela, de Santiago de Rubiás, novembro/2023).

Victoria Domínguez Rodríguez, 76 anos, Calvos de Randín, conhecida ainda hoje como “Iña”, lembra a fome por que passaram, ela e os cinco irmãos, e o andarem descalços pelo monte. E da maldade do padre, quando lhes negou a “avença”.

Eram cinco irmãos, ali viveram e se criaram. O seu diminutivo de pequenita, *Iña*, ainda hoje se mantém. Os pais trabalharam no campo, andaram descalços pelo monte, alimentavam-se com batatas. Os filhos ajudavam nas tarefas. Foram à escola, “*gracias a unha maestra que era de Meaos, doña Conchita, encantadora*”. Recebiam de “*Nortamérica*”, em latas grandes, leite em pó e queijo, que a professora distribuía. Iam à lenha para aquecerem o leite. Também o padre repartia queijo, mas como a mãe fora operada à coluna, não puderam pagar a avença quando ele foi “benzer a casa”. Era a

Semana Santa, mas nada tinham posto na mesa, a pobreza não o permitira, nem sequer pão de centeio ou ovos. Mas o “cura” não lhes perdoou, e como represália “*como fomos buscar o queixo, dixonos que para nós non había, que miña mai non lle daba avinza*”.

Para o monte, a vasta extensão, e uma sorte no meio daquela pobreza, levavam as vacas de manhã ao pasto, havia as que regressavam sozinhas, conheciam o caminho, outras pariam no monte, por lá andavam, apareciam já o bezerro estava crescido, como lhes contava a avó.²⁰

Victoria casou com vinte e três anos, emigrou para a Alemanha com o marido, voltaram após ano e meio, instalara-se a crise na economia alemã. Regressados, o marido foi para Sabadell e Astúrias, era guarda civil, ela acompanhou-o. Em Ourense, trabalhou na cozinha do quartel. Tempos de muitos atentados, daí o marido reformar-se à primeira oportunidade, tinha cinquenta anos.

O avô de Victoria foi capador. “*Anduvo capando todo esto por aí. Iba case hasta Beade, Verín, (...), bueno, mui lonxe*”. Transportava-se num cavalo, uma “*besta enorme*” e, como era pequeno, parecia uma “*muñeca numa besta*”. Com seis filhos, a avó fazia trapeiras e colchas de lã no tear em casa. Com a mãe, a quem ensinara, compravam as tintas em Baltar, tingindo os tecidos. Quase sempre pretos. Conheciam uns arbustos, colhidos em Paradela, que fervidos ao lume serviam o mesmo fim.

Pelos montes, escondidos para escaparem à guerra (Guerra de Espanha, 1936/1939), o avô *Manolo*, o pai Alfredo, e um tio. Solteira, a mãe levava-lhes comida às escondidas, noite fora, em *Tosende*, arredores de *Meaus*, e *San Paio*. A casa, de paredes duplas, escondia de dia o tio David. O pai, esse, desandou para Portugal, mais um sobrinho, para Vila da Ponte. Regressaram fínda a guerra.²¹

²⁰ Em Pitões das Júnias e Tourém, a raia, um espetáculo único, centenas de animais, ao entardecer, direitos à “sua” corte. Hoje, bem menos gado, mas mantém-se o ritual, numa “aliança ancestral” entre pastores e animais. “*Na vizinha Galiza, com a propriedade muito dividida e lá onde nem sebes nem muros a protegem e há falta de pastor, é de uso levar uma mulher ou criança a sua vaca ao pasto, preso a uma corda e com ela uma ovelha a “sota”, que, por livre, se anda fartando em terra de vizinhos*” (Guerreiro, 1982: 87).

²¹ A alusão à fome e ao racionamento de que foram alvo os galegos, conforme os relatos descritos, levamos a Franco, à Guerra de Espanha e à espiral de violência. “*E*”, usando a expressão de Hannah Arendt, “*ao preço da violência, os excluídos forçaram a sua entrada na História*” (Oliveira, 2013: 19)

O racionamento, lembra-se bem: azeite, açúcar e arroz. Reduzidas porções bem tenteadas, cabia-lhes pouco, era o que havia. Chocolate em pó e mau. O pai ia a *Randín*, onde comprava “*carne castelhana*” com o dinheiro do “*subsídio polos rapaces e viña hasta donde lle chegara o dinheiro*”.

Nos velórios, o defunto era o pretexto: iam à fruta, se era verão; pregavam partidas uns aos outros: cosiam-se com linha sem que dessem por isso, apenas quando se queriam levantar e não podiam, estavam presos. “*Os rapaces era ó que íbamos*”, importavam-se lá com o defunto!?!...

Victoria fala do luto, a mãe não concordava que se pusesse luto, fez algum na morte do marido, mas as “*rapazas antes que traían (...) cuatro ou cinco anos o luto*”, usavam até um lenço na cabeça.

Voltamos ao “*Couto Mixto*”. Victoria relatou velhas lembranças. O que sabia. Durante o inverno, juntavam-se na casa dos pais as pessoas da povoação. A garotada não podia assistir, enxotavam-nos. O lume no chão, todos à volta, falavam do “*Couto Mixto*”. Todavia, Victoria e a miudagem, à escuta, sempre apanhavam alguma coisa. Era a história de uma rainha perseguida, mas cobiçada nas povoações de *Santiago, Rubiás e Meaus*. Procurada numa das aldeias, fugia para outra. E, como vinha grávida, logo teve o filho, numa casa do fim do povo agora caída. Victoria escutava e dizia:

“esto será un conto. O meu abuelo morreu com noventa e moitos, e tamén me contaba todo esto. Tiña libros, que inda dicían que estaba firmado com letras de ouro. E tiña como unha arca, parecida á que teñen aí, i alí guardaba documentos e todas esas cousas. Cerraba com chave e non nos deixaba tocar alí.

6.1. Outras curiosidades, algumas considerações

Paul Veyne, num texto de Miguel Cardina, aponta: “*a importância de uns factos sobre outros depende, em primeiro lugar, da escolha de quem investiga e escreve e não de uma qualquer grandeza absoluta que lhes seja inerente*” (Veyne in Cardina, 2012: 28) Daqui se extrai que tenhamos retirado das narrativas umas últimas descrições, que nos pareceram pertinentes, numa escolha sem “*qualquer grandeza absoluta*” determinada por quem investiga e escreve.

Das narrativas conseguidas, a alusão ao lobo. Falemos, então, do lobo. Além de ser temido no imaginário popular, a coexistência do lobo e do humano nunca foi pacífica. O prejuízo

causado na economia dos povos de montanha, pelo ataque das alcateias, tem aí o seu epílogo. Conta-nos o “*coroceiro*”, de Vilar:

“Alghún día, habia un camiño, por inda iban as vacas e xa iban once lobos todo po aí adiante. Despois fóronse aínda iba o rebaño da res, gracias que moitos cazadores andaban alá e valéronlle, se non aquel día... Alghún día me encontrei con el, pero moi pouca coisa, ca había señores, parece que era unha fada, todas as veces que ibam coa res, saíalle o lobo” (Celso Ferreira Fernández)

Um pastor céptico, que costumava troçar dos responsos, “*quando se perdia um animal, ele tomava o ar grave, como as pessoas que responsam e dizia*”:

“Prados verde, montes negros

Tantos lobos, como pêlos.

Montes sejais,

Para casa do amo nunca mais voltais!” (Dias, 1953: 296)

Já Domingos Miranda, da aldeia da Lapela, no Barroso, entrementes com a Galiza, atira:

“Os lobos são para matar, comem-nos os bezerrinhos, o nosso ganha-pão, que as mães não se vendem. Vêm os do Parque (Parque Nacional da Peneda Gerês) e arranjam sempre desculpas, desconfiados, para não nos pagarem os prejuízos. Ou demoram tempos e tempos para umas migalhas” (Domingos Miranda, nasceu e vive na aldeia da Lapela, freguesia do Cabril).

Corria o ano de 1990, tirava fotografias. Aproximei-me de uma leira de terra protegida por um muro tosco de pedra e “*disparei a Nikon*” umas tantas vezes: mulheres e homens, agachados, apanhavam batatas, e os mais novos “*davam água*”. Fui visto. Uma voz de mulher chamou: “*Oh! Senhor, senhor! Venha cá abaixo*”. Eu lá fui, descoberto na minha intenção de passar despercebido. Estava na aldeia da Lapela, próximo do Cabril, casario de colmo e granito, mais duas ou três casas de alvenaria apertadas, no que pretendia ser um largo, à volta da singela capela. Uns vinte habitantes moravam na aldeia, entre o rio Cávado, correndo num vale cavado e profundo, e a Serra Amarela, no Gerês. A aldeia foi o berço da família Rodrigues, conhecida por família do “Americano”, a que pertence João Rodrigues Cabrilho. Cabrilho foi “*o descobridor e o primeiro europeu a atingir a parte ocidental e setentrional da península americana da Califórnia, onde faleceu em 1543*”. (Costa, 1987: 197).

Travei conhecimento e amizade, que se mantém, com uma família, cujo elo foi a tal senhora que me chamou, a matriarca D. Albertina Miranda, já falecida. Família para quem o pastoreio e a agricultura de subsistência constituem, ainda hoje, a economia familiar:

cultivam o que necessitam, apenas; só o “*fumeiro*”, esse sim, abatidos e desmanchados os porcos, vendem o que sobra das alheiras e das chouriças. Gado vacuum de raça cachena e barrosã, como as manadas do lado galego, pastoreio livre em baldios comuns, galegos e portugueses, deambulam pelos montes que ligam ao “*Couto Mixto*”, elevações que vão ao encontro da Serra do Larouco, sempre na cumieira da linha da fronteira da raia seca galaico-portuguesa.

Retomamos de Cesáreo Veloso, o que nos conta da “*Casa do Boi*”, ultimamente alugada, que era o semental que havia para as vacas, “*e se había moitas, hasta incluso dous*”. E para a “*vezeira*” das ovelhas, “*um colectivo: rebanho de cabras e ovelhas de vários vizinhos*” (Guerreiro, 1982:76), havia um macho ou dois. Apenas iam à “*vezeira*” quem possuía animais. Cuidavam do semental dois dias, se tinham quatro vacas, ou levavam-nos para a “*Lama, unha praderia que pertenece ó monte comunal do Pueblo, pero era propriedá do buei*”. Quando acabaram as vacas, restauraram a “*Casa do Boi*”, passou a “*Casa do Pobo*”. A última função: Casa Mortuária, que já não é, por que os velórios passaram, obrigatoriamente, para Calvos de Randin, ou Baltar, os legalizados. (Cesáreo Veloso, Santiago de Rubiás).

“*Ainda hoje são frequentes no nosso país e no país vizinho traços de organização comunitária. (...) São frequentes os pastos e os rebanhos comuns nas serras do Gerês, do Soajo, da Cabreira, Amarela, da Peneda e do Larouco*”. (Dias, 1953: Introdução, s/n)

Comunidades rurais, “*une ensemble de maisons, avec les habitants et le territoire exploité*” (Demangeon in Dias, 1983: 15) do que resulta, além das formas da vida material e espiritual das pequenas aldeias, o quadro natural e social que elas manifestam. Isolamento e influências locais do ambiente,

“*alguns traços filiam-se na cultura dos povos pastores e ganadeiros indo-europeus, introduzida (...) por migrações pré-romanas e invasões germânicas, nomeadamente a dos Suevos onde a pastagens e o gado*” terão contribuído para a “*labuta dos homens, com uma agricultura sedentária e complexa*”. (Orlando Ribeiro, in Dias, 1953, prefácio: s/n)

Estas últimas narrativas continuaram a fornecer-nos uma etnografia da “*construção de um lugar*” (Nora, 1984)). Ora, atente-se na importância dos testemunhos dos entrevistados: “*Sem (...) entrevistas e testemunhos que realizei, estou certo que o*

resultado teria sido bem diferente: mais lacunar, menos complexo, mais ingénuo.”
(Cardina, 2012: 27)

Os nossos interlocutores,

“levam-nos aos trabalhos pioneiros de Maurice Halbwachs, sobre a “memória colectiva”, que vieram rejeitar a concepção tradicional da memória como impressão da mente humana, fundamentando-a a partir da interacção social que os indivíduos estabelecem (Halbwachs, 1990).

E, sem poder esquecer a Festa, descreva-se o que de *Conchita* nos chegou:

“Había la fiesta de la Virgen del Carmen, era muy bonita, porque la Virgen salía en procesión, y la fiesta de San Blas también. Pasaba y se le echaban flores y la gente también echaba muchas colgadas, que eran las colchas que hacían las señoras de lana y lino, porque aquí hubo muchos telares, siete telares que le recuerdo yo. (Maria Concepción Sanz Ferreiro, “Conchita”, de Meaus, 87 anos, professora jubilada).

De novo *Conchita*, sobre a festa de “Ramos”, punham-se *“unas ramitas de saúco (sabugueiro) en cada tierra y el sacerdote bendicía el agua bendita”*. E, no Carnaval, “*O Entroito*”, eram *“las farroupeiras”*, umas máscaras com a cara tapada com farrapos, com o mais feio que se podia pintar. Armados com uns grandes varapaus, corriam atrás das pessoas que passavam pelas ruas. E as raparigas, vestindo umas camisas brancas e uns chapéus largos, feitos por elas próprias, compunham o traje trapalhão. Os mascarados percorriam os lugares, anunciavam-se às portas pedindo autorização para entrar nas casas, dizendo que *“venían de visita de Carnavales”*. Tocavam os sinos nos povoados, como a rebate!... Era o sinal para que se reunissem, o povo e os mascarados, à volta da mesa comprida. Posta no centro da aldeia, *“con bebida, galletas, lo que hubiera en los comércios, porque había comércios en todos los pueblos”*. Escreviam comédias, *“as loas que contam uma história”* (Benjamim Pereira), que, em versos representavam, gargalhando, soltando guinchos e dando saltos. Constituem *“os usos do tempo, ao mesmo tempo que mobilizam um passado significativo e legitimador, que conforma um país estrangeiro (Lowenthal, 1985, in Godinho, 2020: 150) veicula e legitima a autenticidade destas formas de cultura expressiva popular.*

Respigamos de Victoria Rodriguez, 76 anos, ainda sobre o Carnaval: *“O Entroido si que era chulo. Aproveitábamos pa comer un pouquiño mellor, chourizos i a cachola, todo de porco, e Arruz dulce e o que lle chamaban o roscó”*. Disfarçavam-se com o que tinham, roupa velha, trocavam a roupa, homem e mulher. Como o marido de Victoria era caçador,

vestia-se como ele e levava a espingarda. Victoria conta que proibiram a determinada altura de andarem com a cara tapada.

Esta última alusão ao Carnaval, remete para Franco.

“Nos locais onde sobreviveu, o carnaval do século XX conservou a sua mordacidade social. Uma das primeiras peças legislativas aprovadas pelo governo do general Francisco Franco durante a Guerra Civil Espanhola foi uma lei que ilegalizava o carnaval. Durante o resto da guerra, quem fosse apanhado a usar uma máscara nas regiões controladas pelas forças anti-republicanas ficava sujeito a duras penas, o que contribuiu para delibitar, mas não para eliminar, o carnaval”. (Scott, 2013: 249)

Apesar disso, o povo de Fuentemajor, quando a lei marcial foi suspensa, não desistiu e entou insultos a partir da cadeia: *“Ninguém nos pode tirar o carnaval, nem o papa, nem Franco, nem mesmo Jesus Cristo. (...) Como compreendeu Franco, o carnaval e as máscaras representam sempre uma ameaça”.* (Ibidem, 249).

De igual modo, merecem-nos uma abordagem as alusões à fome e à miséria referidas nas entrevistas, no período da Guerra de Espanha e anos consequentes.²² Faltava o pão em Espanha. A população continuava a alimentar-se de ratos, cascas de frutos e outros desperdícios. O *“Caudillo Franco”* apela a Salazar através do embaixador português.

“Em desespero de causa, Franco chama o embaixador português e pede a intervenção junto de Salazar para obter a cedência de algum trigo da reserva nacional, enquanto não chega o carregamento americano. Assim acontece. Pedro Theotónio Pereira relata:” poucas horas depois, estava a telefonar ao generalíssimo para lhe dizer que Salazar tinha dado ordens à Federação Nacional dos Produtores de Trigo para que dos seus celeiros situados numa faixa de 50 km da fronteira fosse enviado para Espanha tudo o que excedesse uma determinada percentagem das suas reservas”. (Oliveira, 2013: 337, 338).

E o pão apareceu nas padarias espanholas, dias depois.²³

Como do «Couto Mixto», um pequeno *“lugar”*, se permite levantar questões de um mundo em mudança constante. Como este *“pequeno lugar”*, alargando a escala, a perspectiva micro, pode alavancar questões mais alargadas, entroncando em grandes

²² Salientamos que o fim da contenda foi ditado pelo *“Discurso da Vitória”*, proferido por Franco, em Burgos, o Quartel-general dos “franquistas”, em 27 de fevereiro de 1939. Todavia, o problema seguinte foi a fome. Durante os três últimos anos ninguém cuidara dos campos, o comércio internacional sofrera interrupções, o celeiro espanhol estava esgotado e não havia forma de se abastecer.

²³ Os comboios que passavam por Santarém, carregados de víveres para a Espanha Nacionalista de Franco, eram assaltados. A população, também ela sofrendo com os racionamentos impostos por Salazar, utilizava métodos pouco ortodoxos, mas manifestava o seu repúdio. Eram os estratagemas, o discurso oculto enquanto prática.

temas.²⁴ Vamos ouvir pessoas, abarcando tópicos, como as migrações, em que a partir do detalhe, damos razão à etnografia, o incremento da Antropologia. Lugares pequenos, grandes problemas: “*Small Places, Large Issues*”, (Eriksen (1995 [2001])), que interpela:

“If each discipline can be said to have a central problema “writes Michael Carrithers (1992, p.2)”, then the central problema of anthropology is the diversity of human social life”. Put differently, one could say that anthropology research and theory tries to strike a balance between similarities and differences, and theoretical questions have often revolved around the issue of universality relativism: To what extent do all humans, cultures or societies have something in common, and to what extent is each of them unique?”.(Eriksen, 2001: 5)

7. O Tratado de Limites ou Tratado de Lisboa (1864-1868) – a questão do «Couto Mixto» e dos «Povos Promíscuos»²⁵

“Diz-se que a história dos povos que têm história é a história da luta de classes. Pode-se dizer, pelo menos com a mesma veracidade, que a história dos povos sem história é a história da sua luta contra o Estado.”

Pierre Clastres (2018)

Pierre Bourdieu (1930-2002) diz-nos que as teses é que nos escrevem a nós, pois quanto mais escrevemos mais arrumamos as ideias. Explicar o “*Tratado de Limites ou Tratado de Lisboa*” (1864-1868), sintetizando e enumerando as diligências da Comissão Mixta, que operou a prossecução dos limites de fronteira entre Portugal e Espanha (1864-1868), eis o objetivo seguinte. Para tal, entrámos em contacto com o arquivo e a biblioteca dos Negócios Estrangeiros, dirigidos de forma integrada por uma única unidade orgânica, a “Divisão de Arquivo e Biblioteca do Instituto Diplomático”. Esta arrumação, digamos assim, possibilitou “*uma maior interação entre a documentação em arquivo e a sua referência bibliográfica*”, lê-se no Regulamento da Sala de Leitura. Telefonema feito

²⁴ Vários exemplos contemporâneos estão aí. A Ucrânia e a invasão pela Rússia, a questão de Israel e de Gaza, com uma Palestina arrasada, num genocídio de “*retaliação*”, segundo as autoridades de Israel, punindo práticas da acção do Hamas, o grupo considerado “*terrorista*” pelas citadas forças israelitas.

²⁵ Estas teorias levam a contextos etnográficos, onde as grandes questões podem situar-se em um “*lugar*” pequeno por si só. Como Clifford Geertz disse uma vez: “*os antropólogos não estudam aldeias; eles estudam nas aldeias*” (Geertz, 1987). Por “*lugar*”, entenda-se não apenas a localização geográfica, mas também outros tipos de “*lugar*”, quer seja dentro de sistemas políticos, económicos, religiosos ou quaisquer sistemas sociais. Há que atender, assim, não à etnografia descritiva de estilo antigo, mas à oferta de argumentos teóricos, que sejam do interesse para um público mais vasto.

e e-mail enviado, calendarizaram-se os dias das idas à referida sala do arquivo. Pelas 11 horas da data ajustada (2021.10.07) ocupava o “posto” que, durante 3 meses, mais uns pozinhos, me levaram à leitura e análise dos documentos e mapas que consolidaram os limites de fronteira. Guardados em seis caixas numeradas, de 1118 a 1 123, os trâmites acertados entre os reinos de Portugal e Espanha, nelas se encontram inscritos numa extensa e pormenorizada descrição oficial, datados uns e assinados outros.

Tempo de “Covid-19”, máscara posta, partia de Santarém, onde habito, para o Arquivo, com vários transportes de permeio: o comboio regional levava a Santa Apolónia; o autocarro para o Cais do Sodré; o elétrico da Carris 15E, à Av. ^a da Índia, onde apeava no cruzamento com a Infante Santo. Dali, cerca de vinte minutos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Largo das Necessidades, subindo a calçada íngreme, o final da incursão diária. Na entrada, apresentava-me com o Cartão de Cidadão a um/uma militar da GNR e acedia ao Arquivo, onde me forneciam um par de luvas de borracha (proibido o manusear dos documentos com as mãos), preenchia um formulário pormenorizando o que me levava à investigação, adquirindo por 15 euros um cartão plastificado de identificação interna. ²⁶ Isto no primeiro dia, nos outros apenas me identificava à entrada, no posto de controle da GNR, onde deixava o Cartão de Cidadão. Dividido por dois momentos de pesquisa, manhã e tarde, almoçava por volta das 13 horas, um snack ligeiro, por vezes um caril oloroso num restaurante nepalês nas imediações, após o que voltava ao posto de trabalho. De onde saía pelas 17 horas, apanhando na Estação de Santa Apolónia o comboio que me levaria a Santarém.

No Arquivo, acolhido sempre com inteira disponibilidade, as “Caixas do Tratado” com os documentos chegavam-me à mesa de trabalho, entretanto solicitadas no dia anterior. Deparando-me com uma vastíssima documentação nas seis caixas, cerca de 4 000 ofícios e outros apontamentos e notas avulso, criei um *modus operandi*: anotava no “Caderno de campo” uma súmula do texto que analisava, documento a documento, fotografando seguidamente os que interessavam ao objetivo do trabalho, produzindo então o “meu” arquivo. Lida a documentação, incidiu a pesquisa *à posteriori* sobre o processo relativo ao “*Relatorio sobre os Coutos Mixtos e Povos Promiscuos*”, conforme o original inscrito na capilha, que ditou a sua extinção, e a solução dada às três aldeias promiscuas, além de

²⁶ Cartão com os dizeres: “Associação dos Amigos do Arquivo Histórico-Diplomático – Arnaldo António Rodrigues Rios Vasques - Cartão de Leitor, n.º 3 192, Data de Emissão 11/10/2021”

outras referências avulsas. Desse processo, fixei os registos para memória futura, daí poder reescrever o que vos faço chegar, num conteúdo ordenado e entendível.

As negociações hispano-portuguesas para delimitarem uma fronteira comum, com valor jurídico internacional, principiaram em 1851 pondo fim à indefinição fronteiriça desde os primeiros anos da nacionalidade portuguesa, em 1143. (Mañá, 1993: 125)²⁷ Em julho de 1855, um decreto nomeou as pessoas que iam fazer parte da constituição da Comissão Mixta portuguesa e espanhola, iniciando-se no imediato os trabalhos preparatórios. (ibidem, 126). Faziam parte dessa Comissão Internacional de Limites, pelo lado português, o brigadeiro Frederico Leão Cabreira, a que se juntaria como secretário o major engenheiro Guilherme Couvreur. Do lado espanhol, o diplomata D. Fidencio Bourman, *“também dotado de hum genio forte e de hum character circunspecto, mas propenso a insusceptilidades, que assaz sabe temperar com a delicadeza de suas maneiras, e diplomática medida de seus modos e palavras”* (Godinho, 2021: 249) O secretário de Bourman, passou a ser D. Evaristo Perez de Castro, além do engenheiro D. Ramon Medina y Orbieta, considerado pelos portugueses hábil e muito polido, e que com pena viram afastar-se dessa secção sem substituto. Sobre Bourman, acrescem as queixas remetidas por Leão Cabreira ao rei, *“acerca das intrigas que ocorreriam em Chaves e de notícias saídas em jornais, principalmente portuenses, cuja responsabilidade imputa ao seu ex-secretário”* (ibidem, 249) De facto, Bourman, o presidente espanhol, é apresentado por Cabreira como,

“hum malévolo caviloso, capaz de praticar toda a sorte de falcidades e enganos com vista de prejudicar a Nação Portuguesa nas demarcações de que se trata, apesar de ser o contrário de bem facil prova. Tambem se não esquece de mim, representando-me como hum homem por extremo bondoso, e dotado da mais excessiva boa fé; histo he como hum imbecil, capaz de se deixar enganar, e ter sido enganado indignadamente pelo referido Commisionado hespanhol.” (MNE, s/d, Caixa 1120, fl. 389)

Em 1858, a Comissão foi *“substituída por uma outra, mais eficaz e diligente, presidida pelo tenente-coronel engenheiro Alexandre José Botelho de Vasconcellos e Sá, que nos anos 40 já havia trabalhado na fronteira transmontana e beirã”*. (Dias, 2009) Acompanha-o o major e o alferes do Batalhão de Caçadores 3, respetivamente: José Maria

²⁷ A nacionalidade portuguesa vem da assinatura do Tratado de Zamora, em 1143, entre D. Afonso Henriques e D. Afonso VII de Leão e Castela, cujo estatuto jurídico foi confirmado pelo Papa Alexandre III, em 1179

Delorme Colaço, o vogal secretário, e Carlos Frederico Pinheiro de Lacerda, o secretário interino.

Do novo presidente da Comissão de Portugal, sobre as dúvidas e imbróglis sucessivos, acentua-se o que contrapõe como defesa das questões levantadas sobre o “Couto Mixto e os povos promíscuos”:

“os povos de um e outro Estado, vivem á muitos séculos sem questoens com a sua linha divisória irregularíssima, colocada aquém ou alem de limites naturaes. A baze em que deve acentar o Tratado de Fronteira deve ser o bem estar dos povos arraianos de ambos os lados, fundado na equidade e na razão, e para isto se obter devem os dois Governos fazer razoáveis e pequenas cedencias de território” (MNE, s/d, Caixa 1122, fl 491 vs.)

Constatados com as dificuldades na apresentação dos comprovativos oficiais da origem e privilégios do Couto Mixto, reivindicaram como causa a destruição perpetrada por Soult, no comando do exército francês, aquando das invasões francesas na Galiza.

“O azoute de choivas e neves, o frío da primavera invernal das terras de Barroso e A Limia orensá, e a traxedia da derrota militar foron os compañeiros de camiño do exército de Soult. (...). O dia 17 de maio (1809) Soult queimaba, ó seu paso polas aldeas da raia de Randín e Baltar, cantos arquivos e material combustible atopaba. Cara o dia 10 de xuño o xeneral francés abandonou definitivamente as terras galegas”.

Todavia, os documentos (possíveis) existentes nos vários arquivos pretenderam apelar aos direitos portugueses às questões levantadas, conquanto lesivas nos dois casos. Sobre o “Couto Mixto”, aparecem referências ao *“rio Salas e as aldeias de Meaus, Rubiás e Santhiago”*. (MNE, Caixa 1118, fl. 62 e 63). As dificuldades em fixar a linha de fronteira em Tourém, e a questão do Monte da Magdalena, essencialmente sobre o problema dos pastos ocupados ilegalmente e a destruição de lavouras pelos habitantes das povoações fronteiriças espanholas, é um assunto largamente descrito nos officios analisados, em que se abordam as já citadas invasões francesas. (MNE, Caixa 1119, fl. 160).

Analisámos uma relação da população das 3 aldeias do “Couto Mixto”. Surge pela primeira vez a questão dos impostos e o seu não cumprimento por parte desses moradores. (MNE, Caixa 1119, fls. 21 a 24), contudo *“Os privilégios do Couto Mixto foram confirmados pelo Conde de Monte Rey em 29 de Outubro de 1608, e pelo Conde de Lemos a 27 de Fevereiro de 1629”* (MNE, Caixa 1119, fl. 25)

“O Foral de Piconha correspondeu aos Coutos Mixtos como consta da carta Régia de 5 de Maio de 1325 do Sr. D. Affonso 3.º, e confirmação pelo Sr. D. Deniz em 1339”. Refere

também a documentação depositada na “*Arca das 3 chaves*”, na Igreja Paroquial de Santiago de Rubiás e outros existentes em Montalegre, antes da destruição à passagem da tropa francesa. O referido castelo localiza-se no outeiro da Almena, a leste da actual freguesia portuguesa de Tourém, já em Espanha, no município galego de Calvos de Randín, no caminho que liga Randín a Vilar e Vilarinho. (MNE, Caixa 1119, fl. 26)

Outras exaltações do peso histórico da documentação, enviada ao rei em 19 de julho de 1859, evidencia o modo de olhar para as populações rurais na zona:

“Os Tombos de demarcação de 1418, e ratificação de 1538 (Documento N.º 2) bem clara mostra por onde ella [linha de separação] passava então, e passa ainda hoje: os Governos de Portugal e Espanha não devião consentir que ambições locais, e interesses privados de aldeões pouco sevilizados, procurem com informações e documentos imaginários, pela sua inexactidão, alterar esta demarcação veneranda.” (MNE, Caixa 1119, fl. 26)

Estas e outras referências ao Couto Mixto não evitaram as arremetidas contrárias à posição portuguesa. Manter o dito Couto em território de Portugal é cada vez mais complicado. Um despacho do ministro português em Madrid, Luiz Augusto Pinto de Soveral, lavrava:

“Permittir por mais tempo o estado anómalo nos povos do Couto Mixto, e promiscuos, é não querer acabar com esse foco e refugio de malfeitores que a seu bel-prazer zombão e calcão aos pés as Leis de Dous Estados independentes, fiados nas imunidades das tradições de séculos. (...) O statu quo traz consigo um sem numero de reclamações desagradáveis, de uma solução impossivel tanto no que toca a nacionalidade dos habitantes do Couto Mixto, como igualmente dos que residem nos povos cortados pela raia e são chamados promiscuos.” (MNE, s/d, Caixa 1120, fl. 184)

Tempos desfavoráveis às pretensões dos do Couto Mixto. Achando-se com direitos invioláveis vindos de um tempo longo, moldaram tipos de vida seculares, todavia, as contrariedades avolumavam-se. Envoltos numa mais que duvidosa pertença a Portugal, mais uma, que o visconde Luís de Soveral, representante diplomático em Madrid, dobrando-se às pretensões espanholas, em 20 de março de 1858, assim atestava:

“Em resumo, o governo espanhol propõe o seu domínio exclusivo sobre o Couto Mixto, sobre o qual Portugal não parece exercer jurisdição alguma; cede a Portugal a parte espanhola das povoações promiscuas de Lamadarcos e Soutelinho, e reclama a Portugal a parte que lhe pertence na pequena povoação promiscua de Cambedo” (MNE, s/d, Caixa 1122, fl. 248).

Aprontando-se uma rápida resolução para se arrumarem de vez estas e outras questões, a total cedência às pretensões espanholas voltaram à liça. De novo, Soveral relatava tendenciosamente:

“que aqueles povos reconhecem o Senhorio de Hespanha mediante certa somma fixa denominada Alcavala, que Meaus entrega a Baltar e Santiago de Rubiás a Calbos de Rendin, também em Hespanha. [...] Os povos do Couto Mixto pertencem ao Bispado de Ourense, e o seu patronato aos Condes de Lemos que nomeão os seus curas. [...] Estes povos porem hão sido respeitados pelos Governos de Portugal e Hespanha, e deste modo teem atravessado séculos à sombra de antigos direitos feudais, sem obedecer a lei de especie nenhuma; ora são Portugueses, ora Hespanhoes, segundo as circunstancias o exigem; outras vezes não nem uma coisas nem outra. [...] Segundo tradições antigas parece que estes povos pertencião á Caza dos Condes de Lemos e de Monterrey. Este titulo pertence hoje em dia ao Duque de Alba. (MNE, s/d, Caixa 1120, fl 187 e vs).

No mesmo ofício, refere-se que *“na época da separação das duas Corôas, ficaram aqueles povos encravados no território hespanhol; abolidos depois os direitos Senhoreaes, a Corôa de Hespanha sucedeu á casa de Monterey no domínio jurisdicional”*

Com a abolição dos direitos senhoriais, o Couto Mixto, igualmente conhecido por Vale de Salas, continuava a viver uma situação prejudicial aos dois reinos. Reforçava-se a trama de que as três aldeias eram tidas como o acoite seguro de criminosos *“e um deposito ilegal de toda a espécie de contrabando, [...] a quem os privilegios de que ate agora o Couto tem gosado, obstavão a que fossem apreendidos e entregues à acção das leis”* (MNE, Caixa 1122, fl. 637 e vs.).

O capitão engenheiro Vasconcelos e Sá, mapeando um sistema novo no reconhecimento da fronteira, em 1840,²⁸ forneceu um conjunto de informações sobre o Couto Mixto e os *“povos promiscuos”*, dirigindo um ofício confidencial ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Estrangeiros, António José de Ávila, datado de 31 de dezembro de 1860. Relatava que o solo dos Mixtos era pobre, apto apenas para centeio e pastagem, havendo nas terras confinantes ao rio Salas, entre Rubiás e Meaus, uns hectares de aluvião propícios a outras culturas. Os seus habitantes *“são em geral lavradores, alguns porem e não poucos, são Almocreves e Comerciantes de cereaes e outros objectos,*

²⁸ O esquema para mapear, sempre menos complexo do que a realidade (Scott, 1998:309), serve sobretudo ao reconhecimento de pontos que são destacados a partir de uma lógica que subalterniza a dos sítios, ainda que use frequentemente as designações locais” (Godinho, 2021: 232).

nos mercados das povoações próximas, de uma e outra nação, para não dizer contrabandistas” (MNE, s/d, Caixa 1120, vs. fl. 316).

Nova proposta, através da Portaria de 20 de abril de 1859, requer a extinção do “denominado Couto Mixto, que existe junto à fronteira do Concello de Monte Alegre, e tornar uma só Nação os povos promiscuos, que estão colocados na raia do Concello de Chaves”. (MNE, s/d, Caixa 1120, vs. fl. 316).

Solicita ainda o parecer “sobre a conveniência ou inconveniência, de anuir ao pedido do Governo de Espanha, afim do Governo de Sua Majestade poder entrar nesta negociação” (MNE, 1859, Caixa 1120, fl.2).

E, textualmente, novos considerandos reforçam:

“São mui diversas as circunstancias do Couto Mixto e dos Povos Promiscuos que parece se querem inverter: o território e povoações d`aquelle nunca estiverão na posse e gozo de uma ou de outra Nação como o de mais território, e povoações que lhe pertencem pelo menos nos quatro últimos seculos – tem sido um paiz privilegiado, em quanto que as povoações promiscuas que se formarão na raia estão em terreno conhecidamente de uma e outra Nação, as quaes apesar de formarem uma só povoação, vista externamente conservarão sempre mui pronunciadamente a linha divisória de cazas e até dentro dellas. Taes cazas forão construídas contra os interesses do fisco de um e outro paiz, mas que a distancia das autoridades superiores, e talvez conivencia dos subalternos, e locaes, consentirão, se não forão estas que as fizerão: por taes motivos vamos tratar em separado de uma e outra questão, começando pelos Coutos Mixtos” (MNE, 1859, Caixa 1120, fls. 3 e 4).

Continua a Portaria de 20 de abril de 1859:

“Consultando as localidades ou mappa que acompanha este Relatorio se vê, que a linha de separação dos terrenos pertencentes a Portugal e Espanha entre as Serras do Gerez e de Mairas, apresentão grande irregularidade e se tantas vezes avança para o lado de Espanha como em Tourem, Couto Mixto e Villar de Perdizes, em outras pelo contrario se internão em Portugal como em Villarinho e Villar de Rendin, Videferri e Fezes de Abaixo; estes povos e seus termos conhecidamente portugueses” (MNE, 1859, Caixa 1120, fl. 4).

Referindo-se aos Tombos de demarcação de 1418, e ratificação de 1538 (Documento N.º 2, do Relatório), que mostram por onde a linha de fronteira devia passar, e passa ainda hoje:

“Os Governos de Portugal e Espanha não devião consentir, que ambições locaes, e interesses privados de aldeãos pouco cevelizados, procurem com informações e documentos imaginários pela sua inexactidão alterar esta demarcação veneranda, por tanto pelo que exposto fica se vê, que as razões alegadas de estar o Couto Mixto encravado no terreno Espanha não tem força para o caso, nem é exacto o que se diz nos

officios de 20 de março e 13 de Novembro de 1858 de estarem as povoações do Couto Mixto a grande distancia da raia e a mais de legoa. (...). O mencionado mappa mostra também onde existia o Castello da Piconha (...) que dependia não só da aldeia portuguesa de Tourem, mas também do Couto Mixto” (MNE, 1859, Caixa 1120, fl. 5).²⁹ (Costa, 1987:113 a 116)

Entretanto, tanto em Espanha como em Portugal, aboliram-se os direitos senhoriais, e tanto assim, que os povos do Couto Mixto deixaram de pagar à Casa de Vilar de Perdizes o direito de jugada, recebido então pelo Alcaide Mor da Piconha, consistindo esse encargo: um alqueire de pão por cada fogo que tivesse uma “*junta de boys ou vacas de trabalho*”; alqueire e meio “*tendo duas juntas, e meio alqueire cada fogo, mesmo que não tiverem junta alguma*” Os povos do Couto Mixto deixaram de pagar este tributo em consequência da legislação de 1832, daí que “*o Foral Redondo da Caza de Bragança e o Castello da Piconha melhor devem esclarecer estes e outros objectos, sendo certo que em Monte Alegre existe um Livro do pagamento de Cizas do Couto Mixto*” (MNE, s/d, Caixa 1120, fl.6).

O projeto do acordo de Limites não refere o Castelo de Piconha, mas aponta o rio Salas, que corre entre Portugal e Espanha, para onde flete, que poderá ser a raia do Couto Mixto (MNE, s/d, Caixa 1120, vs. Fl. 8). Vasconcellos e Sá, num documento enviado ao ministro, em 31 de Dezembro de 1860, recomenda ao Governo de Sua Magestade para não “*anuir a que o Couto Mixto fique todo para Hespanha*”, já que,

“O Sr. Fontan no seu mappa da Galiza erradamente apontou a demarcação da raia pelo cume da Serra da Arandella, ou da Pena, (...) He que da parte de Portugal não deve ser admitida, não só por que ficam desapossados do direito aos terrenos do Couto Mixto, como pelo gozo e pelo imemorial que tem os povos Portugueses de Padrozo, Sabusedo e Danãos, de trazerem ellas seus gados a pastar conjuntamente com os do Couto Mixto até uma certa distancia alem d’aquellas cumeadas não podendo nem umas nem outras fazer n’ella cavadas para a cultura” (MNE, s/d, Caixa 1120, fls.317 e 318).

Outros atropelos haviam sido cometidos, em 1812, pelo juiz galego de Calvos de Randin; em 1814, “*o alcaide de Calvos, João Tejada, por motivo de os habitantes do couto lhe não darem os votos, recusou-se a fazer-lhes a devida justiça*”. De facto, estes e outros atritos levavam a contínua efervescência nestas populações. “*A Casa de Bragança apresentou em Madrid justificadas reclamações*”, o que levou à constituição de uma

²⁹ O Castelo da Piconha, hoje demolido é, porventura, o mais famoso dos três castelos medievais do Barroso.

comissão mista luso-espanhola, estudando o assunto para possível conciliação (Costa, 1987: 141).

Vasconcellos e Sá é levado a apoiar-se em dados capazes de fazerem jus às pretensões portuguesas. No relatório de 1 de abril de 1861, assim reiterava:

“Se o argumento de pagar o povo de Meãos uma alcavala de 12 reales e 12 maravedis, que entregão em Tozende, e os de Santhiago e Rubiás 37 reales que entregão em Calvos, colhe para Espanha – igual ou maior argumento colhe para Portugal o couto Mixto pagar-lhe um quartinho em ouro, ou 30 reales escaços alem do Foro principal de 12\$000 (reales) que pagam á Caza de Bragança por ser Senhoria do Foro o terreno como consta do Acordo de 20 de Dezembro de 1819, acordo que tem que pagar pelas tropelias, que algumas Authoridades Espanholas cometerão arbitrariamente, as quaes forão reprimidas e referidas pelas Authoridades Superiores de Sua Magestade Catholica, como declara o N.º 1 refferido” (MNE, s/d, Caixa 1120, fl. 5).

Entretanto, um relatório apoiado numa antiga “Concórdia”, sem data nem lugar, pública forma de outra mais anterior a 1538, e passada em 1564 conferindo um conjunto de privilégios, aponta-se a *“cartografia como prova, aludindo às fragilidades e imprecisões do mapa de Fontan, quanto ao território português no Couto Mixto* (Godinho, 2021: 291). E continuou a sublinhar a imprecisão do mapeamento por Fontan, e à alusão de Madoz no dicionário geográfico, ambos desfavoráveis às intenções portuguesas de considerarem “seu” o Couto Mixto:

“Marcou também inexactamente o Couto Mixto, que bastava a sua designação para o não dever fazer: Isto junto ao que diz o senhor Madoz no seu dicionário geográfico: “Que o Couto Mixto é de Espanha ou deve passar a sê-lo porque para ele só se pode chegar indo de Portugal por uma vereda privilegiada, ou sempre por território espanhol, como encravado nele por todos os lados” (ibidem, 2021:291).

Tudo o que mais se aludisse, comprovando como de Portugal o Couto Mixto, mostrava-se infrutífero perante a obstinada resistência da *“partilha que o Governo de Madrid não aceitou”* (Barreiros, 1964: nota de rodapé 1, pág. 161). A partilha razoável era, ou continuava a ser, o embaraço principal à delimitação da fronteira neste local. D. José de Castro, o Comissário técnico do Governo de Espanha, informou o Comissário português, Vasconcelos e Sá, *“que o seu Governo tem um decidido empenho em ficar com todo o Couto Misto! Que não haveria Ministro de Espanha que na presente época se atrevesse a propor que povoações que foram sempre de sua nação mudassem de nacionalidade”* (ibidem, págs. 161 e 162).

Outras contrariedades vão imputando as contestações aos intentos de Espanha. Expressando dúbias declarações, leia-se mais, vindo de entidades portuguesas com responsabilidade na matéria:

“Considerando também que apesar de todas as provas demonstrativas dos irrecusáveis direitos de Portugal à posse do Couto Misto e Povos Promíscuos, ou pelo menos da sua maior parte territorial e populacional, o ministro Casal Ribeiro se dispôs, com o mesmo Soveral, à elaboração dum contra-projecto que, afinal, era a versão quase plena dos desejos do Governo Madrileno, expressados no seu projecto de convenção, supomos que Soveral devia ter recebido do Ministério dos Estrangeiros de Madrid, ou pelo menos de adidos seus altamente categorizados na Corte de Espanha, declarações claras e positivas sobre a intransigência da posição daquele departamento de Estado quanto à anexação por Espanha, do Couto Mixto. O Governo de Madrid fazia, assim, questão fechada de se apossar de todo o território do Couto, apesar da clareza dos muitos e importantes documentos que provavam os imemoriais direitos de Portugal, sem sequer se dispor a uma justa partilha, como seria aquela em que a primeira Comissão Mista inicialmente concordara, pelo rio Salas, ou a aceitar arbitragem, ou a oferecer compensações equitativas” (ibidem, nota de rodapé 1, pág. 162).

Demostraram-se outras provas: a Câmara de Montalegre documentava que os habitantes do Couto Misto desejavam ser portugueses e não espanhóis; outro documento, do tempo de D. Filipe II, provava que o uso das pastagens, do terreno do Couto Misto, não era abuso mas legítimo, por parte das aldeias portuguesas de Padrozo, Sabuzedo e Donãos; a existência de cinco lojas de comércio, em Meãos, sustentavam-se quase completamente em Portugal, e tinham por consumidores os povos espanhóis circunvizinhos; que a existência do Couto Misto *“é hoje mais vantajosa a Portugal que a Espanha”* (ibidem, 1964: 162).

Não se demoveram as autoridades espanholas a produzirem outras intenções, que não a de se apossarem dos territórios citados, não obtendo para Portugal, pelo exposto, renovadas esperanças numa resolução que lhe fosse favorável. Mais uma contrariedade, a questão do tabaco, volta à liça. Tido como responsável pelas últimas intrusões ao terreno, dos representantes espanhóis e portugueses, Pascual Madoz aponta a causa à cultura do tabaco. Ainda que de má qualidade, o tabaco era vendido eximindo-se às taxas (Godinho, 2021: nota de rodapé 74, pág. 279). À produção do tabaco, e à alusão de fraudes e prejuízos à Real Fazenda de ambas as Coroas, faz-se declarar que,

“nenhum vezinho poderá semear e cultivar mais tabaco, ainda que de má qualidade, que o necessário para seu próprio consumo, e o que o fizer pagará uma multa em proporção do excesso, para a Real Camara Portuguesa em razão de se considerar o terreno propriedade d`aquelle reino como fica exposto (MNE, s/d, Caixa 1120, Art.º Nono) (Costa, 1987: 142).

Perante um avolumar de preocupações, movimentaram-se os moradores do Couto Mixto. Um requerimento, datado de 20 de Dezembro de 1855, subscrito por 22 moradores de Rubiás, 10 de Santiago e 21 de Meãos, com as assinaturas reconhecidas, dirigido ao rei português, como legítimo administrador da Casa e Estado de Bragança, é exibido,

“implorando para que pelo seu governo, faça expedir as providencias necessárias que cohibam e fação cessar o procedimento que tem havido ultimamente na Alfândega de Mont`Alegre, já vedando-lhes a livre condução dos gados, cereais e outros géneros da sua propria colheita e industria, já obrigando-os a despacho como se fossem estrangeiros quando alliás alegam e mostram por trez documentos juntos ao mesmo requerimento, que estão sujeitos às Auctoridades de Mint`Alegre, onde se julgam seus pleitos civis, e por consequência sujeitos á Corôa de Portugal, estando também à de Hespanha” (MNE, s/d, Caixa 1118, fl. 625 e vs.)

Novo requerimento, expedido a 2 de Julho de 1862, *“numa tentativa de minorar os danos, assinado por 56 indivíduos das três povoações do Couto Mixto”*, constata que há acordo,

“nos dous Governos para extinguir este couto com todas as regalias e privilégios, outorgados pela Regia minificencias dos Augustos predecessores de Vossa Magestade, rogando com instancia que não se leve a efeito tal acordo, que tanto vae afectar os interesses dos suplicantes; não parecem a estes de grande peso as razões dadas para extinção do couto pela sua inconveniência com o systema politico, que hoje rege as duas Nações; algumas pequenas modificações no regimen do couto podem bem autohorizar a sua conservação; mais independencia, mayores prerrogativas tem o mui pequeno Estado de Andorra, que o Governo de Sua Magestade Catholica de acordo com o Imperador dos franceses, continuam a conservar na raia, entre aquelas duas Nações nos Pyreneos meridionais” (MNE, s/d, Caixa 1120, fl 88 e vs.).

Tementes na falta de concretização desta petição, uma segunda é colocada a Sua Majestade:

“Os suplicantes desde já pedem, instão, rogão a Vossa Magestade se digne providenciar para que as povoações já mencionadas sejam nos Estados Portugueses, por assim convir aos mesmos, pela comunidade d`interesses, e antigas relações de convivência intima com seus vizinhos de Portugal. Pedem a Vossa Magestade se digne acolher benigno os rogos dos suplicantes” (MNE, s/d, Caixa 1120, vs. fl. 88).

Quaisquer petições mostrar-se-iam incapazes de mudar o destino do Couto Misto e da população das três aldeias. E assim chegámos à assinatura do Tratado de Limites, ou Tratado de Lisboa, de 29 de setembro de 1864, *“ratificado el mayo 1868. Limites con Portugal”*, completado por *“dous Anexos relativos ós «Ríos limítrofes» e ós «prendamientos de ganado»*, documentos publicados em 1866” (ibidem, 127), que determinou clara e precisamente:

“así os derechos respectivos de los pueblos confinantes nomeados que foram os Plenipotenciários, como los limites territoriales de ambas soberanias en el trayecto de frontera que se extiende desde la desembocadura del Miño hasta la unión del río Caya com el Guadiana (MNE, s/d, Caixa 1122, fls.649 a 664).

Por fim,

“o día 23 de xuño de 1868, reuníanse en Santiago de Rubiás os delegados Bernardo Antonio Díaz Pereira Magro (bacharel en Medicina e Cirurxía), Comisario da S.M. Fidelísima, e Rafael Teijeiro (advogado dos Tribunais do Reino) en representación do Gobernador Civil de Ourense. Despois de examina-los seus poderes, que atoparon conformes, executaron a entrega e posesión «que aceptó y tomó real, corporal, civil sen quasi» dos três pobos e dos seus termos, «quedando bajo el dominio y soberania de España» con «absoluta independencia de Portugal” (Mañá, 2000: 155).

A esta cerimónia, a que assistiram outras autoridades políticas e administrativas, segundo a mesma Acta, houve *“bastante concurrencia de personas de los referidos pueblos”*. Assistiram calados, como testemunhas de uma injustiça histórica, que os devolvia à condição de simples habitantes de três aldeias esquecidas, conforme se demonstrou nos anos seguintes. Quatro dias depois, o mesmo se repetia na cerimónia de entrega dos “Povos Promíscuos”, só que a entrega se fazia a favor de Portugal, conforme o conteúdo do Artigo 27.º do Tratado de Limites de 1864, podendo, se desejassem os seus habitantes, manter a naturalidades espanhola, fazendo-o constar no prazo de um ano.

Em 27 de junho de 1868, executava-se a entrega de Soutelinho a Portugal, por parte do representante espanhol, *“repetindo o mesmo ritual ó dia seguinte, no que se formalizaron as entregas de Cambedo e Lama de Arcos, levantando actas do acontecido”*. Oficiavam o acontecimento os mesmos representantes por ocasião da entrega do Couto Mixto. O povo, esse, observava mudo, não tinha voz *“nin voto neste negocio”* (ibidem, 180).

Quase um ano depois, em 9 de Abril de 1869, o Governador Civil de Ourense dava ordem para desaparecerem dos *“pueblos de Lamadarcos, Souteliño e Cambedo las autoridades españolas en que los mismos funcionen”* (ibidem, 180).

Lutando por direitos, que tinham como adquiridos: nas formas de socialização, nas relações familiares, no respeito pela natureza, nas estratégias da economia do negócio do ganha-pão. Paulatinamente, o Tratado de Limites desacreditou os privilégios e inviabilizou os espaços de uma geografia de pertença: do rio Salas, dos montes, dos baldios, dos pastos e dos gados, das lavouras e da produção do tabaco, a “erva santa” chamada.

“Couto Mixto, dos que foram cerca de 1 000 habitantes à época do Tratado, passados 40 anos umas duzentas, agora uma réstia de gente,” (Maria do Carmo, 2017, emigrante 48 anos, em Barcelona).

8. Excurso. Desvendar um sonho ou uma estória de família

“Numa vida que se desenha independentemente da vontade própria, com dificuldades e pressões características do meio limitado onde se situa” (Bretell, 1978: 12) acabei por nascer em Santarém (1948).³⁰ A família constituíra-se de dois ramos: pelo lado materno, oriunda da Beira-Baixa, e pelo paterno, proveniente da Galiza, soubemo-lo bem mais tarde.

O apelido Rios Vasques, pelo lado paterno, desconhecida a sua origem na genealogia familiar, consubstanciou basta curiosidade que me acompanhou de muito novo. O pai do meu pai, o meu avô Alfredo, falecido em consequência dos *“gases lacrimogénios sofridos nas trincheiras de La Lys”*,³¹ dizia-se ser “filho do espanhol”. Mas não havia “papéis” que o confirmassem oficialmente, apenas suposições escassas reproduzidas oralmente por familiares mais velhos.

A minha mãe, quando me repreendia por quaisquer diabruras, de que a infância era pródiga, atirava: *“És mesmo como os espanhóis!”*. Ao que eu retorquia: *“Espanhol, mãe, o que quer com isso dizer?”* Logo recalando: *“Olha, saís na ruindade aos Rios Vasques, que vieram de Espanha, e são tidos como gente pouco aconselhável”*. Então, referia um antepassado, o meu bisavô, que se dizia pejorativamente *“recambiado”* de Espanha, não se sabendo de onde, nem de como se instalara por aqui. E aludia-se com frequência: *“De Espanha, nem bons ventos, nem bons casamentos”*. Tais desconsiderações, redobravam a vontade de esclarecer o imbróglío. Como uma ânsia, via-me embrenhado na pesquisa da origem dos ancestrais espanhóis. Se é que existiam mesmo, saliente-se. Saberá, anos depois (1998), que o meu bisavô paterno imigrara da Galiza. Como adiante se verá.

³⁰ O mais velho de dois filhos, o outro é a minha irmã, Maria de Fátima.

³¹ Alfredo Rios Vasques, o meu avô paterno, atingiu o posto de 1.º Cabo Ferrador, combateu na I Grande Guerra, em La Lys (1917). Por dificuldades familiares, apresentou-se como voluntário, ingressando com 17 anos no CEP-Corpo Expedicionário Português, o chamado “Milagre de Tancos”, tal a rapidez como se prepararam as forças embarcadas para França. Também se aludiu à deficiente preparação, daí as enormes baixas sofridas nos combates. Faleceu em 1932, no Hospital de Santarém, em consequência dos gases lacrimogénios nas trincheiras. Tinha o meu pai 7 anos.

8.1. Um apelido como um ferrete

Como um ferrete, apenas do lado do meu pai ostentamos o apelido Rios Vasques, suprimido no registo de nascimento de quem o desconsiderava. De facto, “os Rios Vasques”, como eram referidos popularmente, não gozavam de boa fama. Altercando-se por “dá cá aquela palha”, recorriam amiúde ao confronto físico, não sendo dados à diplomacia do consenso pela palavra. Como um mito, a família tecia relatos de um passado recheado de peripécias.

Um tio-avô, António Rios Vasques, havia enfrentado a tiro a polícia, na calçada do Alfange, um bairro problemático, nas margens do Tejo, em Santarém; um outro, que fora desterrado para África, chamava-se Bernardo, batia em tudo e todos, “*daí só o degredo o poder amansar*”, diziam “os da Justiça”.³² O meu pai e o irmão, o meu tio Carlos, em jovens, resolveram um dia mergulhar no Tejo, da ponte que cruza de Santarém para Almeirim, feito que correu mundo. Um mundo pequeno à sua imagem, mas um feito descomunal, por que improvável à maioria da gente do burgo Scalabitano.

Meu pai nascera em 1925. Com 12 anos, aquando da “Guerra de Espanha” (1936-1939), a fome falava mais alto do que o receio das balas e das baionetas da GNR, que vigiavam os comboios de víveres enviados por Salazar a Franco.³³ (Oliveira, 2013: 345) O grupo organizava-se e planeavam-se as operações no povoado ribeirinho de Alfange e Ribeira de Santarém, que a linha férrea cruzava. A coberto da noite, aproveitando a paragem para o carregamento de aguardente e sabão,³⁴ “o bando” assaltava os vagões. Pacientemente escondidos, nos salgueirais das margens do Tejo, que conheciam a palmo, atacavam de repente, escapulindo com o que conseguiam surripiar.

“Era uma cultura de pobreza, (...) uma luta constante pela sobrevivência, desemprego e subemprego, salários baixos, uma miscelânea de ocupações não especializadas, trabalho de menores, ausência de economias, uma diminuição crónica de ordenados, ausência de reservas alimentares em casa, (...) empenhar os bens pessoais, pedindo dinheiro emprestado aos capitalistas locais a juros de usura” (Lewis, 1961: 26).

³² Era o que nos chegava pela transmissão oral, no “diz-que-diz”. Bernardo Rios Vasques, (n. 1887), meu tio-avô, julgado e condenado nos inícios do séc. xx, acusado de bater na mãe, a minha bisavó Angélica, tera morrido no degredo, em Angola. Desconhecem-se quaisquer pormenores.

³³ A forma como se conduziu perante a Guerra Civil de Espanha, deu ao professor de Coimbra notoriedade externa e tornou-o respeitado no centro hegemónico do tempo, Londres. (Oliveira, 2013: 345)

³⁴ Produção da fábrica dos “Antolins”, imigrantes bascos, que se instalaram em Alfange, anos 1920. Família abastada, que o negócio propiciou, era gente considerada na região.

Salazar não desarmou: “*a ajuda aos sublevados espanhóis manteve-se, mas seria descrita em termos humanitários*” (Oliveira, 2013: 345). Atualmente, em Espanha, e desde a morte de Franco, a memória recua ao passado da Guerra: há que a desenterrar e denunciar o genocídio.³⁵

Nas estórias ouvidas dos meus pais, procurava entender aquelas vidas na luta pela sobrevivência e uma vida digna, tão distantes no tempo, pois “*o passado é como um país estrangeiro: lá era tudo de outra maneira*”, a frase que Lowenthal (1985) vai buscar ao romance de Leslie Pole Hartley ³⁶ (Cardeira da Siva, 2024: 24).

8.2. O enigma que se desfaz

Certo dia, no dealbar do século passado, recebi um telefonema de Alcanhões.³⁷ Do lado de lá, uma voz masculina identificando-se como Henrique Ferra: tinha dados sobre o apelido Rios Vasques. Agendou-se um encontro para trocarmos impressões sobre o assunto. Logo acedi ao proposto, ávido em abordar a descoberta. Como devem calcular, o meu coração ia apertado, como é uso dizer-se, pois eu antecipava, como por magia, que algo de novo e empolgante se iria revelar quanto aos meus ancestrais. Há que anos o desejava. E assim aconteceu. Chegado a Alcanhões, e feitas as apresentações, à mesa de um café, desvendou-me Henrique Ferra o que há tantos anos era um enigma para mim e para a família: a origem do apelido paterno, Rios Vasques. Henrique Ferra, funcionário público, natural de Alcanhões e a trabalhar em Lisboa, investigava há anos, no Arquivo Distrital de Santarém e na Torre do Tombo, a genealogia dos apelidos da sua terra natal. Ora, foi com profunda emoção que fiquei a saber que o meu bisavô: Constantin Ríos Vázquez, tinha como naturalidade, Santiago de Rubians, Cela Nova, Ourense, Galiza/Espanha, de profissão: Traficante³⁸. Nascera em 1851 e emigrara com 26 anos para Alcanhões, onde casou com Angélica da Conceição, em 31.10. 1877. Era filho de

³⁵ “*Han sido los movimientos memoriales relacionados con la guerra de 1936, el genocidio franquista y las exhumaciones de fosas comunes de la represión los que han propiciado la eclosión del concepto: su utilización pretende reivindicar la democratización del conocimiento histórico (...) como forma de elaborar el trauma dejado por la dictadura*” (Martín et al, 2020: 263).

³⁶ Exemplos de vidas difíceis, subidas a pulso, mas que parecem não ter abrandado os motivos pelos quais se produziu no mundo o confronto. Entre outras atrocidades, veja-se o caso de Gaza e a invasão da Ucrânia.

³⁷ Vila a 7 quilómetros da sede do Concelho, Santarém, na estrada que passa por Azinhaga, a terra natal de Saramago, e liga à Golegã.

³⁸ É interessante verificar que traficante, relacionado com contrabandista, teria a ver com a população da raia, pois o meu bisavô, não sendo natural do “Couto Mixto”, como se veio a revelar, era de Santiago de Rubiás, de Ramirás / O Picouto, contrafortes da raia delimitada pelas serras do Gerez e do Soajo.

Manoel del Río, ou *Manoel dos Ríos*, e de *Elisa Vázquez*. Fiquei, então, a saber que os meus trisavós constavam como naturais de Santiago de Rubians, (ou Rubiás), Alcaidaria de Gomesende, província de Ourense.

Animado com o que colhera da descrição de Henrique Ferra, logo as idas a Santiago de Rubiás, que eu julguei “*dos Mixtos*”, se tornaram frequentes, quase obsessão. Tomei como ponto assente que o berço dos meus antepassados seria o “Couto Mixto”.

A montanha sempre me atraiu. O etnógrafo aprendiz, que em tudo metia o nariz, calcorreando aqueles caminhos e pernoitando onde foi possível, estava longe de adivinhar que parte de mim nascera dali. Daqueles lugares telúricos, partindo das serras e das fragas, lugares de todos os lugares e de todos os tempos, em que a universalidade, resistindo à abstração de tempo e de lugar, não tem melhor definição do que aquela que o próprio Miguel Torga nos deixou por escrito: “*o universal é o local sem paredes*” (Torga, 2003)³⁹

Visitei o “Couto Mixto”, uma primeira vez, em 2006. Em fevereiro de 2014, revisei o lugar. Pernoitei em casa de um ex-camarada de Guerra. Combatemos em Moçambique. Emigrante em França, das poupanças reconstruiu a casa de família, em Frades do Rio, Montalegre. Como estava perto, aproveitei para nova incursão ao “Couto Mixto”. A estadia, por cinco dias, proporcionada pelo amigo anfitrião, coincidiu com intensa queda de neve. Cobrindo campos, matos e caminhos, a alvura da paisagem encantadora apresentou-se única. No planalto da Mourela, a estrada leva a Pitões das Júnias e a Tourém, na raia do “Couto”, a manada de garranos, alheia ao frio e ao gélido vento, que varria a neve, caindo de mansinho e fôfa.

Na volta a Santarém, um carregamento de alheiras e chouriças, com que o amigo me obsequiou, pois consumava-se o ciclo da matança e do fumeiro, ritual ancestral em Trás-os-Montes.

Revisitei o “*Couto Mixto*”, agora em 2018, “apetrechado” com os ensinamentos que a Antropologia me proporcionara, enquanto aluno da Universidade Nova de Lisboa. Para este primeiro trabalho de campo “a sério”, senti aqueles lugares como meus e, de lugares estranhos que eram, de Montalegre a Xínzio de Lima, passaram a ser como que a outra parte da “*minha terra*” (Nora apud Martin *et al*, 2020: 266).⁴⁰

³⁹ “Viajar com... Miguel Torga”. Direcção Regional da Cultura do Norte, 2003.

⁴⁰ Reconhecer a memória como uma forma de “hacer presente el pasado (...) y para analizar este fenómeno (...) un repaso de tres de las concepciones sobre la memoria que más influencia han tenido en las ciencias

Apropriando-me daquele espaço, sentia uma familiaridade inexplicável e via em cada pessoa, com quem me cruzava, um parente, um familiar. Passei a ser visita com a frequência possível, tendo em conta a distância quilométrica e o custear dos encargos: combustível, dormidas, refeições. Mas cá me ia arranjando e nunca desisti.

Para melhor interpretar a aprendizagem iniciada, lembrei as “*field notes*” (Sanjek, 1990), li e reli os apontamentos dos cadernos das aulas de Antropologia. Sistematizei o que me pareceu mais prático e plausível de realizar. Munido do “Caderno de Campo”, anotava o que via.

Além do trabalho de campo enunciado, pesquisara no Arquivo Distrital e Registo Civil, de Santarém, onde encontrei os documentos de nascimento, batismo e óbito dos 9 filhos do meu avô galego, *Constantin Rios Vázquez*. Com essas fotocópias, de novo no “Couto Mixto”, visitei os cemitérios e anotei nomes, falei com a (pouca) gente com que me ia cruzando, chegando mesmo a bater às portas, dizendo ao que ia. O sacerdote Aníbal, que dizia a missa em Pitões da Júnias, Tourém e Calvos de Randín: “podia ser que soubesse alguma coisa do que procurava”, assim me indicaram no “Bar Celta”, em Pitões das Júnias, onde deixei uma carta. Carta que lhe terá sido entregue, posteriormente, de que nunca obtive resposta.

Intrigava-me o facto de encontrar muito poucos apelidos *Vázquez*, e apenas dois *Rios*, o que começara a avolumar as suspeitas se os antepassados que procurava teriam algo a ver com o “Couto Mixto”. Procurei a “*Casa do Concello*”, de Calvos de Randín, a que pertencem Santiago de Rubiás e Rubiás – Meaus é já do concelho contíguo, de Baltar. Recebido amavelmente, sem as burocracias que enfermam certas instituições portuguesas, renovei as explicações do que ali me tinha levado. Trocando impressões sobre se o meu apelido era usual na região, responderam-me negativamente, tanto pelo conhecimento local, como na verificação do mapa dos registos dos recenseamentos. Alongando-se a conversa, como pretendia, vieram à baila as memórias de episódios sobre o fim da “República Independente”, que lhes chegaram da passa palavra da memória. Estando num espaço institucional, constatei como o “*uso público do pasado*”, (Françoise Hartog), assim como aquilo que chamava a atenção dos historiadores, (Enzo Traverso),

sociales y las humanidades, la de los «lieux de mémoire» de Pierre Nora, la del «travail de mémoire» de Paul Ricœur y la de los «cadres de mémoire» de Maurice Halbwachs, para concluir que, apesar de sus diferencias, non son necesariamente incompatibles: representan distintas construcciones de la memoria” (Martin *et al*, 266).

na mudança do século, era a impressionante “*y amplia difusión de la palabra «memoria» tanto en las ciencias sociales como en el espacio público*” (Martin *et al*, 2020: 271).

Outro tanto, pretendendo informações que me guiassem na pesquisa, levou-me a escrever ao “*Archivo do Obispado de Ourense*”, sobre os registos de nascimento de “*Santiago de Rubiás dos Mixtos*”. A resposta: “*que nada constava*”, tendo por base as datas e os nomes constantes na missiva que enviei. Redobrei de desânimo, e o vai-e-vem de Santarém para o território em apreço, obrigou-me a planificação mais cuidada. Havia, por isso, que rever os métodos e ensaiar novas perspetivas: “*é o aprender a aprender*” (Ingold, 2006).

8.3. Um informante fundamental

Levado a pensar que o trabalho de campo é um processo com muitas etapas, “*nem sempre concluídas ou conclusivas, mas sempre heurísticas, abrindo novos caminhos para a produção do conhecimento*” (Martins *et al*, 2016:28), novas ferramentas (Sanjek apud Martins *et al*, 2016: 27, nota de rodapé, 9) teriam de alavancar a minha pesquisa. Por outro lado, o terreno nunca é escolhido, mas sim produzido (Appadurai apud Mapril, 2006: 56), pois o local do meu campo de trabalho resultou de um processo reflexivo, antecipadamente pensado, onde fiz cortes e criei fronteiras, tendo em conta o conhecimento antropológico.

Sentia-me em dificuldades. Feitas as contas à viagem, olhei o calendário e, de malas feitas, voltei ao “Couto Mixto”, em dezembro de 2018. A dormida: na “Casa do Preto”, em Pitões das Júnias.⁴¹

Pelas indicações colhidas, encontrei-me com o “meu” informante, referindo e apresentando os cumprimentos da professora Paula Godinho.⁴² Esboçou um sorriso, solicitando a retribuição. Afável e solícito, ar bonacheirão, o Cesáreo fora emigrante e regressou. Nota-se-lhe uma vida desafogada: uma moderna moradia e um cuidado jardim; é proprietário, agricultor e criador de gado; possui maquinaria apropriada e cómodos

⁴¹ De uma taberna e pensão modestas, presuntos a pesarem 48 quilos dependurados nas traves de carvalho e castanho, água quente num jarro de folha, colocado à porta do quarto para nos lavarmos (1980), surgiu um Hotel e restaurante a condizerem com estes tempos de mudança. Ainda hoje, é famoso na região o “cozido à moda do Preto de Pitões”.

⁴² Cesáreo foi meu informante nas várias idas (revistações) ao “Couto Mixto”, em trabalho de campo. Prestável, conhecedor e interessado nas questões que sempre lhe colocava, devo à minha orientadora de Mestrado, a Professora Doutora Paula Godinho, o ter-me indicado este tão fiável colaborador, hoje um amigo, de que mais à frente voltarei a referir.

modernos para os animais e silagem. Nesta incursão, e de acordo com os dados que levava e lhe transmiti, pouco se adiantou. Prometeu investigar o apelido da família, que pouco lhe diziam. Regressei a Santarém. Entretanto, continuei a frequentar a Licenciatura de Antropologia.

Em 13 de novembro de 2021, voltei ao “Couto Mixto”. A dormida, programada para Mourilhe, a poucos quilómetros da fronteira, num antigo mosteiro que o padre Fontes restaurara para “Turismo de Habitação”, gorou-se. O aquecimento central avariara. Descendo a Tourém, aproveitámos um último quarto na “Casa dos Braganças”. Era dia de festa na aldeia, o São Martinho comemorava-se a 13, e não a 11 de novembro, aproveitando o fim-de-semana para mais gente participar. Convidados ao magusto, uma camioneta de caixa aberta era a mesa, no pequeno largo do forno comunitário, onde assavam as castanhas e nos aquecíamos do frio que “caía”. Pão de centeio, chouriças, figos secos, vinho e aguardente, para lá do acolhimento afável, que a presidente da Junta fazia questão em acentuar. Estavam a filmar na zona, “Peito Aberto”, uma co-produção galaico-portuguesa, com os conhecidos, Vitória Guerra e Diogo Morgado, além de atores galegos, numa estreia prevista para outubro de 2022.

Antes da festa, procurámos o Cesáreo, em Santiago de Rubiás, a escassos 7 quilómetros dali, pelo fronteiriço “caminho privilegiado”. É agora uma estrada estreita de alcatrão. Um marco aviva a memória, “*en que la monumentalización del pasado (...) entraña una forma de reparación*” (Martin *et al*, 2020). Caía a tarde, o Cesáreo ia tratar do gado, na exploração ao cimo da povoação. Agendámos para o outro dia, 14 de novembro, o encontro na Igreja Matriz de Santiago de Rubiás. Pelas 15 horas dava-lhe jeito.

No dia seguinte, almoçámos em Meaus, no único restaurante do “Couto Mixto”, as “Três Chaves”, do granadino Xavier: caldo galego, vitela grelhada, vinho tinto e arroz-doce. De uma casa antiga, restaurada, criou-se um espaço parco, mas agradável, a respeitar a traça burguesa do aglomerado que constituíra o cerne do negócio das três aldeias do “Couto Mixto”. À hora aprazada, encontro na Igreja Matriz. Cesáreo levou-nos a admirar a “Arca das Três Chaves”, uma réplica, já que a original fora queimada pelos franceses, aquando das Invasões, já referido anteriormente. Sentimos um outro apego à narrativa solene do nosso amigo, embora conhecêssemos a estória.

Sentámo-nos num dos bancos corridos da Igreja. E a surpresa, triste para mim, embora pudesse aclarar o que há tantos anos procurava, chegou-me das palavras serenas, por que

pensadas, do Cesáreo. Então, alvitrou que os meus familiares talvez fossem de um outro lugar, pois investigar num outro Santiago de Rabiás, do “Concello de Ramirás / O Picouto”, poderia pôr termo às minhas dúvidas. E atirou: “Amanhã, encontramos-nos em Randín, na “Casa do Concello”, pelas 10h horas”. Despedimo-nos com um abraço. Uma sensação estranha invadiu-me, enquanto caminhava para o carro: tantos anos a sentir o “Couto Mixto” como o berço de antepassados, origem do meu ser, e agora arrancado assim, como à força, daquele pedaço de terra!

8.4. Como um homem duplicado

Dia 15, pelas 10 horas, lá estávamos com o nosso interlocutor, atualmente “*Concejel*” (Vereador) em Calvos de Randín. Pessoa popular, pelo que me foi dado presenciar nos cumprimentos que lhe dirigiam os “*veciños*”, e o à-vontade na secretaria da “*Casa do Concello*”. Nova reunião, abordando que outras possibilidades da ascendência familiar estavam em cima da mesa. Disponibilizaram-me o mapa da Galiza, recomendando a visita a “*Ramirás/O Picouto*”, sublinhando a cores o itinerário a seguir até lá, pela “*OU-540, 44 minutos, la ruta mais rápida*”. Despedi-me do Cesáreo, emocionado pela atenção que me dispensara. Também, a D. Elisa Martinez, da secretaria do “*Concello*”, deixei um sentido obrigado. Nesse tal “outro” Santiago de Rubiás, afinal, poderia residir a chave do enigma.

Revi mentalmente, enquanto guiava o automóvel, o que passara até ali chegar. Não fora fácil. Sentia-me defraudado e custava a separação do que tinha como meu: o carinho, como se isso fosse possível, dedicado aquelas três aldeias, e aqueles montes, e aquelas florestas de carvalhos e mato, e à gente, pouca, mas gentil, e ao casario. A geografia alongara-se: de Santarém a Idanha-a-Nova, do lado materno, que, como um puzzle, conectara com o “Couto Mixto”. Era muito mais do que uma imagem construída, era a minha outra terra.

Dei comigo a lutar com fantasmas. Lembrei o romance: “O Homem Duplicado” (Saramago, 2002), que reli. Esta hipótese recente, a desconstrução de uma teoria, desfazia um trabalho de campo elaborado e cimentado como uma certeza adquirida e, portanto, assumida. Anos consecutivos de idas e vindas ao “Couto Mixto”, trabalho deitado por terra. Posto na mesa, a cru, eu era o “vivo retrato” de uma outra pessoa: construí o que me pareceu uma verdade insofismável, deitada agora ao lixo, possivelmente. Retomei Saramago e a saga de Tertuliano Máximo Afonso, com que me identifiquei:

“O protagonista que sempre fora identificado como Tertuliano Máximo Afonso, que se sabia único e exclusivo no mundo aos trinta e oito anos de idade, num instante se vê distinto do que era antes. No disfarce de António Claro, ele aparece diferente, mas é como «se tivesse tornado mais ele mesmo» (Saramago, 2002: 164).

A segurança de um, a incerteza do outro, completam uma vida, a vida do homem feita de indefinições, que beira o limiar da existência. Eu, um homem perdido entre o que fui e a impossibilidade de ser no futuro, tentando vislumbrar uma saída no labirinto em que me encontrava. Precisava de saber quem era, mais precisamente de onde viera, o labirinto existencial a que me dedicara a indagar desde há anos. “O inimaginável convertido em realidade” (ibidem, 167), como a proposição existencial em que me encontrava. Nestas deambulações, embalava-me a paisagem, e a estrada levava-me por Bande, Celanova, finalmente, “*Ramirás / O Picouto*”.

8.5. Um outro «Santiago de Rubiás»

Neste jogo de trocas de identidade, em que a cópia e o original se misturam, a nova proposta, na procura dos antepassados, era a busca de um “ponto de equilíbrio que exista entre ter sido e continuar a ser” (ibidem, 299).⁴³ Por conseguinte, descreverei os recentes condimentos para uma estória final.

Percorri 43 quilómetros e cheguei a *Ramirás*, atravessada por uma estrada principal, ladeada por casario baixo, e detive-me na *Casa do Concello*, que um letreiro bem visível assinalava numa curva da estrada, mesmo à saída do lugar. Subi ao primeiro andar entrando na secretaria. No espaço, dirigiu-se-me um senhor, a quem expliquei ao que ia: que era antropólogo, aluno de mestrado da Universidade Nova, de Lisboa, buscando por ali a hipotética ascendência paterna. Mostrando-se disponível, Narsélio de Sousa, o meu interlocutor e responsável da secretaria, aclarou as minhas dúvidas. Confirmou que, sim, existia uma *parroquia*, de nome Santiago de Rubiás, tal como no “Couto Mixto”. Acrescentou, que o cemitério ocupava parte do terreiro da Igreja Matriz, como era uso na Galiza. De seguida, disponibilizou-me um mapa, identificando as 10 *parroquias* e os 89 *pobos* (lugares) concelhios. Uma imensidão de lugares, como se percebe, polvilhando a geografia do território.⁴³

⁴³ Ramirás, município desde 2005, da província de Ourense, ligado à Comarca de Celanova, teve origem em 1926, “*de la fusion de Freás de Eiras y Villameá de Ramirás*”. A população: pouco mais de 1 500 habitantes. Destaca-se: a natureza do rio Arnoia e a majestosidade de “*San Pedro de Ramirás, com sus orígenes en el lejano siglo XI*”; a ermida

Inclusive, telefonou ao “cura” (padre), solicitando se nos livros da paróquia constariam quaisquer averbamentos de registo do meu avô Constantin Ríos Vázquez. Respondido negativamente, facultou-me o telefone da Diocese de Ourense, para obter outros detalhes. Agradecendo a atenção dispensada, prometi voltar mais tarde, com o que conseguisse nos registos do “*Archivo do Obispado de Orense*”, que eu conhecia sobejamente.

Ora, aproveitando a proximidade a Ourense, atrasei o regresso a Santarém. Hospedei-me dois dias na cidade, próximo da Av. ^a de Buenos Aires, uma residencial com preços em conta resultou em cheio. Aproveitei os dois dias para pesquisa, nos livros de assentos de Ramirás, no “*Archivo do Obispado*”, que deram a conhecer parte do pretendido. Por mero acaso, conheci um investigador no “*Archivo*” que, interessando-se pelo que lhe descrevi, enviou-me, à posteriori, a totalidade dos registos, que o escasso tempo de que dispusera não me havia permitido obter. Ajuda preciosa, a de Juan José Álvarez González, a quem agradecei pessoalmente, num encontro na cidade de Ourense, na segunda ida a Ramirás.

8.6. Desfeito o enigma de um apelido com 179 anos

Segunda ida a Ramirás, de 16 a 20 de fevereiro de 2022. Desta vez, com dados concretos da origem do meu bisavô galego, Constantin Ríos Vázquez, e demais antepassados. Nesta viagem, como alternativa ao Barroso, cruzei a fronteira pela Portela do Homem, no Gerez, alcançando Xinzo de Lima. Com jantar no restaurante “*Taurino*”, recaiu a dormida na “*Casa dos Braganças*”, em Tourém, onde cheguei noite dentro, pelo que avisara a “*estalajadeira*”, a D. Elisa. Não obstante, um chá bem quentinho esperava-me à chegada.

No dia 17, levantar cedo. Um pequeno-almoço a preceito, sala acolhedora de granito, lareira a crepitar: bebidas quente e sumos naturais; pão de centeio e de trigo, queijo fresco e compotas variadas, produtos da terra confecionados em casa; salpicão e presunto, que só o frio e o fumeiro do Barroso tornam únicos. Esperava-me um frio de rachar na passagem por casa do Cesáreo e pela “*Casa do Concello de Randín*”, renovando os agradecimentos pela ajuda, tão importante na prossecução dos objetivos alcançados.

de “*San Paio dos Pitos*”, a 730 metros de altitude, onde a cada 26 de julho se celebra a romaria e a festa campestre; a igreja de “*Paizás*”; o ribeiro de “*Abelairo*”, passando pelo “*Poza do circo y a Pisada da mula*”, até alcançar a gruta “*del Coto da Moura*”, a 994 metros de altitude. Merece uma vista a praia fluvial Arnoia, rio que percorre 84 quilómetros entre florestas de carvalhos, castanheiros e abetos.)

Voltei ao município de Ramirás, na posse dos registos de assentos que indicavam como berço dos familiares: *Margadeiros*, *Penavegosa* e *San Pedro de Poulos*. A conversa com Narsélio de Sousa, funcionário da “Secretaria da Casa do Concello”⁴⁴ proporcionou novos dados. Desta vez, quanto ao fenómeno migratório. Foi-me explicado a sua grande repercussão na região, cerca dos anos 1850 a 1915. Muita emigração para os Estados Unidos, cujas gerações primeiras não voltariam, ao contrário da Venezuela, que retornaram à região. Para Cuba e Argentina, com passagem por Portugal, em Lisboa, de onde partiriam para aqueles destinos. Naquelas levas, muitos galegos terão ficado por Portugal, o que terá acontecido com o meu bisavô.

Narsélio de Sousa, forneceu-me o contacto do professor universitário, Mendez Miguez: “podia detalhar outras informações, visto ter livros publicados sobre aqueles lugares”. Posto isto, despedi-me com redobrados agradecimentos pelo crucial apoio.

Transcreve-se agora o documento, retirado do Arquivo Diocesano de Ourense, atestando o matrimónio dos meus Trisavós, abaixo mencionados, pais do Bisavô: Constantin Ríos Vázquez, que estiveram na origem do apelido.

“A investigación baseada na consulta dos libros sacramentais que se atopan no Arquivo Histórico Diocesán de Ourense, da parroquia de Santiago de Rubiás, no concello de Ramirás deu como resultado a seguinte información: No libro de casados 01, da parroquia de Santiago de Rubiás, com signatura 36-17-05, nos seus folios 32r e 32v, consta a partida de matrimonio de D. Manuel Ríos e D^a Elisa Vázquez, celebrado o 14 de Marzo de 1845.” (Fotocópia lavrada no Arquivo Diocesano de Ourense, documento que está, também, gravado em suporte informático, reproduzido do original do mesmo Arquivo).

Constata-se, assim, da documentação supra, que o matrimónio destes trisavós originou o apelido Ríos Vázquez, aporuguesado para Rios Vasques, que se mantém há 179 anos. Esclareço que, em Espanha, é o apelido materno que figura em último lugar.

Certificámos, por outro lado, pelos documentos consultados no Arquivo do Bispado de Ourense, o nascimento dos meus trisavós: Manuel Ríos, freguesia de San Pedro de Poulos, (Gomesende, concelho de Ramirás/O Picouto) e Elisa Vázquez, do lugar de Penavegosa, para onde foram morar após o matrimónio. O lugar de Penavegosa, pertence a Santiago de Rubiás, não do “Couto Mixto”, mas do concelho de Ramirás/O Picouto. O imbróglie de tantos anos estava por fim desfeito.

⁴⁴ Sobre Narsélio de Sousa, entretanto reformado, desde o início deste ano (2024), da Casa do Concello de Ramirás/O Picouto, conforme me relatou, quando o visitei (23 de fevereiro de 2024), na sua morada, em Grixó, um outro lugar de Ramirás.

8.7. Estórias de vida descrevem a região

Munido com o mapa dos lugares e freguesias, visitei com o detalhe que o tempo me permitiu, os “novos lugares” das minhas origens: Penavegosa, Margarideiros, de Santiago de Rubiás (de Ramirás/O Picouto, e não do Couto Mixto) e San Pedro de Poulos, da vizinha freguesia de Gomesende. “Um território difícil, pulverizado de pequenas aglomerações” (Silvano, 1987). “Em que a forte emigração terá sido a causa do despovoamento. Chegou-nos desses tempos a muita fome. A emigração tornara-se inevitável” (Narsélio de Sousa, *Casa do Concello de Ramirás/O Picouto*).⁴⁵

Subi à sede do concelho, Santiago de Rubiás; visitei a Igreja e percorri o cemitério, em que nomes, como Vázquez e Ríos, aparecem gravados nas campas. Em Penavegosa, lugar da naturalidade dos meus bisavós, residem 11 habitantes. Deparei com um casal, à beira da sua moradia: Hermínio Yañez Vázquez, 74 anos, e a mulher, Rosa Yañez, de 72 anos. Presumivelmente meus familiares afastados. Apresentei os dados das minhas origens. Iniciámos uma conversa, aparentemente informal. Ele tomou a palavra, que me permitiu colher informações, que anotava no caderno de campo.

“Tivemos uma “tienda” (loja) aqui, mas procurámos outra vida, emigrámos os dois para a Venezuela. Gente que partiu, a fome era muita. Hoje, não há quase ninguém, mas voltámos. Emigrámos por que aqui não havia nada. Quando não havia comida, iam a casa das pessoas buscar o lixo, para o levarem para a lixeira, em troco de qualquer coisinha para comerem. Também eram aguadeiros, tudo servia em troco de comida. No tempo de Franco: pão negro, e muita a fome. Os meus avós e os primos carnais emigraram para os Estados Unidos. Levavam um letreiro nas costas, à chegada, para dizerem de onde vinham e para onde iam. Antes de Franco, houve um incêndio na “Casa do Concello”, que destruiu toda a documentação, daí, levavam papéis de outros, ao embarcarem com outros nomes” (Entrevista a Hermínio Yañez Vázquez, em 2022.02.18).

Já a mulher, pouco faladora de início, desconfiada e com cara de poucos amigos, sempre entrou na conversa:

“O meu marido é de Villamea, mas os meus pais e avós nasceram aqui, em Penavegosa. O meu avô, Manuel Yañez, esteve em Lisboa. Depois, Estados Unidos. Na Guerra Civil fugia-se para Portugal. Os “rojos” continuam na memória desta gente. Quando andávamos nos campos, os franquistas armados, mesmo os das aldeias, acercavam-se de nós e obrigavam-nos, sob a ameaça das armas, a levantar os braços e gritar:

⁴⁵ “Em 1853, a Galiza foi invadida por uma brutal crise de subsistência ou *andaço de fame*, na denominação popular, na sequência da perda de colheitas, propiciada pela adversidade climatológica. Crises dessas eram habituais e produziram-se de maneira periódica durante o Antigo Regime. Ora, o facto de perdurarem até meados do século XIX acha-se indissociavelmente ligado à vigência das relações de propriedade sobre a terra, diretamente herdadas do passado tardo-feudal, e articuladas (...) em torno do foro” (Galiza, 2019:189).

Arriba Espanha e Arriba Franco! Na Venezuela, comprávamos porcos, que os compatriotas criavam, para vendermos. Os portugueses eram boa gente. Temos duas filhas: Sandra (29anos), e Andrea (25 anos), esta vive em Genebra”. (Entrevista a Rosa Yañez, em 2022.02.18)

A talhe de foice e resumidamente, contaram-me que, na Argentina, no “Centro Galego”, a “*Alcaldesa*”, que tem no nome Yañez, perguntou por emigrantes com o mesmo apelido. Houve quem levantasse o braço e se identificasse como tal. Por conseguinte, a “*Alcaldesa*”, com descendência de Ramirás, levou-lhes ao conhecimento as famílias que haviam deixado para trás. E de que nunca mais tinham sabido. Casos houve, de famílias inteiras que desapareceram destas aldeias e por lá morreram, sem que os familiares soubessem uns dos outros.

Em Margarideiros, apenas dois residentes, não encontrei viva alma. Dirigi-me a San Pedro de Poulos, da freguesia vizinha de Gomesende,⁴⁶ onde encontrei um outro informante, António Martínez Vázquez, com comércio de produtos alimentícios, de ferragem, e um armazém de materiais para a construção civil. À testa do negócio, ele e o filho, António Martínez Sotelo, com que estive à conversa: “o pai fora aviar uns clientes”. De forma aberta e informal, eis a narrativa.

“Os meus avós, António Vázquez e Jovita Vázquez, estão sepultados no cemitério local. Em San Pedro de Poulos há muitos Vázquez, como o seu último apelido pela linha materna. Aqui é a sede da freguesia. Os meus avós paternos morreram era eu muito novo. Emigraram para a Argentina, como quase toda a gente. Ultimamente, para a Europa. O meu avô trabalhou nas minas de estanho, por detrás de Escudeiros, onde estão escavados os barrocos, à beira do rio Arnoia. A economia estava muito por baixo, dava pouco rendimento. Batatas, milho, centeio, vinho e gado: cada família tinha duas vacas e dois “cerdos” (porcos). O meu avô materno combateu em Madrid, morreu com 85 anos, mas a minha avó ainda vive: tem 98 anos. Os jovens como eu pouco futuro aqui têm. Não há gente, muitas casas fechadas. Aqui, em San Pedro de Poulos, somos 60/70 habitantes; em toda a freguesia, uns 900. A população está envelhecida, mais de metade acima dos 60 anos. Não há escola em Ramirás, nem em Celanova. A do Estado fechou aqui em 2010. Na Primária, havia cerca de 250 alunos nos anos 1995/1996. Há 6 ou 7 bebés. Há uma família de imigrantes chilenos a residir. Tenho uma irmã, com 26 anos, que vive em Celanova e é empresária com uma firma de limpezas. Os filhos que ficarão por cá, serão como eu, tomarão conta do negócio dos pais. Talvez, como seu familiar afastado, depois do que me descreveu, vivendo no caminho que trouxe, de Santiago de Rubiás, reside um António del Río, aí com 67 anos, filho de Delmiro del Río e Carmen, já falecidos. (Entrevista a António Martínez Sotelo, em 2022.02.19).

⁴⁶ Foi nesta freguesia o local de nascimento dos meus tetravós: Pascual del Río e Gertrudis Alvarez (nascidos em finais do séc. XVIII), pais do trisavô: Manuel Ríos.

A curiosidade levou-me a procurar saber sobre a questão do estanho, no lugar próximo de Escudeiros. Encontrei uma habitante, com quem estabeleci conversa, enquanto me levava a percorrer a aldeia. Um diálogo profícuo, no desfiar de memórias, comovendo-se nas passagens mais dolorosas. Maria Esther Álvarez Perez, 79 anos, nascida em Escudeiros, deu a conhecer passagens da sua vida com episódios de pormenorizados detalhes. Palavras de pretensos retratos fidedignos, que se repetem. É a saturação da etnografia, em que as tais descrições, às custas de tanto repetidas, melhor alicerçam a compreensão dos lugares.

“A vida foi difícil durante e depois da Guerra Civil. A Galiza nas mãos de Deus. Emigração para a Argentina, Cuba e Venezuela, só duas famílias para Inglaterra. Vivíamos da agricultura, trabalho agregado às pequenas terras que possuíamos: legumes, batatas, milho, muito vinho, e de duas vacas, cujos bezerrinhos vendíamos. Era assim em todas as casas.⁴⁷ As minas de estanho, lugar muito rico nesse sentido. Tive uma infância muito feliz. Havia uma Escola. Trabalhava-se antes de ir e depois da saída, havia sempre que ajudar às tarefas. Às refeições, conversávamos muito e ouvíamos os outros. Hoje, é o telemóvel. Também estive em Inglaterra, em casa da minha irmã. Um tio foi para Porto Rico.”

A Guerra de Espanha marcou o nosso encontro.

“A nossa aldeia era a mais “roja”⁴⁸. O meu tio-avô, Celso Perez Henriques, tinha uma loja de tabacos aqui, fiando perante as dificuldades dos fregueses. Apesar disso, foi acusado de pertencer à causa “roja”. Em 20 de julho de 1936, levaram-no preso para o Convento de Celanova. Tinha oito filhos. Apesar disso, no “Alto de Furriolo” de Celanova, na estrada para Xinzo, levaram-no e logo o fuzilaram.

Dos olhos azuis de Maria Esther escorreram lágrimas, que limpou com as costas da mão. Também me senti incomodado. E continuou:

“Só foi enterrado após a morte de Franco, no cemitério de Poulos, nos anos de 1980. Este povo foi muito mais de esquerda do que de direita, e continuamos a sê-lo.”

⁴⁷ A Casa foi a via que Lévi-Strauss encontrou para solucionar um paradigma que tem a ver com sociedades formadas por unidades que não se deixam definir como famílias, nem como clãs ou linhagens, sendo preciso, para compreendê-las, introduzir na nomenclatura etnológica a noção de “casa” (Lévi-Strauss, 1986, p.185).

⁴⁸ Os “Rojos” eram os republicanos oponentes aos falangistas de Franco.

Com a conversa no termo, passámos por uma casa de família abastada, pertença do professor Carlos Méndez Míguez, nascido naquele lugar de Escudeiros, há 62 anos. Maria Esther facultou o contacto. Da parte do professor houve toda a disponibilidade em informar sobre o concelho de Ramirás, dado que publicou algumas obras sobre o território.⁴⁹

9. À laia de conclusão

Este trabalho existiu antes de existir. Começa por ser uma pesquisa do apelido Rios Vasques, e conseqüente descendência paterna. Curiosidade suscitada, desde sempre, pelo apelido⁵⁰ herdado do meu bisavô, de cuja natalidade sempre se especulou. A família, na tradição oral, tinha-o como “o espanhol”. Contudo, a partir da informação que chegou ocasionalmente, anos 1990, o registo do nascimento situava-o em Espanha, sim, mas na Galiza. E foi de um “genealogista curioso”, Henrique Ferra, ao pesquisar os apelidos da freguesia de Alcanhões, do Concelho de Santarém, que tomei a decisão de avançar à procura dos antepassados. O registo de casamento dava o meu bisavô como tendo nascido em Santiago de Rubiás. Ora, esta aldeia, uma das três povoações que constituíam o extinto “Couto Mixto”, alicerçou que encontraria naquelas paragens a solução do enigma. Mas foi um erro, que repeti insistentemente. Contudo, devo a essa insistência, nas sucessivas idas a Santiago de Rubiás,⁵¹ em que avolumei as dúvidas, pela inexistência no terreno de referências consistentes, que me levassem à descoberta da proveniência do meu apelido. Mercê do encontro com Cesáreo Veloso, residente em Santiago de Rubiás, do “Couto Mixto” e atual Vereador do concelho de Calvos de Randín, revestiram-se de suprema importância as informações que me prestou. Que foram cruciais, pois havia uma outra povoação com o mesmo nome: “Santiago de Rubiás”. Pois bem, existindo um outro “Santiago de Rubiás”, do concelho de Ramirás/ O Picouto, distando cerca de 60 quilómetros, para oeste, poderia estar ali a resposta ao enigma. E assim aconteceu. A origem do apelido Rios Vasques, viera dali, daquele “outro Santiago de Rubiás”.

⁴⁹ Uma dessas obras: “Toponimia de Ramirás” (Míguez, 2014), abrange todas as freguesias do concelho.

⁵⁰ Do original galego: Ríos Vázquez, aportuguesado para Rios Vasques, pelo casamento de Constantin e Angélica da Conceição (1877), em Alcanhões, no concelho de Santarém, perpetua-se ainda hoje na família.

⁵¹ Não deve perder-se de vista que é através do processo de longa duração, do que já seria terreno antes de o ser, contactando, ouvindo, colhendo notas, e participando, enfim, que a pesquisa conduzirá à construção de resultados. Procura-se o que não se encontra, mas encontra-se o que não se procura, que Khan descreve como conceito de serindipidade: “a serindipidade descreve, portanto, uma capacidade, não um evento. Segue-se que a agência humana, e não a probabilidade, é propriamente o foco da atenção” (Khan, 1999).

Entretanto, acumulando dados de uma pesquisa, que durava há anos, pela convicção do “Couto Mixto” dar resposta à minha questão, e não desisti de conhecer melhor o que levava aquele a apagar da história. Sendo assim, alarguei a pesquisa de arquivo, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, incidindo sobre o Tratado de Limites, ou Tratado de Lisboa, (2021), cujas demarcações da fronteira galaico-portuguesa (1864-1868) levaram à extinção do “Couto Mixto”. Entrecortei as idas ao terreno, enquanto pesquisava no *Archivo do Obispado de Ourense*,⁵² e nos arquivos dos concelhos de Calvos de Randín e Ramirás/O Picouto.

Sobre o meu antepassado galego, entendi ser determinante averiguar a (s) causa(s) da sua migração para Portugal. As respostas vieram dos informantes, das leituras dos antropólogos, dos arquivos das bibliotecas e das casas dos concelhos galegos: Calvos de Randín e Ramirás/ O Picouto.

Pelas descrições recolhidas, “uma grande fome” terá assolado a Galiza, em meados do século XIX.⁵³ Enquanto uns recorreram a Portugal, como plataforma para alcançarem as colónias latino-americanas, outros houve que por aqui refizeram a vida.⁵⁴ (Resende, 2018). Quanto à questão migratório, ligam-se outras causas ao fenómeno (ver, tb., nota de rodapé 42).

“Mercê de circunstâncias económicas que alguns historiadores explicam através da desamortização e pulverização da propriedade, o galego chegou a Portugal como assalariado disposto a conquistar um lugar não ocupado pelo português, substituindo a mão-de-obra barata disponível, segundo alguns, pela supressão da escravatura. Assim o referem historiadores e alguns dos viajantes que deixaram testemunho sobre o quotidiano dos galegos em Portugal” (Resende, 2018: 151).

Outras causas podemos conjecturar como estando na origem da imigração do meu bisavô. Apontarei a incorporação militar obrigatória. O contexto em que isto se produz é excepcional, “pois no início de 1808 são já 60 000 os soldados franceses em Espanha, e 90 000 em maio” (Alonso, 2017:70). As invasões francesas acarretam graves

⁵² Na pesquisa no *Archivo do Obispado de Ourense*, as informações sucessivamente obtidas no terreno, levaram-me à documentação dos registos dos meus antepassados.

⁵³ “*Esa pobreza (...) obrigaba a milleiros galegos a emigrar á corte, onde os únicos ofícios que tiñan abertos eran os mais humildes: vendedores de augas (en Madrid e en Lisboa case todos eran galegos), peóns, cocheiros e sobre todo lacaios*” (Murado 2022: 70)

⁵⁴ Conforme Nuno Resende (2018) “De um conjunto de 65 livros que identificámos como registos escritos de viagens de estrangeiros a Portugal, publicados entre 1775 e 1912 lográmos reconhecer 24 (...) obras cujos autores mencionam os galegos”.

acontecimentos no país vizinho. É criada a *Xunta Suprema de Galiza* que, dos 40 000 homens pretendidos, nem 15 000 se alistaram. As forças galegas são derrotadas perante as francesas, em maior número e bem armados. Mas isso não vamos aqui dissecar, apenas referimos o conjunto de temores que levam os mancebos a desertarem das fileiras galegas. Impunha-se a defesa diante da realidade dos mortos, dos feridos e dos estropiados, mas também dos terrenos sem cultivo.

“Con todo, son milleiros os xoves galegos que dende juño de 1808 participan da experiencia de saír das súas aldeas, recibir unha mínima formación militar, compartir horas de marcha (...) dunha pátria e dunha España das que até entón pouco ou nada sabían” (ibidem, 88).

Os alistados escondem-se ou “foxen a Portugal”.⁵⁵ Entretanto, o ideário liberal começa a germinar perante um absolutismo violento e relutante em aceitar o decreto da abolição do *Voto a Santiago* ou da nova *Constituição*: “en Celanova entrégana ao lume xunto do decreto da abolição da Inquisición (...) Nalgúns lugares introducen exemplares nun canón e logo dispáranos” (ibidem, 162).⁵⁶ Aliado à degradação económica, da falta de numerário e queda dos preços à lavoura, a instabilidade política, aumentam os actos de banditismo, obrigando ao “abandono das aldeas na busca da cidade protectora, e subliñase que os assaltos ás feiras reducen ainda mais unha actividade económica baixo mínimos” (Fontana *apud* Alonso, 2017: 173).

Da conjectura do que é um galego,⁵⁷ achamos pertinente transcrever uma das representações do ideário que lhe está subjacente:

“(...) o galego dos fretes, da água, dos recados – o galego que pelo S. João e Natal, se não conduz a fortuna de Roma na barca de César, carrega pelo menos nas costas a fortuna inteira de meia Lisboa (e mais não arreventa) – o galego que lida, sua, canta na taberna, dorme na pocilga, dança em Santo Amaro, e morre no hospital – o galego leva a pedra de ara, vai ver serrar a velha, e apanha pelos focinhos, durante o Entrudo, com a luva besuntada de azeite e pós dos sapatos – o galego, enfim, que os saloios dizem chiça,

⁵⁵ Pode concluir-se que a participação na guerra foi um facto decisivo na vida de milhares de jovens galegos, sem entenderem a sua ralação com a política, e “na maneira como interiorizaban conceptos reiterados como pátria, patriotismo, nación, cortes ou representación, ou de como variou súa relación cun rei (...) unha imaxe que o tempo demonstrará resistente” (Moreno Alonso *apud* Alonso, 2017: 89)

⁵⁶ “De acordo com idea de lume purificador ao estilo do Santo Oficio. Os liberais fixeran do texto gaditano (Cortes de Cádiz) o epíteto de todas as transformacions (...) dos novos tempos” (Alonso, 2017: 162, 163). De realçar que o concelho de Celanova emparceira com o concelho de Ramirás, lugar do nascimento dos meus ancestrais paternos.

⁵⁷ “O galego reconhece-se a si mesmo nas diferenças com Castela, acentuadas pelas dissensões ideológicas e partidárias que o foram apartando de Madrid. Mas reconhece-se, também, pelas idiosincrasias. Plasmadas culturalmente nos universos erudito e popular (...) nomeadamente as de morfologia arquitetónica, desde os cruzeiros e ermidas, até ao grande santuário de São Tiago Maior em Compostela” (Resende, 2018:151).

os marujos grunhem como porco às orelhas, e os garotos furam por debique no barril...” (Herculano *apud* Resende, 2018: 147).

Considerado o galego um figurante na sociedade portuguesa do século XIX, cuja centúria de oitocentos mais parece destacar como personagem social, levou ao incremento de estudos sobre os galegos e a Galiza, obviando *clichés* então reproduzidos, a partir da década de 1840.⁵⁸

Naturalmente, o meu bisavô Constantin Ríos Vázquez, encontrou na vinda para Portugal uma forma de melhorar a vida.⁵⁹ Terá fugido à fome, à incorporação no exército, à instabilidade política das lutas entre liberais e absolutistas, e às ínfimas condições económicas, que os actos de banditismo mais acentuaram nas aldeias. Radicou-se em Alcanhões, no concelho de Santarém. Com 26 anos, em 1877, contraiu matrimónio com Angélica da Conceição, de que resultou uma prole de 9 filhos, em que o último a nascer foi o meu avô, Alfredo Rios Vasques.

Como última referência, a ideia que transparecia dos galegos: “galego dos fretes, da água, dos recados”, eram referências pejorativas aqueles imigrantes. Tais epítetos depreciativos, que sempre ouvira, e que eram gírias comuns, aguçaram-me a curiosidade de conhecer melhor “este povo”. As expressões sobre os “espanhóis” ou “aquela gente”, referiam-se depreciativamente aos galegos, que além do meu bisavô, outros mais se instalaram e fizeram vida pela minha região, Santarém. E foi desse bisavô o início do meu apelido, o caso que trouxe à liça e desenvolvi nesta Dissertação, indo mais atrás na minha genealogia, partindo do «Couto Mixto».

Sobre o Couto Mixto, uma série de (im)ponderáveis terão reunido as condições que ditaram o seu fim. Adiantarei três questões, que me parecem cruciais:

1 – A questão económica, no essencial a proibição da produção e venda de tabaco, um entrave à expansão/lucro dos monopólios privados que se constituíram. Entregues que

⁵⁸ Foi em 1994 que o Centro de Estudos Galegos da Universidade Nova de Lisboa iniciou atividades. A seguir, em 1997, o da Universidade do Minho; por último, em 2002, o da Universidade do Algarve. Uma colectânea: *Portugal em nós. Contributos para a compreensão do relacionamento cultural galego-português*, no bloco: “Do passado no presente”, acolhe a reflexão antropológica da Prof.^a Paula Godinho (Univ. Nova de Lisboa), em que o Couto Misto é pensado na e para a atualidade, estabelecendo relações não menores com o presente e, até, com o futuro (Galiza e [m] nós. [2021] Nota introdutória, pp. 7 a 10).

⁵⁹ A poetisa Rosalía de Castro e o marido, Manuel Murguía, presenciaram *in situ* o falecimento de gentes esfaimadas nas ruas de Santiago de Compostela, registando-o para a posteridade (Lago, 2019: 189-190).

foram esses enormes proventos financeiros à iniciativa privada, permitiu-se a fortuna às famílias envolvidas no negócio;

2 - A constituição do Estado-Nação, que se desenhava desde a Idade Média, a que as monarquias deitaram mão para uma mais adequada cobrança de impostos, e teve o seu epílogo após 1850;

3 – O Tratado de Limites, ou Tratado de Lisboa (1864-1868), operando um melhor controlo do território fronteiriço entre Portugal e Espanha, na circulação de pessoas, no contrabando, na segurança, na incorporação de mancebos para os dois exércitos, e na aplicação da justiça, tenderiam para uma melhor eficácia nas ações das duas polícias e no “arrumar” dos estados que se desenhavam.

Após 26 anos de pesquisa, eis o relato que proponho à discussão, ciente de que encontrei, por fim, a resposta a parte das minhas dúvidas.

Fontes escritas, bibliografia, entrevistas, pesquisa electrónica

Fontes escritas

AAVV (Séculos XVIII E XIX). Registo paroquial de nascimentos, batismos, casamentos e óbitos das freguesias de Santiago de Rubiás, do Couto Mixto, e das freguesias de Santiago de Rubiás, de Ramirás/O Picouto.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1859, Caixa 1120, Dossier: “Os Povos Promíscuos”.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, (s/d), *Limites com a Hespanha*, Caixa 1120, fl. 389. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1122, fl. 491 vs. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1118, fl. 62 e 63. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1119, fl. 160. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1119, fls. 21 a 24. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1119, fl. 25. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1119, fl. 26. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1119, fl. 26. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1120, fl. 184. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1122, fl. 248. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, caixa 1120, fl. 10 e vs. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1120, fl. 187 e vs. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1122, fl. 637 e vs. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1120, vs. fl. 316. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1120, vs. fl. 316. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1859, Caixa 1120, fl.2. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d,1859, Caixa 1120, fls. 3 e 4. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1859, Caixa 1120, fl. 4. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1859, Caixa 1120, fl. 5. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1120, fl.6. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1120, vs. Fl. 8. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, caixa 1120, fl 8 vs. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, caixa 1120, fl. 10 vs. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1120, fls.317 e 318. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1120, fl. 5. Lisboa: Arquivo Histórico-Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1120, Art.º Nono. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1118, fl. 625 e vs. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1120, fl 88 e vs. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1120, vs. fl. 88. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1122, fls. 649 a 664. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1862, Caixa 1122, fl. 617. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1122, fl. 616. Lisboa: Arquivo Histórico- Diplomático.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d, Caixa 1120, fl. 81. Lisboa: Arquivo Histórico-Diplomático.

Tratado de Limites ou Tratado de Lisboa, 1864-1868: Art.º 10.º e Art.º 11.º

Outras Fontes

Arquivo Distrital de Santarém.

Biblioteca Municipal Braamcamp Freire, Santarém.

Biblioteca Municipal de Santarém / Sala de Leitura Bernardo Santareno, Santarém.

Biblioteca do IGOT- IUL / Instituto de Geografia e Ordenamento do Território / Universidade de Lisboa.

Biblioteca do Instituto Cervantes, Lisboa.

Biblioteca do ISCTE – IUL: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa.

Biblioteca da Xuventude de Galícia, Lisboa.

Casa do Concello de Calvos de Randín.

Casa do Concello de Ramirás/ OPicouto.

“El Correo Gallego”, 6 xullo, 2007: “Couto Mixto, a Andorra Galega”.

ICS - Instituto de Investigación de Ciências Sociais, Lisboa.

Junta de Freguesia de Alcanhões.

Junta de Freguesia de Póvoa de Santarém.

Biblioteca da FCSH – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Obispado do Archivo Diocesano de Orense

“Viajar com... Miguel Torga. Nota de Rodapé”. Direção Regional da Cultura do Norte, 2003.

“Vidas e lugares con historia (2018) (Bande, Calvos de Randín, Entrimo, Lobeira, Lobios e Muiños. Gerês-Xurés). Reserva da Biosfera Transfronteiriza. Impresión e produción: Editorial MIC. Edita: Proxecto Gerês-Xurés. Coedita: Deputación de Ourense.

Bibliografía

AGIER, Michel (2013). *La condition cosmopolite - L'anthropologie à l'épreuve du piège identitaire*, Paris, La Découverte, 2013.

ALONSO, Xosé Ramón Veiga (2017). *Poder e Política na Galiza Vilega 1790-1833. Provincias de Lugo e Mondoñedo*. Edicións Bolanda S.L., 2017. Edita: Bolanda, ediciones y marketing.

ANDERSON, Benedict (1983). *Imagined Communities – Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres / Nova Iorque: Verso (edição revista).

BAPTISTA, Fernando Oliveira (1996). “Declínio de um tempo longo” in Joaquim Pais de Brito *et al.*, *O Voo do Arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, pp. 35-75.

BARJA, Benito (2018). *Territorio y concepto de la transnación ibérica*. Número 14 – Automne 2018. CRIMIC, Sorbonne Université.

BARREIROS, José Baptista (1964). *Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola*. Fascículos IX e X. Separata D`«O Distrito de Braga» - I Volume. Braga – 1964)

BATALHA, Luís (1998). “Emics/Etics Revisitado: «Nativo» e «Antropólogo» lutam pela última palavra”. *Etnográfica*. Vol. II – N.º 2, Novembro 1998, pp. 324, 325.

BRANDÓN, Delfin Modesto (1907). *Historieta del Coto Mixto*. Imprenta Tierra Gallega. La Coruña.

BRETELL, Caroline (1978). *Já chorei muitas lágrimas. Histórias de Vida*. Universidade Nova de Lisboa, Ciências Humanas e Sociais. Série Investigação. Composição e Impressão Serviços gráficos da Universidade Nova de Lisboa.

BRITO, Joaquim pais de (2017). *Muitas Coisas e Um Pássaro*. Sextante Editora, porto Editora. 1.ª Edição: novembro de 2017.

CARDEIRA da SILVA, Maria (2024). *Património à Solta*. Ensaios da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Artes Gráficas, Lda.

CARDINA, Miguel; SENA, Bruno (2018). *As voltas do passado. A Guerra Colonial e as Luta de Libertação*. Tinta da China.

CARDINA, Miguel (2012). *História Oral. Caminhos, Problemas e Potencialidades. Usos da memória e Práticas do Património. A Ieltsar se vai ao longe*. Paula Godinho (coord.). Lisboa: Universidade Nova e Edições Colibri.

CAVACO, Carminda (1995). «Abandono ou revitalização dos campos raianos de Portugal?», in Carminda cavaco coord., *As Regiões de Fronteira – Inovação e desenvolvimentos na Pespectiva do Mercado Único Europeu*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, (pp. 319-350).

CLASTRES, Pierre (2018). *A sociedade contra o Estado*. Antígona Editores Refractários, Lisboa. 1.ª Edição Setembro 2018).

CORDEIRO, J. M. L. (2014) *A Imprensa Clandestina e do Exílio no período 1926-1974*. Forum 49-50, 2014-2015, pp. 223-225.

COSTA, João Gonçalves da (1987). *Montalegre e Terras do Barroso. Notas Históricas sobre Montalegre. Freguesias do Concelho e Região do Barroso*. I Volume. Edição da Câmara Municipal de Montalegre. 2.^a Edição, 1987. Composto e Impresso na Tipográfica – Livraria Cruz, Braga, em Maio de 1987.

CUNHA, Luís (2019). *Memória Social em Campo Maior. Usos e percursos da fronteira*. Portugal de Perto. Etnográfica Press.

CRUZ, José Rodríguez (2018). *Couto Mixto. Aspectos Folclóricos. Relatos, Contos e Lendas de Tradición Oral*. Edicións Laivento, Ensaio. Imprime Tórculo Comunicación Gráfica, Santiago de Compostela.

DIAS, Jill (2013). *As lições de Jill Dias. Antropologia, História, África, Academia*. Coord. Maria Cardeira da Silva e Clara Saraiva. Impressão: Califesa. CRIA, Maio 2013.

DIAS, Jorge (1953). *Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril*. Instituto de Alta Cultura. Centro de Estudos de Etnologia Peninsular. Porto – 1953.

(1983). *Vilarinho da Furna. Uma aldeia comunitária*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

DIAS, Maria Helena; EXÉRCITO, Instituto Geográfico do (2009). *Finis Portugallae=Nos confins de Portugal. Cartografia militar e identidade territorial*. Instituto Geográfico do Exército. Securiti Print. 1.^a Edição / 2009)

ERIKSEN, Thomas Hylland (2001). *Small Places, Large Issues. An Introduction to Social and Cultural Anthropology*. Second Edition 2001. Pluto Press. Padstow, England. Sterling, USA.

GALEANO, Eduardo (2017). *As veias abertas da América Latina*. Guida - Artes Gráficas. Antígona Editores Refractários. Lisboa.

GEERTZ, Clifford (1976). “From the Native’s Point of View: On the Nature of Anthropological Understanding”. BASSO, K e H. SELBY (eds.), *Meaning in Anthropology*, Albuquerque, University of New Mexico Press, 221-237.

(1987 [1972]). *The Interpretations of Cultures*. Nova Iorque: Basic Books [trad. castelhana *La interpretación de las culturas*. Barcelona: Gedisa]

GIRÃO, Amorim (1933). *Esboço duma carta regional de Portugal, 2.^a ed., Imprensa da Universidade*.

GODINHO, Paula (2004). «Maquisards» ou «atracadores»? A propósito das revisões da História no caso de Cambedo da Raia, 1946. In *O Cambedo da Raia: Solidariedade Galego-Portuguesa Silenciada* (pp.157-227). Ourense: Asociación Amigos da República.

(2005). “Confiscação de memórias e retroacção discursiva das elites: um caso na raia galaico-portuguesa”. *Las políticas de la memoria en los sistemas democráticos: poder, cultura y mercado*. Actas do Congresso da Federación de Antropología del Estado Español, Sevilha, Setembro de 2005.

(2017). *O Futuro é para Sempre: Experiência, Expectativa e Práticas Possíveis*. 1.ª Edição. Galiza: Através. Lisboa: Letra Livre.

(2019). *Fronteira, Liminaridade, Ápeiron: Memória do Couto Misto e Condição Cosmopolita*. Texto de conferência “Aula Castelao de Filosofia”, Pontevedra, 26.04.2019.

(2021). *Ouvir o galo cantar duas vezes. Identificações locais, culturas de orla, e construção de nações na fronteira entre Portugal e a Galiza*. Tipografia Lousanense. Livraria Tigre de Papel, Lisboa, agosto de 2021.

GOFFMAN, Erwing. 1989. “On fieldwork”. *Journal of Contemporary Ethnography*, 18 (2): 123-132.

GUERREIRO, Manuel Viegas (1982). *Pitões da Júnias. Esboço de Monografia Etnográfica*. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico. 2ª Edição; LISBOA, 1982.

HERCULANO, Alexandre (1982 [1987]). *Opúsculos*. Lisboa. Editorial Presença, abril 1987.

HOBBSAWM, Eric (1998). *A Questão do Nacionalismo – Nações e Nacionalismo desde 1870*. Lisboa: Terramar.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (2008). *A invenção das tradições*. Editora Paz e Terra, S.A. Impresso em São Paulo, Brasil.

HALBWACHS, Maurice (1990). *A memória coletiva*. São Paulo. Vértice.

- HARTOG, Francis (2003). *Régimes d'historicité: presentisme et expériences du temps*. Paris: Éditions du Seuil.
- INGOLD, Tim (2006). «Foreword». in *Alan Barnard, Social Anthropology – Investigating Human Social Life*. Abergele: Studymates, ix-xii.
- JUSTINO, David (1986). *A formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913*. Coleção: Documenta História. Editor: Assírio Bacelar, Gráfica Imperial, Lda.
- LAGO, Alberto; GONZÁLEZ, Francisco Xavier; EGEA, Henrique; RIVO, Maria; VELASCO, Carlos (coordenou) (2019). “1853. Crise de subsistência e origens da emigração para América”. *40 datas que fizeram a história da Galiza*. 1.^a edição, julho 2019. Imprime: Sacauntos Cooperativa Gráfica. Santiago de Compostela, Galiza.
- KAHN, M.H. (1999) Quest for serendipity. *The (Bangladesh) Independent June 15. 1999*.
- LAPIERRE, J.W. (1968). *Essai sur le fondement du pouvoir politique*. Publicatios de la faculte de Lettres. Aix-en-Provence. Éditions Ophrys, 1968).
- LÉVI-STRAUSS, C. (1986). “A noção de Casa”. *Minhas Palavras*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LEWIS, Oscar (1961). *Os filhos de Sánchez*. Composição e impressão: Tipografia Guerra – Viseu. Morais Editores.
- LOWENTHAL, David (1985). *The Past is a Foreign Country*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- LIMA, Antónia Pedroso de; SARRÓ, Ramon (2006). *Terrenos Metropolitanos. Ensaios Sobre Produção Etnográfica*. Coleção geral. Imprensa de Ciências Sociais.
- GARCÍA MAÑÁ, Luís Manuel (1993). *Miño: Existiu unha fronteira? Agra aberta*. Editorial Galaxia, S.A. Reconquista, 1 – Vigo.
- (2000). *Couto Mixto. Unha república esquecida*. Edição: Servicio de Publicacións da Universidade de Vigo. Campus das Lagoas-Marcosende, 36200 Vigo. Imprime: Tórculo Artes Gráficas S.A.L., Vigo)
- MAPRIL, José (2006). “Passageiros de Schengen: a dialéctica entre fluxo e encerramento no trabalho de campo” in LIMA, António Pedroso; SARRÓ, Ramon (orgs). *Terrenos metropolitanos. Ensaios sobre produção etnográfica*. Instituto de Ciências Sociais. Tipografia Guerra – Viseu, 1.^a edição, pp. 53-71

MARTÍN, Jesús Izquierdo; FREIRE, José Javier Díaz (2020). “Mélanges de la casa de Velázquez”. *Débats. La presencia de lo ausente. Fragmentos para un debate entre hystoria y memoria*. Un siècle d’Hispanisme – 50.º Numéro. Nouvelle série, 50-1, 2020 (avril), pp. 263-267.

MARTINS, Humberto; MENDES, Paulo (orgs.) [2016]. “Introdução. Trabalho de campo antropológico: (com)vivendo e conhecendo com muitos outros”. *Trabalho de Campo: Envolvimento e Experiências em Antropologia*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

MENDRAS, Henri (1978). *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MÍGUEZ, Carlos Méndez (2014). *Toponimia de Ramirás*. Editorial Toxosoutos, S.L. Imprime: Gráficas Sementeira, S.A. 15200 Noia (A Coruña).

MURADO, Miguel-Anxo (2022). *Outra idea de Galicia*. Terceira edición, ampliada: xaneiro de 2022. Penguin Random House Grupo Editorial.

NORA, Pierre (1984). *Les lieux de mémoire, 1. Les Francs: conflits et partages*, vol. 3. Paris, Gallimard, pp. 4687-4719 [1.ª ed. 1992].

OLIVEIRA, Luís Soares de (2013). *Guerra Civil de Espanha. Intervenção e não intervenção Europeia. Uma análise*. 2.ª Edição. Coleção Biblioteca Diplomática do MNE. Série A. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal. Europress, Lda. Dezembro 2013.

PEREIRA, Rui Mateus (2021). *Conhecer Para Dominar. A antropologia ao serviço da política colonial portuguesa em Moçambique*. Herdeiras de Rui Mateus Pereira e Edições Parsifal, Lisboa. Impressão Lousanense, Lda.

PORTELA, José (1996). Regadios tradicionais de Trás-os-Montes, in Joaquim Pais de Brito et al., *O Voo do Arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, pp. 371-383.

RESENDE, Nuno (2018). “Pobre Galego?” *Ideia e representação dos imigrantes galegos na literatura de viagens, em Portugal de oitocentos*. Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso, 25, 147-168.

RIBEIRO, Manuela (1996). “A terra e os camponeses no Barroso”, in Joaquim Pais de Brito et al., *O Voo do Arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, pp. 343-357.

RIBEIRO, Orlando (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra, Coimbra Editora.

RODRIGUEZ, Xavier Fernández (2019). *Magisterio en la frontera (1936-1939): afecto, represión y solidaridad*. UNED. Facultad de Filosofía.

ROSA, Frederico Delgado; VERMEULEN, Han F. (org.) (2022). *Ethnographers Before Malinowski: Pioneers of Anthropological Fieldwork, 1870-1922*. (Com prefácio de Thomas Hylland Eriksen). New York: Berghahn (EASA Series).

ROVISCO, Eduarda (2013). «Não Queirais Ser Castelhana». *Fronreira e Contrabando na Raia da Beira Baixa*. Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia.

SANJEK, Roger (1990). «A Vocabulary for fieldnotes», in *Fieldnotes. The Making of Anthropology*, ed. Roger Sanjek. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 92-121)

SANCHES, João Gomes (1999). *António Fontes. Causas e Casos de um Padre Barrosão*. Âncora Editora. 1ª Edição. Rolo & Filhos – Artes Gráficas, Lda. Badana.

SANTOS, José Manuel Lima e (1996). “Expansão e declínio dos bovinos Barrosões”, in Joaquim Pais de Brito et al., org. *O Voo do Arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, pp. 359-369.

SARAMAGO, José (2002). *O Homem Duplicado*. José Saramago e Editorial Caminho, S.A., Lisboa.

SCOTT, James C. (1985). *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.

(2009). *The Art of Not Being Governed*. New Haven / Londres, Yale University Press, 2009.

(2013). *A dominação e a arte da resistência. Discursos ocultos*. Impressão Europress. Livraria Letra livre, 2013.

SILVANO, Filomena (1997). *Territórios da identidade*. Oeiras, Celta, 188 pp.

SIMÕES, Dulce (2014). “Memórias e Resistência na Guerra Civil de Espanha: Processos de Emblematização na Raia Luso-Espanhola”. *Resistência e memória. Perspectivas Ibero-Americanas*. Paula Godinho, Inês Fonseca e João Baía (Coords.). Lisboa: IHC-FCSH/UNL.

THOMPSON, E. P. (1975). *Whigs and Hunters: The Origin of the Black Act*. Nova Iorque: Pantheon, 1975.

TRAVERSO, Enzo (2007). “Historia y Memoria. Notas sobre um debate”, Marina Franco e Florencia Levin (ed.), *Historia reciente. Perspectivas e desafios para un campo en construcción*. Buenos Aires. Paidós, 67-96.

VAZ, Rodrigues (2008). *Os Galegos nas Letras Portuguesas*. Pangeia Editores, Lda. Lisboa.

VILLARES, Ramón (2022). *Galiza. Terra Irmã de Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Guide – Artes Gráficas, Lda.

Entrevistas

Transcritas resumidamente de: “Vidas e lugares con historia” (verão, 2018)

Carmen Valencia Alonso, 90 anos, de Meaus (Tb.: Cruz, 2018).

Celso Ferreira Fernández, 79 anos, de Vilar.

Cesáreo González Veloso, 67 anos, de Santiago de Rubiás.

Dolores González Rodriguez, «Lola», 75 anos, de Calvos de Randín.

Francisco Rodriguez Bautista, 81 anos, Calvos de Randín.

María de la Concepción, “Conchita”, 87 anos, de Meaus.

Nicanor Veloso Tombo, 78 anos, casou em Meaus.

Victoria Rodriguez, 76 anos.

Recolhidas pelo autor

António Martinez Sotelo, San Pedro de Poulos, Gome sende (2023).

António Martinez Vázquez, San Pedro de Poulos, Gome sende (2023).

Cesáreo González Veloso, 67 anos, de Santiago de Rubiás, (2018, 2021, 2022, 2023).

Domingos Miranda, de Lapela, freguesia do Cabril, Gerez, Portugal, (última recolha: janeiro 2023).

Hermínio Yañez Vázquez, 74 anos, lugar de Margarideiros, Santiago de Rubiás, Ramirás/O Picouto, emigrante regressada da Venezuela (2022).

Maria Esther Álvarez Perez, 79 anos, nascida em Escudeiros, emigrante regressada de Inglaterra (2022).

Narsélio de Sousa, casa do Concello de Ramirás/O Picouto (2021, 2022, a última em 2024.02.23).

Padre António Lourenço Fontes, de Vilar de Perdizes, (recolha de informações em Mourilhe: dezembro 2014, novembro 2019).

Rosa Yañez, de 72 anos, lugar de Margarideiros, Santiago de Rubiás, Ramirás/O Picouto, emigrante regressada de Venezuela (2022).

Sérgio Maria Rodrigues Álvarez, 23 anos, de Santiago de Rubiás, universitário em Santiago de Compostela (2022).

Pesquisa Electrónica

NET: Porto Editora – Monopólio do Tabaco / Consulta em 2023.11.03. Disponível em <https://www.infopedia.pr/monopolio-do-tabaco>).